



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



DIARLISON LUCAS SILVA DA COSTA

**ANÁLISE MULTINÍVEL DOS PADRÕES DE CARREIRAS DOS DEPUTADOS
FEDERAIS BRASILEIROS (2010-2014)**

TERESINA – PIAUÍ

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DIARLISON LUCAS SILVA DA COSTA

**ANÁLISE MULTINÍVEL DOS PADRÕES DE CARREIRAS DOS DEPUTADOS
FEDERAIS BRASILEIROS (2010-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas

Área de concentração: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento político e sociedade.

TERESINA – PIAUÍ

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

C837a Costa, Diarlison Lucas Silva da.
Análise multinível dos padrões de carreiras dos
deputados federais brasileiros (2010-2014) / Diarlison Lucas
Silva da Costa. – 2018.
108 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –
Universidade Federal do Piauí, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes
Freitas.

1. Carreira Política. 2. Legislativo. 3. Distritos
Eleitorais. 4. Competitividade . I. Título.

CDD 320.05

DIARLISON LUCAS SILVA DA COSTA

**Análise Multinível dos Padrões de Carreira dos Deputados
Federais Brasileiros (2010-2014).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

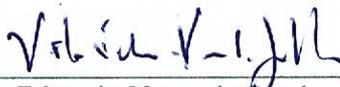
Área de Concentração: Estado, movimentos Sociais, Cidadania e comportamento político.

Linha de Pesquisa: Comportamento Político e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

Aprovado em 21 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Bruno Mello Souza (UFPI)
Examinador Interno



Profa. Dra. Natalia Regina Avila Maciel (UERJ)
Examinadora Externa ao programa

AGRADECIMENTOS

A defesa da dissertação de mestrado marca o final de uma das etapas do percurso acadêmico que me proponho continuar. Concluir esta pesquisa após árduo trabalho só foi possível com a ajuda, companhia e compreensão de pessoas que tenho o prazer de ter convivido durante estes dois anos, e que listarei aqui como forma de reconhecer todo esforço que tiveram em ajudar-me.

Ao orientador desta dissertação, Professor Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas, por sua incrível paciência. Agradeço-lhe por ouvir, ler e apoiar todo o desenvolvimento desta pesquisa, pelas orientações, e por todas as boas experiências acadêmicas que com ele tive o prazer de aprender durante o mestrado, e por apoiar a minha ida ao doutorado. Parte da minha aprovação no doutorado é devida à sua dedicação.

Aos professores com os quais tive o prazer de aprender e conviver durante os quatro anos de graduação em ciências sociais e dois de mestrado na Universidade Federal do Piauí. À Professora Dr^a. Ana Beatriz Matins dos Santos Seraine por ficar feliz em nossas conquistas, à professora, Dr^a. Mary Alves pelas maravilhosas orientações, ao professor Dr. Raimundo Junior. Agradeço também à Lucilene e Lorena da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI por sempre serem competentes e prestativas em relação às atividades do mestrado sendo indispensáveis ao Programa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro com o provimento de bolsa com a qual pude dedicar-me integralmente às atividades do mestrado.

Agradeço a Deus por ter me dado saúde, forças, coragem e determinação para cumprir o que me propus.

Agradeço aos amigos que conquistei durante minha vida na universidade e que compartilharam dos mesmos processos de vida. À Ilana Magalhães, por compartilhar de todo esse processo pelo qual passei ao fazer mestrado também. À Pamela Lúcia por suas doces palavras de alento nos meus momentos de ansiedade. À Amélia Lima por sempre acreditar que o melhor está por vir e nos convencer disso. À Iara Cavalcante por dizer a realidade. Raul Bonfim, pelo companheirismo.

Agradeço aos meus pais Antônio Mariano e Maria da Paz que sempre estiveram a me apoiar sempre ouvindo os problemas e compartilhando sucessos. Por se preocuparem incondicionalmente com meu bem-estar e saúde. Ao meu irmão Rodrigo por todo o tipo de

ajuda que me forneceu, por me ouvir explicar meu problema de pesquisa e não dormir. À Maria Eduarda, minha sobrinha, por parar de fazer barulho enquanto eu escrevia.

Agradeço ao professor Dr. Lúcio Rennó da UNB por ter compartilhado sua base de dados utilizada em pesquisa anterior sobre o mesmo tema e indicar que seria bom continuar com o tipo de análise dos dados que me propus. Ao professor George Avelino (CEPESP-FGV-SP) por também ter compartilhado a base de dados sobre concentração eleitoral dos candidatos a deputados federais no Brasil, e por ter prontamente respondido todas as minhas solicitações e dúvidas.

Agradeço aos meus colegas de turma que comigo compartilham das dificuldades da vida acadêmica: Adauto Filho, Marcia, Jennyfer, Flávia Gomes, Edson Vieira, Marcílio. E especialmente à Zelma Cavalcante com quem tive o enorme prazer de conviver como representantes discentes no colegiado, por seu imenso apoio e compreensão.

Aos professores Dr. Bruno de Melo e Natália Maciel pelas valorosas orientações na banca examinadora da qualificação e por terem aceitado participar da banca examinadora da defesa desta dissertação.

Agradeço a todos os colegas com os quais trabalhei durante esses dois anos organizando eventos como o Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, ou outras atividades do mestrado, aos quais não posso listar todos, mas sabem que sou grato.

Aos que aqui não lembrei, mas tiveram importantes contribuições para este resultado. Sou grato a todos.

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é analisar os fatores determinantes das escolhas de carreiras dos deputados federais brasileiros de acordo com as características dos distritos nos quais concorrem. Neste estudo é proposto um modelo de análise que prioriza a dimensão eleitoral e suas implicações nas escolhas de carreira dos deputados federais brasileiros a partir do enfoque nas diferenças contextuais de seus distritos. Parte-se da premissa de que nem todos os políticos em todos os Estados compartilham o mesmo padrão de decisão, mas que há variação nos padrões entre cada estado resultantes das diferenças institucionais e contextuais presentes em cada um. Com esse objetivo são analisadas as decisões de carreiras que os deputados federais titulares eleitos para as 53^a (2006) e 54^a (2010) legislaturas no Brasil fizeram após o mandato. A hipótese principal é a de que as diferenças entre os padrões apresentados em cada estado existem em decorrência das características dos distritos as quais os candidatos estão submetidos, como magnitude, nível de competitividade eleitoral e fragmentação partidária; e os incumbentes que buscam reeleição ou cargos mais altos fora do legislativo são aqueles eleitoralmente menos vulneráveis, ou seja, aqueles que detêm histórico com menor concentração eleitoral, com expressiva votação em pleito anterior, maior percentual de financiamento de campanha, titulares na atual legislatura, e com maior quantidade de vezes que já exerceu o mesmo cargo (*seniority*). Os dados utilizados nesta pesquisa são recolhidos no Repositório de Dados Eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, e nas biografias dos deputados federais titulares na 53^a (2007-2010) e 54^a (2011-2014) legislaturas. As variáveis presentes no banco de dados apresentam-se em uma estrutura hierárquica no nível dos indivíduos e dos distritos. Por esse motivo utiliza-se um modelo multinível para a análise dos dados. Diferentemente das regressões múltiplas tradicionais que observam todas as unidades de análise de forma independente, no modelo multinível as unidades são agrupadas, o que permite analisar os efeitos das características de cada distrito sobre as decisões individuais, o que diminui a subestimação da significância estatística nos dois níveis em que dados estão distribuídos. Os resultados mostram que existem diferenças reais de padrões de escolha de cargos entre estados com maior magnitude e estados com menor magnitude. Contudo, as diferenças não podem ser observadas em uma escala contínua na qual os menores, ou os maiores, terão sempre o mesmo padrão. Variáveis como votação e despesa de campanha têm diferentes efeitos sobre as escolhas dos deputados de acordo com o grau de competitividade presente em cada distrito. Desta forma, ao se permitir, na análise, a variação dos efeitos das variáveis por circunscrição geográfica é possível observar que há efeitos muito significativos sobre as escolhas dos políticos. Algumas variáveis como *seniority* e concentração eleitoral não mostraram, no modelo de análise com apenas um nível, mas amentaram sua significância no modelo multinível. Por conseguinte, há probabilidade estatística de que as variáveis características dos estados têm forte efeito sobre as escolhas dos deputados e sobre os efeitos das variáveis individuais e sobre os efeitos de cada variável explicativa.

PALAVRAS-CHAVE: Carreira Política; Legislativo; Distritos Eleitorais; Competitividade.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the determinants of the career choices of Brazilian federal deputies according to the characteristics of the districts in which they compete. This study proposes a model of analysis that prioritizes the electoral dimension and its implications in the career choices of Brazilian federal deputies from the focus on the contextual differences of their districts. The premise is that not all politicians in all states share the same standard of decision, but that there is variation in the standards between each state resulting from the institutional and contextual differences present in each state. With this objective, the career decisions that the federal deputies who are elected for the 53rd (2006) and 54th (2010) Brazilian legislatures in Brazil after the term were analyzed. The main hypothesis is that the differences between the patterns presented in each state exist due to the characteristics of the districts to which candidates are submitted, such as magnitude, level of electoral competitiveness and party fragmentation; and the incumbents seeking re-election or higher positions outside the legislature are those who are less vulnerable to election, ie, those with lower voter turnout, significant voter turnout, greater percentage of campaign funding, incumbents in the current legislature, and with greater number of times he has already held the same position (seniority). The data used in this research are collected in the Electoral Data Repository provided by the Superior Electoral Court, and in the biographies of the federal deputies holding the 53 th (2007-2010) and 54 th (2011-2014) legislatures. The variables present in the database are presented in a hierarchical structure at the level of individuals and districts. For this reason a multilevel model is used for data analysis. Differently from the traditional multiple regressions that observe all the units of analysis independently, in the multilevel model the units are grouped, which allows to analyze the effects of the characteristics of each district on the individual decisions, what diminishes the understatement of the statistical significance in the two levels at which data is distributed. The results show that there are real differences in job choice patterns between states with higher magnitude and states with lower magnitude. However, the differences can not be observed on a continuous scale in which the smaller or larger ones will always have the same pattern. Variables such as voting and campaign spending have different effects on MPs' choices according to the degree of competitiveness present in each district. In this way, by allowing in the analysis the variation of the effects of the variables by geographic circumscription it is possible to observe that there are very significant effects on the choices of the politicians. Some variables such as seniority and electoral concentration did not show, in the analysis model with only one level, but they increased their significance in the multilevel model. Therefore, there is a statistical probability that the characteristic variables of the states have a strong effect on the MPs' choices and on the effects of the individual variables and on the effects of each explanatory variable.

KEYWORDS: Political career; Legislative; Electoral Districts, competitiveness.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	11
LISTA DE FIGURAS	12
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I. A POLÍTICA COMO PROFISSÃO: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DE CARREIRAS POLÍTICAS NO BRASIL	18
1.1. Institucionalização do legislativo e carreirismo.....	19
1.2. Carreira política como objeto de análise na teoria da ambição	25
1.3. Apontamentos para a análise de carreiras políticas	33
CAPÍTULO II. CARREIRAS POLÍTICAS NO BRASIL: ESTRATÉGIAS E SUCESSO ELEITORAL	37
2.1. O sistema político e a construção de carreiras políticas no Brasil.....	38
2.2. Carreiras Políticas no Brasil	44
2.3. Carreiras políticas pelo modelo de sucesso eleitoral	55
2.3.1. Variáveis individuais	61
2.3.2. Variáveis do distrito.....	65
CAPÍTULO III. SOBREVIVÊNCIA POLÍTICA E ESCOLHA DE CARREIRA	68
3.1. Metodologia e modelo de análise	69
3.1.1. Variáveis e aplicações.....	70
3.2. Resultados.....	77
3.2.1. Modelo das probabilidades acumuladas de ambição política.....	77
3.2.2. Modelo com variável resposta nominal	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequência de candidatos por cargo em 2010 e 2014.....	52
Tabela 2: Frequência de deputados federais que concorreram (1998-2014)	54
Tabela 3: Percentual de suplentes e titulares por legislatura de 1995 a 2014.....	72
Tabela 4: Coeficientes do modelo logístico de interceptos aleatórios cumulativos para um e dois níveis.....	80
Tabela 5: <i>Random slope model e random slope model</i> com variáveis contextuais.....	85
Tabela 6: Modelo multinível multinomial com variável resposta nominal e categoria de referência: estática, para 53 ^a e 54 ^a legislaturas.....	94
Tabela 7: Modelo multinível multinomial com variável resposta nominal e categoria de referência: discreta, para 53 ^a e 54 ^a legislaturas.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de tentativa de reeleição em 2010 por Estado.....	56
Gráfico 2: Frequência de cargos exercidos por ano de eleição.....	73
Gráfico3: Variação residual para variação das escolhas de carreira por estado.....	78
Gráfico 4: Efeito da votação na probabilidade acumulada por categoria de escolha de cargo.	87
Gráfico 5: Distribuição residual do efeito de votação por Estado.....	88
Gráfico 6: Efeito da variação da votação sobre a variação das escolhas de carreira entre os estados.....	89
Gráfico 7: Efeito de ser titular sobre a variação das escolhas de carreira entre os estados.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Custos e utilidade dos tipos de escolha de carreira.....	31
Figura 2: estrutura de carreira política no Brasil.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação entre institucionalização, profissionalização e escolha de carreira.....	50
---	----

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente dissertação é analisar os fatores determinantes das escolhas de carreiras dos deputados federais brasileiros de acordo com as características dos distritos nos quais concorrem. Muito se tem estudado sobre padrões e determinantes de carreiras políticas, e diversas são as abordagens que procuram enfatizar um ou outro aspecto do comportamento dos políticos. Neste estudo é proposto um modelo de análise que prioriza a dimensão eleitoral e suas implicações nas escolhas de carreira dos deputados federais brasileiros a partir do enfoque nas diferenças contextuais de seus distritos. Parte-se da premissa de que nem todos os políticos em todos os Estados compartilham o mesmo padrão de decisão de carreira, mas que há variação entre padrões entre cada estado resultantes das diferenças institucionais e contextuais presentes em cada um. Com esse objetivo são analisadas as decisões de carreiras que os deputados federais titulares e suplentes eleitos para as 53^a (2006) e 54^a (2010) legislaturas no Brasil fizeram após o mandato.

A preocupação central desta pesquisa está em compreender a forma como são tomadas as decisões dos políticos sobre suas carreiras políticas nos diferentes distritos dentro país. Embora tenha como objeto de estudo os deputados federais - geralmente observados em escala nacional -, esta pesquisa considera que as decisões políticas, que são feitas em torno das disputas eleitorais, não tomam como parâmetro central a dinâmica política nacional, mas a regional, principalmente no que refere à seleção da lista partidária. É dentro das arenas políticas dos distritos que acontecem as maiores negociações para as disputas, e as características destas arenas são responsáveis por engendrar comportamentos específicos naqueles que se lançam aos pleitos eleitorais.

A partir do pressuposto de que não é possível analisar todas as decisões de carreira no país como parte de um único tipo de padrão que seja compartilhado por todos os políticos brasileiros, esta pesquisa analisa como as variáveis de nível estadual influenciam as escolhas dos deputados federais que se reapresentam à disputa eleitoral e aqueles que decidem retirar-se da disputa. Em primeiro lugar, busca-se identificar os padrões gerais de carreira apresentados pelos deputados de acordo com o distrito com o objetivo de mapear as diferenças entre padrões apresentadas em cada um. Em segundo lugar, com a elucidação das diferenças existentes entre os distritos, busca-se analisar quais são os fatores determinantes para a existência dessas

diferenças. Em terceiro lugar, objetiva verificar quais são as variáveis mais importantes para o cálculo de utilidade feito pelos deputados no momento da escolha do cargo ao qual competir.

Considerando o primeiro objetivo, esta pesquisa tenta descrever como aspectos regionais podem alterar as formas de escolha dos deputados em relação ao cargo concorrido após seus mandatos. Parte do pressuposto de que as taxas de reapresentação variam de acordo com a análise dos riscos engendrados pelo nível de competitividade nos estados e pela utilidade presente em cada cargo (PEREIRA; RENNÓ, 2013).

Considerando o segundo objetivo, entende-se que os fatores característicos dos distritos como a magnitude, o nível de competitividade e a fragmentação partidária entram no cálculo de risco feito pelos candidatos no momento da decisão de carreira. Portanto, pretende-se verificar o impacto dessas variáveis nas escolhas dos deputados e como elas colaboram para a manifestação de diferentes padrões por Estado.

As análises da construção de carreira política presentes na literatura são feitas a partir de diversas perspectivas entre as quais aquelas que consideram as escolhas enquanto determinadas pela ambição individual dos atores políticos (SCHLESINGER, 1966), ou ainda as abordagens sobre o comportamento legislativo como elemento central para as decisões de carreira dos deputados (ARAÚJO; SILVA, 2013; MAYHEW, 2004; SQUIRE, 1988a, 1988b); as que priorizam a relação entre os poderes como determinantes dos comportamentos (PINTO, 2012) as que observam a configuração das instituições políticas - como as regras do sistema eleitoral, do sistema partidário - como fundamentais para que os atores assumam posições e sigam carreiras específicas (BOTERO; RENNÓ, 2007; PEREIRA; RENNÓ, 2013; SAMUELS, 2003). Algumas abordagens observam como a distribuição dos atores políticos nos espectros esquerda-direita (MARENCO; SERNA, 2007), ou ainda entre situação e oposição, influenciam a tomada de decisões quanto a concorrer a determinado cargo, pois o pertencimento ou não a uma destas dimensões facilitaria ou dificultaria o acesso a diversos recursos públicos essenciais para aqueles que se lançam em pleitos eleitorais posteriores (BORGES; SANCHES FILHO, 2016).

O presente trabalho procura observar as ações dos atores políticos através da perspectiva do institucionalismo da escolha racional, ou seja, considera que os deputados são atores racionais que se comportam de maneira estratégica afim de atingir objetivos eleitorais, e cujos comportamentos são moldados pela estrutura institucional a qual estão submetidos elegendo prioridades e buscando-as de acordo com o cálculo de utilidade em concorrer ou não

a determinando cargo público (BLACK, 1972; BOTERO, 2008; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2013; ROHDE, 1979).

Um fenômeno que tem capturado a atenção dos estudiosos de carreira política no Brasil são os altos níveis de renovação apresentados pela Câmara dos Deputados (SAMUELS, 2003). A partir deste achado, vários pesquisadores tentam identificar um padrão geral para todos os deputados baseados nos aspectos da natureza da ambição política presentes nesses políticos. Vários pesquisadores afirmam que é possível verificar que os políticos brasileiros não procuram desenvolver ou consolidar carreiras no Legislativo, mas estão orientados pela busca de cargos mais altos, principalmente nos executivos estaduais ou municipais. Esses cargos no âmbito subnacional permitiriam mais amplo acesso a recursos públicos. Essa perspectiva observa os políticos como atores objetivamente orientados pelo sucesso nas eleições, e que todas as suas ações políticas são voltadas para esse propósito, avaliando qual opção trará maior e mais importante retorno em termos de recursos.

Pereira e Rennó mostram que entre as eleições de 1998 e 2010 o nível de competitividade tem aumentado e a quantidade de deputados federais que buscam reeleição tem se mantido entre 75% a 80%, porém apenas cerca de 55% dos que tentam logra sucesso eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2013). A decisão em concorrer à reeleição engendra riscos aos deputados federais, pois a probabilidade de sucesso não tem aumentado na mesma proporção que a taxa de reapresentação ao cargo. Assim sendo, esta pesquisa parte dos seguintes questionamentos: as características dos distritos são importantes na definição das escolhas de carreiras dos deputados federais brasileiros? Como as características dos distritos influenciam na possibilidade de se buscar a esses cargos? O que leva esses deputados a concorrerem à reeleição ou a cargos mais altos? Quais são os fatores determinantes para o sucesso dos que tentam?

A hipótese principal é a de que as diferenças entre os padrões apresentados em cada estado existem em decorrência das características institucionais e contextuais dos distritos as quais os candidatos estão submetidos, como magnitude, nível de competitividade eleitoral e fragmentação partidária; e os incumbentes que buscam reeleição ou cargos mais altos fora do legislativo são aqueles eleitoralmente menos vulneráveis (PEREIRA; RENNÓ, 2013), ou seja, aqueles que detêm histórico com menor concentração eleitoral, com expressiva votação em pleito anterior, maior percentual de financiamento de campanha, que são titulares na atual legislatura e com maior *seniority*. Desta forma a perspectiva de explicação para este problema parte da premissa de que a uma estrita relação entre as variáveis de sucesso eleitoral e as escolhas de carreiras, pois são medidas no momento da escolha e permitem ao político avaliar

suas chances em concorrer a cargo específico. Os políticos são ambiciosos e tentariam concorrer a um cargo mais alto quando os custos em concorrer não fossem não fossem negativamente proporcionais à sua margem de vitória. Contudo, seu cálculo de risco é feito sob um conjunto de fatores institucionais e contextuais que os fazem avaliar a probabilidade de sucesso dependendo de seu histórico e do nível de competitividade que estão dispostos a enfrentar. Não se supõe aqui que outras características como a própria vontade e disposição dos indivíduos, ou a sua posição ideológica, ou ainda sua participação ou não na coligação de governo, entre outras, não afetem suas decisões. O trabalho objetiva apenas verificar as variáveis importantes na definição da avaliação da probabilidade de sucesso como base de para a escolha dos políticos.

O fenômeno principal que se tenta explicar com esta pesquisa é a variação de padrões de carreira entre os diferentes distritos brasileiros. Esta pesquisa lança mão de perspectivas teóricas de estudos sobre carreiras políticas, geografia do voto, eleições e comportamento eleitoral. Desta forma, o que é abordado nesta pesquisa são as decisões dos deputados federais brasileiros em concorrer a determinados cargos públicos no término de seus mandatos. As escolhas por cargos específicos são classificadas nos critérios de ambição política de Schlesinger (1966) entre ambição discreta, estática e progressiva, e tomando como base a classificação de Leoni, Pereira e Rennó (2003) que incluem a ambição regressiva. Assim, é possível verificar os desenhos de carreiras seguidos pelos políticos ao final do mandato.

Os dados utilizados nesta pesquisa são recolhidos no Repositório de Dados Eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, e nas biografias dos deputados federais titulares na 53^a (2007-2010) e 54^a (2011-2014) legislaturas, para a formação de base de dados em dois níveis distintos. No nível dois, mais alto, estão as variáveis do distrito: (1) nível de competitividade, (2) magnitude do distrito, (3) fragmentação partidária. E no nível dos indivíduos: (1) votação na eleição anterior, (2) despesa de campanha no pleito anterior, (3) nível de concentração eleitoral; (4) *seniority*; (5) e Titularidade. Todas essas variáveis são consideradas pela literatura como importantes para que o político avalie sua reputação eleitoral juntamente com o nível de competitividade que enfrentará para suas chances de sucesso. Estas não são as únicas variáveis que podem influenciar as escolhas de carreira dos deputados, mas são consideradas aqui como as principais para a análise da probabilidade de sucesso eleitoral.

Para a análise dos dados utilizamos um modelo multinível. Este tipo de modelo de análise permite a separação das variáveis e uma forma de explicação que não congrega a todas em seus efeitos sobre o político. A escolha deste modelo é justificada pelo fato de que os

dados estão dispostos de maneira hierárquica, ou seja, não fazem parte do mesmo nível. As variáveis de nível individual podem ser medidas em comparação com os outros políticos, por exemplo, o nível de concentração eleitoral. Outras não podem ser avaliadas da mesma maneira, pois fatores que estruturam a competição, como magnitude do distrito, são compartilhadas apenas pelos indivíduos do mesmo estado. Desta forma o objetivo é verificar se há especificidade na forma de escolhas de carreias levando em consideração as diferenças de contexto aos quais os indivíduos estão submetidos. O modelo multinível utilizado neste trabalho é aplicado considerando uma perspectiva estatística multinomial, pois a variável dependente é uma variável categórica com mais de duas categorias.

Além dos dados coletados do Repositório de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, da biografia individual dos deputados no site da Câmara, essa pesquisa utiliza também a base de dados elaborada por Pereira e Rennó para o estudo de decisões de carreira dos deputados federais brasileiros, e o Banco de Dados sobre a Concentração Eleitoral dos Candidatos a Deputado Federal, 1994-2014, desenvolvido na Fundação Getúlio Vargas - Centro de Política e Economia do Setor Público, FGV-CEPESP, 2016.

Espera-se com esta pesquisa contribuir com a literatura sobre carreiras políticas no Brasil por estudar como Pereira e Rennó (2013) os determinantes das escolhas feitas pelos políticos tomando como as variáveis de sucesso eleitoral como fundamentais para o cálculo de utilidade feito no momento formação da lista do partido ou coligação.

Portanto, essa dissertação é organizada em três capítulos. Os dois primeiros capítulos fazem uma abordagem teórica sobre as diversas explicações presentes na literatura para escolha de carreias dos deputados. O primeiro enfoca aspectos mais gerais sobre as principais teorias internacionais e o segundo, prioriza a discussão sobre achados empíricos de pesquisas sobre carreias políticas no Brasil, bem como apresenta o modelo teórico formulado como guia para a coleta e análise dos dados.

O terceiro capítulo versa sobre a operacionalização do modelo teórico, a definição técnica das variáveis a serem analisadas e o modelo estatístico a ser utilizado no tratamento dos dados. Como já citado acima, o modelo que se utiliza é o modelo de análise multinível, e neste capítulo são detalhados os procedimentos estatísticos e os resultados encontrados.

CAPÍTULO I

A POLÍTICA COMO PROFISSÃO: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DE CARREIRAS POLÍTICAS NO BRASIL

O fenômeno da profissionalização política tem sido considerado na ciência política como fenômeno resultante do processo de consolidação das democracias representativas modernas. Entender os processos pelos quais os políticos profissionalizam suas carreiras é tentar também compreender as características que essas democracias adquiriram ao decorrer do tempo: instituições específicas que moldam comportamentos e contextos. Este tema tem como um dos seus marcos teóricos iniciais a definição presente em *Ciência e política: duas vocações* de Weber (2011) Nesta obra, Weber apresenta a profissionalização da política como um fenômeno inevitável no processo de consolidação das democracias modernas. Na definição do autor, os políticos profissionais são aqueles que vivem para a política e da política, ou seja, que dispõe de tempo, permanecem nessa atividade, e dela dependem materialmente.

A definição de políticos de carreira também tem sido relacionada à ideia de maior efetividade das atividades legislativas. Legislaturas mais profissionalizadas tendem a apresentar mais estabilidade e diversidade dos membros, maior capacidade de elaboração de políticas, assim como mais eficiente divisão interna de trabalho, o que implica em melhor serviço legislativo e mais profícua atenção dos legisladores ao seu eleitorado. A experiência política além de permitir a produção de melhores políticas públicas também permite grande potencial de influência da casa legislativa em relação a outros ramos de poder (BOTERO, 2008; WOODS; BARANOWSKI, 2006). A profissionalização do legislativo proporciona ao legislador desejo de desenvolver carreira ao acrescentar maiores possibilidades de ocuparem posições de poder dentro da instituição por um período mais longo. Por conseguinte, encontra-se na literatura que “quanto maior a extensão do horizonte temporal do parlamentar, maiores as chances de especialização e aperfeiçoamento dos deputados no exercício de suas funções legislativas” (PEREIRA; RENNÓ, 2007).

O conceito de profissionalização tem sido utilizado pelos cientistas políticos como variável importante para a descrição e explicação das organizações legislativas, assim como na análise do comportamento dos políticos. De maneira geral se estuda como os órgãos legislativos se tornam mais institucionalizados através do processo de profissionalização dos seus membros (POLSBY, 2008; SQUIRE, 1988b), e como estes membros agem no processo de

institucionalização em suas atividades dentro e fora do corpo legislativo. O enfoque principal nos estudos sobre profissionalização está na análise dos seus efeitos sobre a instituição e ainda suas implicações sobre o comportamento dos legisladores, ao ponderar a relação entre institucionalização e estabilidade dos membros e de suas atividades (SQUIRE, 1988b).

Neste capítulo são abordadas as principais perspectivas teóricas sobre os determinantes de escolha de carreira dos deputados federais. Em primeiro lugar, é discutida a possibilidade da perspectiva da institucionalização do legislativo como fator fundamental no processo de consolidação de carreira, presente na literatura desde Polsby (2008) na análise do caso brasileiro. No segundo tópico, é estabelecido um debate com a teoria da ambição apontando as principais utilizações para o estudo do caso brasileiro, assim como as classificações elaboradas para os tipos de padrões de carreira no país. No último tópico deste capítulo é feita uma abordagem da relação dessas teorias para o estudo dos deputados federais cujas decisões de carreira são analisadas na presente pesquisa.

1.1 Institucionalização do legislativo e carreirismo

A emergência de uma classe política voltada para os negócios públicos e que fazem dessa atividade carreira, é característica específica das democracias modernas. Duas implicações importantes são resultantes desse processo: a profissionalização das carreias e a institucionalização dos órgãos legislativos. Apesar de não terem o mesmo significado, estes dois conceitos estão intrinsecamente ligados e são fundamentais para os estudos sobre carreias políticas, sobre como influenciam o comportamento dos políticos (ROSENTHAL, 1996).

Os estudos que analisam os condicionantes do comportamento dos parlamentares argumentam, de maneira geral, que estas duas dimensões no legislativo influem para tipos específicos de escolhas de cargos feitas pelos deputados. À medida em que o nível de institucionalização ou profissionalização do legislativo aumenta ou diminui padrões de carreias diferentes serão apresentados pelos políticos.

Grande parte da literatura sobre esse tema sugere a ideia de que os legisladores estão sempre, avidamente, concentrados em busca de reeleição e que as suas escolhas e ações dentro congresso são respostas diretas aos incentivos e constrangimentos do sistema eleitoral e das suas relações com o eleitorado. Pelo menos é o que se observa em estudos sobre os parlamentares da “House of Representatives” nos Estados Unidos, que tomam como base a

proposição de Mayhew (2004) e Polsby (2008) sobre a relação entre institucionalização e profissionalização da carreira legislativa.

Os políticos são atores racionais que buscam sempre a própria reeleição. Essa é uma asserção feita por Mayhew (2004) ao observar que as atividades dos parlamentares dentro do legislativo são orientadas pelo seu alvo eleitoral, considerando que os políticos procuram maximizar suas chances de vitória no próximo pleito, ou seja, são “*single-minded seekers of reelection*”. Em resumo, Mayhew afirma que os legisladores edificam um conjunto de instituições com o objetivo de garantir sucesso eleitoral. As instituições construídas dentro do legislativo os ajudariam a fortalecer as suas relações com o eleitorado, do qual demandam crédito (*credit claiming*) por suas ações dentro daquele órgão, a partir da apresentação pública de suas atividades parlamentares, da distribuição de recursos para a localidade onde recebeu mais votos ou nas quais pretende fazer campanha, assim como visitas ao distrito.

De acordo com a perspectiva de Mayhew constata-se que, de maneira geral, o congresso norte-americano apresenta alto nível de profissionalização por ter a cada eleição uma baixa taxa de rotatividade e gradual aumento de mandatos consecutivos individuais, o que leva a probabilidade de mais tentativas de reeleição, fato que evidencia um padrão estático de carreira naquela instituição. Rohde (1979), ao contrário, percebeu que, apesar do alto percentual de tentativa de reeleição, havia entre os parlamentares a propensão a assumir riscos, e predominava entre eles a preferência por cargos mais altos, ambição progressiva, pois os incumbentes estariam dispostos a disputar cargos neste nível quando esta decisão não implicasse custos e riscos acima dos benefícios esperados.

Alguns dos principais questionamentos que essa literatura tenta responder são os seguintes: qual a relação entre organização interna do legislativo e as escolhas de carreira dos deputados? Como a opção por fazer carreira dentro do legislativo leva à sua institucionalização? Esse é um dos problemas centrais nos estudos que analisam o processo de profissionalização da carreira legislativa e suas implicações no comportamento dos políticos.

Um importante marco teórico nessa linha de estudos é o trabalho de Nelson Polsby (2008) sobre o processo de institucionalização da *House of Representatives* nos Estados Unidos. Neste trabalho, o autor asseriu que a institucionalização deste órgão legislativo está diretamente ligada ao processo de profissionalização das carreiras políticas dos seus membros. À medida em que a carreira dentro dessa arena se torna mais profissionalizada torna-se também uma posição mais atrativa na hierarquia de cargos, aumentando assim o desejo dos incumbentes por permanecerem e dos que estão fora (possivelmente ocupando cargos mais baixos) em

alcançar aquele posto. Desta forma, para o autor, há relação entre o nível de institucionalização do legislativo e as escolhas de carreiras dos políticos, e que estes trabalham ativamente para maior consolidação desta arena de atividades como forma de garantir futuro político.

Três principais critérios são considerados por Polsby (2008) para a verificação do nível de institucionalização do legislativo. Em primeiro lugar, a existência de fronteiras bem delimitadas entre o legislativo, seu ambiente e a outras instituições. Essa característica o torna diferenciado em seu contexto, também resulta em uma maior dificuldade para a entrada de novos membros, estes são eleitos a partir de um sistema de mérito, e seus líderes são recrutados internamente. De acordo com o autor:

O estabelecimento de limites em uma organização política refere-se, o mais das vezes, a um afunilamento das oportunidades de carreira. Em uma organização indiferenciada, entrar e sair é fácil e frequente. Líderes ascendem rapidamente, a entrada lateral desde o exterior para posições de liderança é bastante comum e a constância da liderança ao longo do tempo é rara. Na medida em que uma organização institucionaliza-se, ela estabiliza o seu conjunto de membros, a entrada torna-se mais difícil e a rotação de seus membros menos frequente. O recrutamento de liderança tem mais chance de ocorrer a partir de dentro e o período de aprendizado alonga-se. Assim, a organização estabelece-se e “endurece” seus limites exteriores. (POLSBY, 2008, p. 223)

Para Squire (1988b), a estabilidade de uma organização só é possível quando há um baixo nível de renovação de sua liderança e que “tais posições são adquiridas através de um processo com um componente objetivo e sistemático, geralmente uma regra de antiguidade” (SQUIRE, 1988, p 727). Esta regra de antiguidade (*seniority*) é medida através da quantidade de mandatos consecutivos que os incumbentes possam ter ocupado.

Como segunda característica apresentada por esse processo, Polsby apresenta o crescimento da complexidade interna do legislativo. À medida que a organização cresce torna-se necessário o aumento da complexidade interna, ou seja, há separação de funções com “o crescimento da autonomia e da importância das comissões, no crescimento das agências vinculadas à liderança partidária”; e também “o aumento geral da provisão de diversos emolumentos e auxílios aos membros” (POLSBY, 2008, p. 231). Com a separação de funções os cargos internos de liderança passam a ser ocupados por aqueles com mais experiência. Desta forma, “a institucionalização significou... a descentralização do poder, com a distribuição de suas funções entre as comissões permanentes. Isso criou muitos empregos importantes e interessantes na Câmara e, assim, aumentou a atratividade do serviço interno como uma carreira” (POLSBY, 2008, p. 245)

A terceira característica aventada é a do universalismo das regras. A organização necessita do uso de regras e procedimentos universais para a condução de suas atividades internas (PINTO, 2012). A partir desses pressupostos o trabalho de Poslby apontou para uma descoberta importante para o caso dos parlamentares americanos: a organização interna segue a estrutura de interesses dos incumbentes, ou seja, à medida em que os políticos buscam permanecer no cargo também trabalham na formatação de regras que possibilitem uma atividade mais consolidada e segura no cargo, fato que leva a maior profissionalização e conseqüentemente maior estabilidade e menores taxas de renovação de membros. Neste caso, estabilidade é um fator determinante direto do processo de institucionalização do legislativo. Note-se que, apesar de Polsby ter apresentado estes três elementos principais para a análise do nível de institucionalização da organização, salienta que eles não são em si suficientes para captar todos os aspectos deste processo.

Parte da literatura sobre profissionalização do legislativo segue a perspectiva de Polsby ao abordar questões sobre como aplicar medidas para este conceito, os efeitos da profissionalização sobre instituições políticas, e sobre suas implicações no comportamento político e eleitoral dos legisladores. Squire, ao analisar o processo de profissionalização de legislaturas estaduais nos Estados Unidos, afirma que este processo pode ser decomposto em três componentes principais como índice de análise (SQUIRE, 1988a, 1988b). O primeiro é “o nível de remuneração e benefícios (planos de seguro e previdência) que um membro recebe. Esse componente determina se um legislador pode considerar a atividade legislativa como uma opção de carreira em tempo integral”¹ (SQUIRE, 1988b, p. 69. Tradução nossa).

O segundo componente é o tempo demandado por cada legislatura para as atividades internas, cuja medida é proposta, pelo autor, como a média de dias em seções por ano em que o deputado esteve presente. Como terceiro componente é apresentada a presença de equipe de apoio e de instalações adequadas para que seja realizado o trabalho parlamentar de maneira eficiente.

A descrição de Squire desses componentes como variáveis centrais para o processo de profissionalização legislativa toma como parâmetro a comparação entre diferentes tipos de legislaturas estaduais nos Estado Unidos. Legislaturas menos profissionalizadas tenderiam a ter menos recursos para realização de pesquisas e deliberação sobre políticas

¹ No original: “the level of remuneration and benefits (insurance and pension plans) a member receives. This component determines whether a legislator can consider legislative service as a full-time career option” (SQUIRE, 1988b, p. 69.)

públicas, realização de audiências, e menos força em relação a outros ramos de governo. Enquanto que legislaturas mais profissionalizadas teriam mais capacidade de prover seus membros com mais recursos oferecendo maior possibilidade de deliberação e tomadas de decisões sobre políticas, aumentando sua autonomia em relação aos outros poderes, o que aumentaria a tendência desses atores em buscar a permanência nesse cargo.

A partir da utilização dos três componentes acima citados, Squire (1988b) identifica uma escala de níveis de legislaturas composta por três tipos de organizações. Em primeiro lugar, no topo da escala, está a “legislatura de carreira” (*career legislature*) definida como aquela na qual há maiores incentivos financeiros e estruturais para que os seus membros possam exercer suas atividades dentro da organização com maior efetividade, possibilitando que o trabalho legislativo seja feito em tempo integral, o que resulta em um aumento na expectativa de serviço duradouro no mesmo cargo.

O segundo tipo de legislatura o autor denomina de “legislatura trampolim” (*springboard legislature*), ou seja, aquela cuja disponibilidade de recursos é similar à de carreira, mas apresenta diversos incentivos para que os parlamentares busquem outros cargos. E, finalmente, o terceiro tipo é classificado como “legislatura fim de linha” (*dead-end*), o tipo que não provê incentivos para os membros permanecerem ou buscarem novos cargos. Em geral seus membros não buscam permanecer por muito tempo na atividade política por considerarem-na pouco atrativa e muito custosa de ser alcançada.

As explicações sobre o nível de institucionalização tomam como fator de análise fundamental o nível de renovação apresentado a cada legislatura. A *House of Representatives* nos Estados Unidos apresenta baixas taxas de rotatividade de seus membros. Em média mais de 90% dos incumbentes que se reapresentam conseguem se reeleger, ou seja o nível de renovação parlamentar não chega a 10% em cada eleição (SAMUELS, 2003). Legislaturas com altos níveis de renovação são consideradas, assim, como pouco profissionalizadas. Se não há incentivos aos políticos em permanecerem nessas legislaturas, a tendência esperada é que busquem cargos mais altos e mais atrativos. Níveis baixos de renovação indicam, assim, que os políticos buscam, em grande medida, a própria reeleição, o que significa que a carreira nesta arena é mais estável e profissionalizada, e conseqüentemente que a o legislativo tem alto nível de institucionalização.

Hibbing (1999) argumenta que legislaturas podem apresentar altas taxas de renovação parlamentar e ainda assim serem institucionalizadas. Ademais, considera que a melhor forma de se medir o nível de institucionalização do legislativo não é observando a

renovação de seus membros, mas as consequências desse fenômeno. O que se pode afirmar é que se faz importante estudar se os incumbentes pretendem fazer da atividade legislativa carreira ou apenas usam a passagem por essa arena como trampolim para outros cargos ou outras dimensões de atividades, mesmo fora da política.

Quando se observa outros países, como o Brasil, essa relação não é constada de imediato. Pelo contrário, outros aspectos como o tipo presidencialismo presente no país - cujo executivo mantém grande poder de agenda -, de federalismo, e sistema eleitoral, também entram na análise das escolhas dos políticos. Esses fatores têm impacto no comportamento dos legisladores dentro da instituição levando-os a um tipo de comportamento que os tornam mais favoráveis a agir com as instituições em vigor (CUNOW et al., 2012).

Cunow et al (2012) ao realizarem um estudo sobre o padrão de votação de deputados para a aprovação da Constituição de 1988, constatou que os parlamentares que detinham características para construção de longas carreiras no legislativo não apoiaram, em geral, regras para o fortalecimento da instituição, antes votaram a favor de emendas que implicavam em maior poder para o executivo, principalmente as matérias relacionadas ao orçamento. Segundo Cunow et al. “o poder do executivo sobre a distribuição de *pork* significou que, a curto prazo, os legisladores precisavam apaziguar o executivo para obter recursos que permitissem a reeleição” (CUNOW et al., 2012. Tradução nossa). Outro resultado apresentado pelos autores é que os deputados que se retiraram da cena política ou que concorreram a outros cargos fora do legislativo estiveram menos propensos a votar com o presidente.

Resultado similar é apresentado por Figueiredo e Limongi (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995) ao apontarem que a constituição de 1988 assegurou a continuação de diversas prerrogativas legislativas do presidente criadas no período do Regime Militar. A continuidade dessas prerrogativas teve grande apoio dentro do congresso por aqueles deputados que tentavam manter apoio do executivo na obtenção de recursos. Essa passa a ser uma característica interna do legislativo fundamental para se compreender a tipo de carreira política estabelecida pelos parlamentares brasileiros. Assim sendo, não é possível, em todos os casos, estabelecer uma relação direta entre profissionalização do legislativo e carreirismo, principalmente caso do legislativo brasileiro. A relação entre o nível de institucionalização e as escolhas de carreira pode variar dependendo dos diferentes tipos de configuração institucional presentes em cada ambiente político.

Por conseguinte, a hipótese apresentada por essa literatura, partir das definições dos tipos de legislaturas acima citados e da noção da relação entre profissionalização das

carreiras políticas e institucionalização, é a de que a organização dos legislativos é reflexo direto da ambição de carreira dos incumbentes. Suas decisões promoveriam uma estabilidade tal que tornaria este cargo cada vez mais desejado, e o nível de institucionalização do legislativo seria, assim, função das escolhas de carreira dos deputados.

1.2 Carreira política como objeto de análise na teoria da ambição

A decisão dos políticos sobre qual cargo disputar é feita a partir da sua inclinação em concorrer balizada pela avaliação das suas chances de sucesso para os cargos disponíveis, considerando fatores individuais, institucionais e contextuais. A decisão de concorrer a um cargo específico é, portanto, resultado da avaliação feita pelos atores políticos de acordo com a sua “ambição” e pela disponibilidade e acessibilidade dos cargos que estão em jogo. Este é o pressuposto central da teoria da ambição política desenvolvida inicialmente nos Estados Unidos na década de 1960 com Schlesinger (1966) e que até hoje faz parte do corpo teórico central de explicação nos estudos sobre carreira política.

Na teoria da ambição política está implícita a ideia de que é possível se compreender o comportamento dos políticos através da análise de suas escolhas em concorrer a cargos específicos. A partir desse pressuposto diversos trabalhos foram realizados na tentativa de traçar perfis de carreira dos políticos e os fatores determinantes das escolhas que eles fazem, nos Estados Unidos, tomando como principal *lócus* de pesquisa a *House of Representatives* (HIBBING, 1999; KIEWIET; ZENG, 1993; POLSBY, 2008; ROHDE, 1979; SCHLESINGER, 1966).

O primeiro grande esforço para sistematizar a análise das escolhas de carreiras políticas foi realizado por Joseph Schlesinger em *Ambition and politics: political careers in the United States* (1966). Neste trabalho o autor teoriza sobre os fatores que levam os atores políticos a buscarem tipos específicos de carreias políticas. Essa busca seria feita por meio da reconciliação entre a ambição individual dos políticos e a avaliação da estrutura institucional de oportunidades com a qual se deparam e sob a qual precisam realizar suas decisões de carreira. A “ambição” é definida por Schlesinger (1966) como “a disposição do político em buscar um cargo, temperada pela estrutura de oportunidades oferecida pelo sistema político e a avaliação que o político faz dos custos e dividendos envolvidos nessa busca” [...] desta forma, “ao invés de corresponder ao mero desejo ou vontade do político, é um cálculo de oportunidade” (BARRETO, 2015, p. 5).

A partir desse pressuposto o autor classifica a ambição em três categorias, baseadas nas direções que os políticos podem seguir. Em primeiro lugar, o autor destaca o tipo de ambição discreta: tipo de ambição em que os políticos não projetam longas carreiras, mas ocupam um mandato por apenas um curto período e logo depois saem da arena política em busca de outros tipos de cargos que não sejam eletivos e que tenham menor valor que o anterior, ou pretendendo retomarem suas profissões anteriores à política. Em segundo lugar, apresenta a ambição estática, que corresponde ao padrão de escolha estabelecido por aqueles políticos que pretendem construir carreiras políticas duradouras no mesmo cargo, ou seja, manter seus cargos pelo maior tempo possível através da reeleição. Como terceira categoria, o autor apresenta a ambição progressiva enquanto tipo de percurso seguido por aqueles que pretendem alcançar cargos mais altos e mais atrativos do que os ora ocupados.

Esta classificação feita por Schlesinger mostrou-se útil aos cientistas políticos posteriores por simplificar os diversos tipos de escolha de carreira em um modelo que toma como base a natureza da ambição dos políticos em consolidar, ou não, suas carreiras. A proposta desta teoria tem como foco central o objetivo de delinear o comportamento dos políticos através da sua busca por cargos específicos, das fontes e das consequências da ambição política (SAMUELS, 2011, 2003). Isso significa dizer que Schlesinger não excluiu de sua análise a responsividade dos representantes às suas bases eleitorais por escolher os cargos de acordo com sua ambição. Antes demonstrou que o comportamento do político em relação a sua base será definido pela sua escolha, ou seja, tentar concorrer a um cargo específico determinará o tipo de relacionamento do político com seu reduto eleitoral permanecendo no mesmo ou expandindo sua campanha, ou adotando tipos diversos de estratégias eleitorais. Por conseguinte, é possível afirmar que para essa teoria o comportamento dos deputados é uma resposta direta aos anseios de carreira por eles cultivados.

Schlesinger, ao propor a teoria da ambição para a análise das escolhas de carreira, afirma que ela, apesar de não poder explicar integralmente todo o comportamento do indivíduo, explica em grande medida os motivos de suas decisões. O que torna a ambição um objeto de estudo importante na ciência política é, portanto, que ela não é fruto de aspectos intrinsecamente psicológicos ou sociológicos, mas formatada dentro de um contexto institucional na esfera do jogo político, cujos incentivos e restrições são considerados pelos políticos no momento de suas decisões.

Em resumo a teoria da ambição política apresentada por Schlesinger tem duas dimensões principais. Primeiro, o comportamento dos políticos é diretamente relacionado ao

cargo pretendido. Em segundo lugar, suas preferências são formuladas através dos valores atribuídos aos cargos, “pelo salário e outros benefícios que oferecem, pela disponibilidade e a duração dos mandatos, mas também pelo tamanho da *constituency* (ou eleitorado), pela maior ou menor facilidade de permanência e pelo potencial de avanço na carreira” (BARRETO, 2015, p. 5). O que se pode concluir a partir do trabalho de Schlesinger é que o comportamento dos políticos é função de suas ambições de carreira, ou seja, é possível traçar um perfil de ação e estratégias de acordo com a opção que o político pretende fazer em relação aos cargos disponíveis.

Apesar de bastante aceita e por muito tempo utilizada, a classificação de Schlesinger não apresenta elementos suficientes na busca por compreender os fatores que levam os políticos a seguirem determinado padrão de carreira e não outro. Como afirmam Herrick e Moore (1993), outros fatores como “ambição intrainstitucional” são diferentes e moldam a decisão por posições e atuação legislativa diferentes. Segundo os autores a “ambição intrainstitucional (o desejo por posições de liderança dentro de um órgão específico) é uma forma única de ambição que resulta em comportamentos distintos dos gerados pela ambição progressiva ou estática”² (1993, p. 766). Esse tipo de ambição seria caracterizado, assim, pelo desejo do político em ocupar posições importantes dentro do legislativo com o objetivo de manter o cargo pelo máximo de tempo possível ou de fazer crescer sua imagem perante o público para alcançar cargos mais altos, principalmente no executivo.

Um elemento fundamental apresentado por Schlesinger, no entanto, é o afastamento da análise do comportamento dos políticos de uma via puramente *behaviorista* (comportamentalista) para uma que abordasse as implicações dos fatores estruturais e institucionais nas ações dos políticos. Desta forma, a introdução do conceito de “estrutura de oportunidades” na teoria de Schlesinger traz grandes vantagens para o entendimento do comportamento dos políticos, pois permite observar a relação dos incentivos e constrangimentos do sistema político e da disponibilidade de cargos sobre as decisões dos deputados. A ideia de estrutura de oportunidades passa a ser muito importante, pois ajuda a compreender como os políticos podem mover-se apresentando padrões de escolha em um sistema específico.

² No original: “[...] intrainstitutional ambition (the desire for leadership positions) is a unique form of ambition that results in behaviors distinct from those generated by either progressive or static ambition” (HERRICK, MOORE, 1993, p. 766)

Desta forma, o pesquisador que tiver como objetivo traçar o comportamento dos políticos não o poderia fazer apenas através do estudo da ambição ou de características psicológicas e sociológicas, pois, como já afirmado anteriormente, os atores estão submetidos à estrutura de oportunidades, ou seja, suas escolhas em relação às suas carreiras são formatadas a partir da disponibilidade das oportunidades políticas dentro de um arranjo institucional determinado. (BLACK, 1972; SCHLESINGER, 1966).

A teoria de Schlesinger não ofereceu, de imediato, uma formalização mais acurada das formas de analisar as decisões de carreira dos políticos. Um importante esforço para a formalização da teoria da ambição foi realizado por Black (1972) e Rohde (1979), e, posteriormente por Kiewiet e Zeng (1993), ao utilizarem os pressupostos da teoria da escolha racional. De acordo com Black (1972), os políticos, enquanto atores racionais, pensam estrategicamente em relação à manutenção de seus cargos ou em relação à possibilidade de disputarem outros. Para Black, os atores políticos “tendem a desenvolver a ambição lentamente como resultado de suas circunstâncias em mudança” (BLACK, 1972, p. 145, tradução nossa), ou seja, é de se esperar que as ambições dos indivíduos sejam fortemente modeladas pela estrutura de oportunidades e as suas decisões seriam função da probabilidade em se alcançar o cargo pretendido.

A partir dessa definição dos autores é possível afirmar que os políticos, frente a diversas opções, escolheriam os cargos ao avaliarem a sua disponibilidade, os benefícios advindos do seu exercício, considerando os custos relativos para alcançá-los. Havendo dois candidatos em um pleito, sob as mesmas condições institucionais, um pode optar por concorrer à reeleição e o outro pode escolher disputar cargo mais alto, suas escolhas dependerão da avaliação da utilidade esperada em buscar determinado cargo ponderada pelos riscos a que estão dispostos a enfrentar.

Assim sendo, é possível concluir que os políticos buscam maximizar a utilidade de se alcançar determinado cargo subtraindo os custos que levariam ao seu sucesso. Para descrever o cálculo racional feito pelos políticos no momento de sua decisão Black (1972) e Rohde (1979) propõem uma função de utilidade por meio da qual teorizam quais são as variáveis mais importantes a serem estudadas na análise de suas escolhas de carreira. De maneira simplificada a função de utilidade proposta por meio dos trabalhos desses autores pode ser descrita como segue:

$$U(O_i) = (P_i O_i) - C_i$$

Nessa função $U(O_i)$ representa a utilidade esperada de um cargo para um indivíduo antes da eleição; P_{io} é a probabilidade de se alcançar determinado cargo; B_{io} são os benefícios em se chegar a esse mesmo cargo, e C_{io} são os custos exigidos para o sucesso eleitoral.³ Assim sendo, o candidato concorrerá a um cargo específico quando avaliar que os benefícios associados a este cargo serão maiores que os custos necessários, ou seja, são as avaliações das condições existentes no momento da escolha que determinam o tipo de ambição dos políticos. O político na teoria de Black é o *rational office-seeker*. De acordo com Black

[...] os indivíduos se comportam de forma racional, e isso inclui políticos que estão no processo de busca do avanço político. [...] O pressuposto da racionalidade neste contexto implica que o político, quando confrontado com uma decisão, examinará as alternativas com as quais ele é confrontado, e avaliará essas alternativas em termos da probabilidade de sua ocorrência e do valor. Essa alternativa que lhe proporciona o maior valor esperado. Portanto, assume-se que o indivíduo busca selecionar a melhor alternativa que maximize seu valor esperado, mas ele pode não estar sempre correto em sua escolha (BLACK, 1972, p. 145. Tradução nossa)

A carreira política implica a existência de diversos movimentos determinados a partir da escolha que os políticos fazem. Essas escolhas são determinadas por diversos fatores ligados à sua ambição individual e à estrutura de oportunidades existente. Os políticos podem mover-se da arena local para a regional e para a nacional ou fazer o movimento contrário. Todos os cargos disponíveis nessas arenas possuem um valor atribuído pelos políticos e a probabilidade de alcançá-los determinará se eles os disputarão ou não. Essa probabilidade é auferida a partir da avaliação de vulnerabilidade eleitoral dos candidatos e existência de forte competitividade na circunscrição na qual concorrem.

Rohde, partindo do pressuposto de que a ambição progressiva era comum aos deputados nos Estados Unidos, e que, como atores racionais, são maximizadores da utilidade esperada em se alcançar o posto pretendido, afirmou que a decisão dos políticos em concorrer a determinado cargo depende de sua probabilidade de sucesso e do valor que atribuem aos cargos (ROHDE, 1979). Os atores atribuem valores aos cargos dependendo de sua “propensão ao risco” em concorrer, e a probabilidade de vitória é o que regula sua decisão, assim como a avaliação dos riscos contidos nessa decisão. Se sua margem de sucesso for baixa é provável que não concorra ou que escolha ambição estática. Se sua margem for alta a tendência é que procure reeleição ou cargos mais altos. Rohde propõe uma definição para os deputados que têm

³ A função de utilidade aqui descrita foi retirada de Samuels (2003).

disposição em enfrentar os riscos da disputa denominando-os como *risk takers*, ou seja, aqueles que frente aos mais desafiadores candidatos se lançam na disputa.

Assim sendo, para Rohde, se a decisão de um político fosse resultado apenas de sua vontade, de sua ambição, todos buscariam concorrer a postos mais altos, ou seja, buscariam maximizar sua utilidade. Entretanto, tal situação não pode ser vista na realidade, o que determina fundamentalmente as escolhas dos políticos é a sua probabilidade de sucesso. De acordo com Rohde:

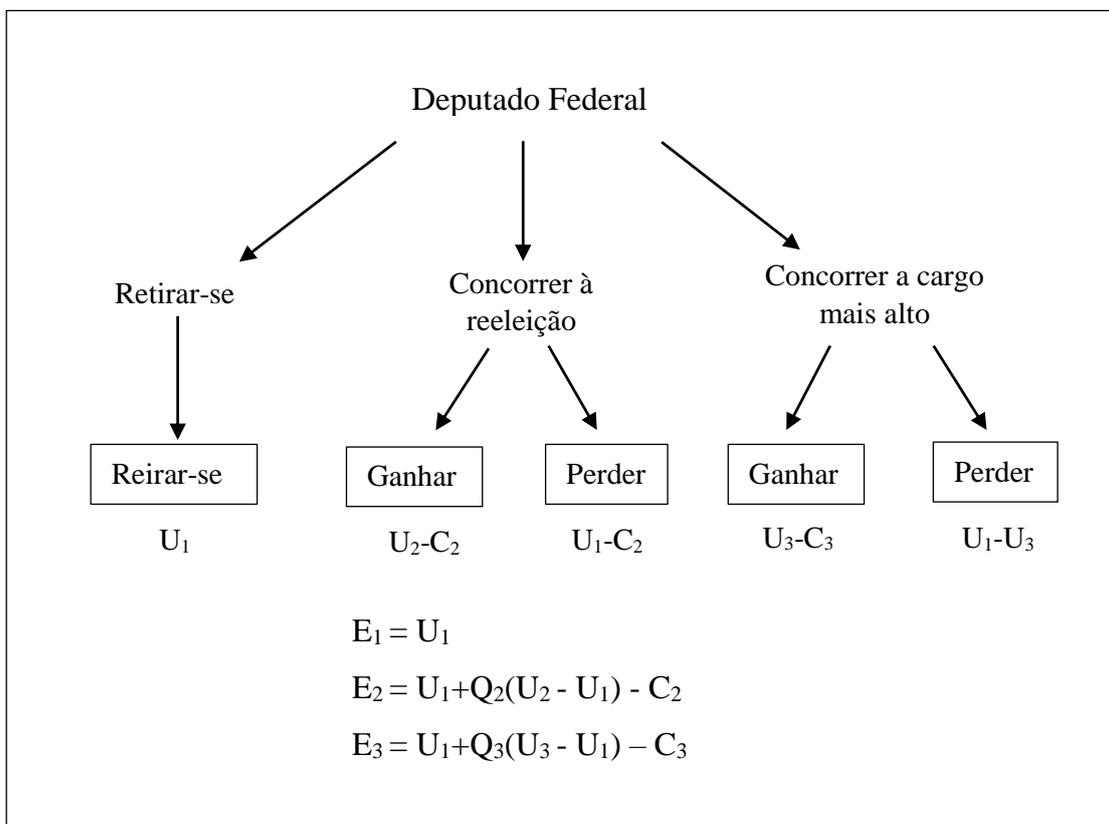
Em geral, uma margem grande na eleição anterior indica que o deputado está relativamente seguro em relação a um desafiante. Sendo assim, sua probabilidade de reeleição é alta e é menos provável que ele concorra a um cargo superior do que outro deputado que esteja menos seguro. Porém, no caso de deputados de estados pequenos, uma margem grande não apenas é garantia contra um desafiante, mas também é potencialmente uma vantagem ao concorrer a outro cargo ... Portanto, embora não esteja claro a partir da teoria, qual é a relação precisa entre margem eleitoral e probabilidade de concorrer a cargos superiores (já que essas forças pressionariam o deputado em direções opostas), está claro que deve haver uma relação positiva mais forte (ou uma relação negativa mais fraca) entre a margem anterior e a candidatura a um cargo superior entre deputados de estados com poucos distritos do que entre os que vêm de estados com muitos distritos. (ROHDE, 2008, p. 232)

A partir deste pressuposto, Rohde (2008) defende que é possível verificar diferenças importantes entre os padrões de carreira apresentados entre os estados. A margem de sucesso eleitoral influenciaria de maneira variada as escolhas de carreira dos deputados dependendo das características institucionais de seus distritos, ou seja, para explicar as decisões dos incumbentes de acordo com a probabilidade de sucesso eleitoral seria preciso ponderar a análise pelas particularidades de cada estado. Um dos fatores que determinaria o tipo de decisão do deputado seria o tamanho do distrito. Esse fator seria decisivo para a decisão de carreira, pois, de acordo com Rohde (2008), em estados menores haveria maior probabilidade de os políticos buscarem cargos mais altos e em estados maiores a probabilidade de um candidato buscar reeleição seria maior.

Kiewiet e Zeng (1993), observaram que grande parte dos estudos sobre escolhas de carreira dos deputados no Estados Unidos, que haviam sido feitos considerando, em geral, tipos específicos de decisões ou sobre ambição progressiva e estática, ou sobre estática e a decisão por se retirar da política. Os autores propõem, a partir do que expuseram, um estudo que levasse em conta todos os possíveis tipos de decisões dos políticos, considerando-os como indivíduos racionais que buscam maximizar a utilidade do cargo pretendido através de estratégias diversas. Assim, elaboraram um modelo de cálculo de escolha baseados no modelo inicialmente desenvolvido por Black (1972).

De acordo com o modelo de Kiewiet e Zeng (1993), um político que tivesse interesse em concorrer a um cargo mais alto seria confrontado com o seguinte conjunto de escolhas possíveis $J = \{a_1, a_2, a_3\}$, onde a_1 = retirar-se da política, a_2 = concorrer à reeleição para o cargo de deputado federal, e a_3 = concorrer a algum cargo mais alto e mais atrativo. Na modelo desenvolvido por Kiewiet e Zeng (1993), que pode ser visto na figura 1, é possível observar que, teoricamente, a cada decisão que um político faz corresponde um tipo de consequência em relação aos benefícios e aos custos que pode receber.

FIGURA 1: Custos e utilidade dos tipos de escolha de carreira



Fonte: Kiewiet e Zeng (1993)

A partir do pressuposto da racionalidade dos atores pode-se considerar que um político irá escolher o cargo a_i caso a utilidade em se obter esse cargo seja maior do que a de qualquer outra opção. Considerando a figura 1 é possível perceber que um deputado que escolha retirar-se da política recebe a utilidade U_1 sem custos embutidos nessa decisão. Um candidato que escolha concorrer à reeleição com a probabilidade de ganhar Q_2 , recebe a utilidade U_2 subtraindo os custos da reeleição C_2 , entretanto sua probabilidade de perder é $1 - Q_2$, consequentemente a utilidade correspondente é $U_1 - C_2$. Já um candidato que tenha o desejo de

concorrer a um cargo mais alto pode ganhar com a probabilidade Q_3 e receber a utilidade do cargo U_3 subtraindo os custos C_3 relacionados àquela tentativa; se perde, então a probabilidade esperada neste caso é $1-Q_3$ e a utilidade nesse resultado é U_1-C_3 (KIEWIET; ZENG, 1993). Esse modelo do cálculo de escolha é elaborado levando em consideração o problema sobre qual escolha o deputado faria em relação aos riscos contidos na decisão, ou seja, qual seria a decisão do político entre concorrer e incorrer em riscos ou em não concorrer e conseguir a utilidade máxima da decisão. A decisão em retirar-se assegura uma utilidade máxima, pois não apresenta riscos eleitorais aos atores. No entanto, todas as outras decisões apresentam um percentual significativo de custos e riscos.

O referencial neoinstitucionalista utilizado nas abordagens de Schlesinger (1966), Black (1972), Rohde (1979) e Kiewiet e Zeng (1993), têm como preocupação central a explicação das ambições dos políticos e suas escolhas de carreira no cenário norte-americano a partir do pressuposto de racionalidade dos políticos como atores estratégicos que optam pelos melhores e mais acessíveis caminhos. A aplicação destes pressupostos teóricos deve ser utilizada com parcimônia na análise de casos em outros países, de acordo com a estrutura institucional de oportunidades de cada contexto a ser analisado.

Neste trabalho, para a análise do caso brasileiro, utiliza-se a perspectiva segundo a qual os deputados no momento de suas decisões de carreira irão escolher qual cargo disputar de acordo com suas características pessoais, sua reputação, e os incentivos e constrangimentos institucionais do sistema eleitoral disponíveis. Não se consideram como elemento central na análise de carreiras dos deputados a possibilidade da relação entre institucionalização, profissionalização das carreiras legislativas e o tipo de escolhas feitas pelos atores. Não se nega aqui que esses processos tenham influência no comportamento dos políticos brasileiros, mas apenas que influenciam em um grau menor em relação a outros tipos de variáveis.

Por conseguinte, a partir do que foi descrito neste tópico, afirma-se que o problema central de análise neste trabalho tem como foco as escolhas dos deputados no final de seus mandatos, cujas decisões são feitas de maneira racional com o objetivo de maximizar a utilidade esperada em se obter determinado cargo temperada pelos custos e riscos da decisão. Desta forma, espera-se encontrar relação entre as variáveis que qualificam a probabilidade de sucesso eleitoral e as escolhas dos deputados de acordo com as características dos distritos nos quais os deputados concorrem.

1.3 Apontamentos para a análise de carreiras políticas

Os estudos sobre ambição política enfatizam as possibilidades e escolhas individuais de cada político procurando desvendar os padrões que se apresentam a partir da análise do comportamento dos políticos. Alguns estudos recentes que tomam como lócus de análise países com sistema político multinível, enfocam os fatores que levam os políticos a percorrerem movimentos para o “centro” (cargos de âmbito nacional) ou para a “periferia” (cargos de âmbito regional) (STOLZ, 2003), como o partido ao qual o político pertence, coalizões de governo, participação em comissões permanentes ou especiais, atuação em grupos temáticos, formas de recrutamento (SAMUELS, 2011), ou ainda o processo de tornar-se um titular da agenda (*agenda holder*) como fator determinante para a escolha a qual cargo concorrer (ARAÚJO; SILVA, 2013).

A abordagem das circunstâncias políticas e estruturais da decisão dos deputados tem permitido aos pesquisadores apresentarem grandes contribuições teóricas sobre o comportamento dos parlamentares seja através da conexão eleitoral, seja através das relações com os partidos ou da relação entre executivo e legislativo. Estas explicações sobre as ambições dos políticos têm permitido apreender diversas dimensões dos fatos políticos, a entender os fatores determinantes para tipos específicos de ação tanto no congresso quanto na arena eleitoral.

A partir do trabalho de Borchert (2009, 2011) o estudo sobre decisões de carreiras em países com regime federalista, como é o caso do Brasil, tem ganhado espaço por propor tipos de padrões de carreira de acordo com a realidade institucional do país. O pressuposto seguido nessa linha de pesquisa é baseado nas contribuições de Schlesinger sobre a competição política por um cargo eletivo. De acordo com esta perspectiva, a competição ocorre sob um amplo leque de regras fixas que condicionam padrões observáveis em uma determinada circunscrição territorial. Assim sendo, os comportamentos dos políticos tendem a responder a estrutura e à lógica do arcabouço institucional presente na localidade em que se disputa (BORCHERT, 2011; SCHLESINGER, 1966).

O que pode ser encontrado de similar entre os trabalhos de Schlesinger (1966) e de Borchert (2009) é a tentativa de propor um quadro teórico e tipológico sobre tipos de carreias políticas. Em Schlesinger (1966) encontra-se uma tipologia geral sobre os tipos de escolhas dos políticos. Borchert (2009), apresenta uma classificação de tipos gerais de padrões de carreira

que podem ser observadas em países com sistema multinível, cujas diferenças são engendradas de acordo com as modificações institucionais de cada país.

Os padrões de carreira política devem ser analisados de acordo com a realidade institucional de cada país ou Estado. A partir desse pressuposto Borchert (2009) afirma que não é possível se estudar os diversos padrões de carreira em países diferentes a partir do modelo norte-americano. Na análise do autor sobre ambição política em países com sistemas multinível devem ser consideradas as implicações das características institucionais sobre as decisões dos políticos com o objetivo de apreender e explicar os padrões de carreira.

De acordo com Borchert (2009), há três tipos ideais de carreira que podem ser apresentadas nos sistemas federalistas (*multi-level systems*). O primeiro tipo é o “unidirecional”, nesse tipo de padrão de carreira os políticos buscam, ou pelos menos desejam, sempre ascender na carreira; é caracterizado por possuir uma direção bem definida do nível local, onde se apresentam os cargos de menor valor, para o nível nacional, onde há aqueles com maior valor. A velocidade com que os atores se movem neste tipo depende da estrutura da competição política e o nível de profissionalização é variável.

O segundo tipo apresentado pelo autor é o “alternativo”. Esse tipo não apresenta um único padrão de carreira prevaiente, pois as direções que os políticos seguem não é bem definida e a velocidade de movimentação entre os cargos é lenta. O que o diferencia do primeiro tipo é que não há uma hierarquia de cargos bem definida. Nos Estados Unidos, onde pode-se observar o primeiro tipo, há uma hierarquia de cargos bem delimitada sobre a qual os políticos podem se decidir de maneira mais clara e que permite uma avaliação de custos e benefícios mais explícita por quem decide concorrer a algum dos cargos disponíveis.

O terceiro tipo, denominado como “integrado”, é caracterizado pela falta de fronteiras bem delimitadas entre os níveis de governo. Ademais, é possível asserir que uma hierarquia de cargos é praticamente inexistente. “Esse tipo proporciona uma alta frequência de mudanças de posição, e sua permeabilidade proporciona a todos boas chances de permanecer na carreira política, mesmo que a sua direção seja frequentemente alterada” (PINTO, 2012, p. 5). Esse tipo geral de carreira seria característico do caso brasileiro. De acordo com Borchert:

Neste tipo, todos os cargos políticos profissionalizados pertencem a uma grande arena na qual todos os atores estão se movendo livremente. A vontade de seguir em frente é produzida pela ordem individual de preferências, mas também por características institucionais [...] em contraste, um alto nível de permeabilidade aumenta as chances de todos permanecerem no jogo. A direção dos movimentos parece arbitrária de fora. Isso não impede que algumas posições sejam consideradas particularmente atraentes. Se essas posições, por algum motivo não podem ser mantidas por um longo período, a imagem geral se torna uma de rotação contínua em todo o sistema. Da mesma forma

que o tipo clássico unilinear, o integrado também tende a ser hegemônico. (BORCHERT, 2009, p. 6. Tradução nossa)

Considerando o terceiro tipo apresentado por Borchert, propõe-se que dentro do conjunto de trajetórias possíveis, os diversos cargos teriam valores diferenciados relativos ao nível de atratividade e acessibilidade, ou seja, a partir da sua utilidade e probabilidade em alcançá-lo. Segundo Pinto. “a Câmara dos Deputados apresentaria um duplo papel na estratégia de construção das carreiras políticas, servindo de trampolim para os executivos locais e estaduais e também se configurando como uma posição de recuo sempre disponível após a passagem pelo Executivo” (2012, p. 14).

Segundo Borchert, a perspectiva dos atores sobre os elementos da configuração dos cargos é modelada e diferenciada de acordo com a disponibilidade, a acessibilidade e a atratividade do cargo pretendido. Ao elaborar esta perspectiva, de acordo com Shclesinger, Borchert denota que essas características dos cargos, determinadas institucionalmente, são os elementos centrais no cálculo de escolha daqueles que pretendem disputar um cargo público.

A disponibilidade de um cargo diz respeito a sua existência e a possibilidade de um candidato em alcançá-lo. Este critério é caracterizado por fatores importantes como idade mínima para a ele concorrer, exigências territoriais – é preciso que um candidato tenha residência naquela localidade por um tempo mínimo -, cota de gênero, assim como a quantidade de cadeiras disponíveis por localidade.

A acessibilidade está relacionada com a possibilidade de um candidato alcançar para o cargo pretendido, ou seja, pode variar para os diferentes cargos disponíveis de acordo com a estrutura da competição e das instituições que regulam a disputa para o cargo. A atratividade de um cargo é acentuada pelos benefícios a ele atrelados. Assim, a partir da noção de que os indivíduos apresentam preferências particulares e diferentes, pode-se esperar que cada uma atribuirá valores diferentes a cada cargo.

A partir da noção desses três elementos chave para o cálculo de escolha feito pelos políticos pode-se inferir que no Brasil, cujo sistema pode ser caracterizado como integrado, não se encontrará uma hierarquia de cargos da qual se possa concluir um tipo único e ordenado de escolhas feitas pelos políticos, um padrão que possa seguir uma ordem territorial ou valorativa baseada em uma avaliação coletiva das oportunidades disponíveis. Assim não se pode afirmar que no país se possa encontrar carreiras totalmente profissionalizadas que sejam itens de anseio dos políticos. A partir da perspectiva dos candidatos potenciais, os diferentes cargos disponíveis

em uma estrutura política multinível, podem diferir em termos de sua disponibilidade, acessibilidade e atratividade.

Neste ponto se faz importante enunciar a relação entre a sobrevivência política e as escolhas de carreira dos deputados. A conquista de cargos políticos é relevante para os atores como forma de garantir pelo máximo tempo possível sua sobrevivência. Tanto a escolha por permanecer no mesmo cargo ou disputar outros pode ser avaliada de acordo com a tentativa de assegurar a vida política.

De acordo com o que já foi discutido nesse capítulo, a construção de uma carreira política é resultado da relação entre incentivos e obstáculos para se alcançar um cargo e da “motivação do legislador em progredir em sua vida política” (PINTO, 2012, p. 6). Assim, pode-se afirmar que um político buscará desenvolver sua carreira de acordo com a atratividade, acessibilidade e disponibilidade do cargo. Estes três fatores são, assim, guias para o cálculo de utilidade que os políticos fazem sobre quais cargos disputarem.

CAPÍTULO II

CARREIRAS POLÍTICAS NO BRASIL: ESTRATÉGIAS E SUCESSO ELEITORAL

Ao se aproximar o final do mandato, os deputados se deparam com uma grande possibilidade de escolhas de cargos aos quais concorrer. No Brasil, cujo sistema político é categorizado como sistema *multinível*⁴ (BORCHERT, 2009), as disputas ocorrem simultaneamente em escala nacional com os cargos para presidente, vice-presidente, senador e deputado federal; e subnacional com cargos para governador, vice-governador e deputado estadual (as eleições municipais para prefeito, vice-prefeito e vereador, ocorrem dois anos após as estas eleições). Cada um desses cargos pode ser classificado de acordo com sua distribuição local, regional ou nacional, ou de acordo com a perspectiva dos atores políticos na atribuição de valores a cada um deles, ou mesmo por suas convicções ideológicas ou partidárias. Para a escolha de qual cargo disputar os atores também se deparam com uma grande quantidade de variáveis que podem ser avaliadas em razão de sua probabilidade de efeito sobre o sucesso eleitoral.

O sistema político e a estrutura de oportunidades presentes no cenário brasileiro são constituídos por uma combinação entre presidencialismo, federalismo e sistema de representação proporcional de lista aberta, que atuam sobre as formas de divisão de poder e sobre como os cidadãos podem chegar às posições almejadas. As características institucionais do sistema político brasileiro criam uma complexa estrutura de oportunidades que engendra uma característica singular à estrutura de carreira em nível nacional e subnacional. Portanto, é um campo rico para a análise da construção de carreiras políticas, pois permite a análise das escolhas dos políticos em vários níveis.

Considerando que o objetivo principal deste trabalho é analisar como os deputados federais, frente a uma grande gama de possibilidades promovida pela estrutura de oportunidades, oferecida através do sistema político brasileiro, tomam suas decisões de carreira. Propõe-se, assim, analisar como variáveis que indicam a margem de sucesso eleitoral afetam a avaliação dos riscos que os deputados fazem para suas escolhas de carreira em distritos diferentes, esta pesquisa lança mão de teorias sobre o sistema político brasileiro e sobre o sistema eleitoral.

⁴ Os sistemas multiníveis definidos por Borchert (2009) são os sistemas federativos com divisões territoriais em nível nacional e subnacional por Estados e municípios, cada um contando com grande autonomia política e eleitoral.

Para melhor compreender como essas características institucionais afetam o comportamento dos deputados este capítulo inicia com uma discussão sobre o sistema eleitoral brasileiro e suas implicações para as decisões de carreira dos parlamentares. No segundo tópico são apresentadas as variáveis trabalhadas nesta pesquisa a partir das características do sistema eleitoral discutido na primeira seção. Na terceira parte é explicitada as formas de interação que se espera entre as variáveis e sua distribuição no modelo de análise desta pesquisa, com a apresentação das hipóteses para cada variável..

2.1 O sistema político e a construção de carreiras políticas no Brasil

Para a análise dos determinantes de escolha de carreira dos deputados faz-se necessário entender como as características institucionais do sistema político afetam seu comportamento. Nessa pesquisa procura-se identificar como os deputados fazem suas escolhas a partir dos determinantes de sucesso eleitoral. Assim, é apresentada nesta parte um resumo dos efeitos do sistema eleitoral brasileiro sobre as escolhas de carreira destes políticos presentes na literatura.

Na literatura sobre comportamento legislativo no Brasil há duas perspectivas centrais para a explicação da influência das instituições do sistema político sobre o comportamento dos parlamentares. De um lado têm-se os autores que concordam com a premissa de que os deputados estão constantemente dispostos a buscarem benefícios para suas bases eleitorais como forma de garantir sua sobrevivência política, de maneira tal que atuam em grande medida a favor do executivo para assegurarem esses recursos (*pork-barrel*) (AMES; LOUIS, 1995; AMORIM; COX; MCCUBBINS, 2003; SAMUELS, 1997), ou seja, são indivíduos que por perceberem a pouca força política que detêm em relação ao executivo, agem em conformidade com este para garantir a retenção da maior quantidade de recursos possível. Esta perspectiva observa ainda o presidente como refém da dinâmica política subnacional, pois para garantir apoio no Congresso cederia a pressões e demandas advindas da arena eleitoral. Considera ainda que existe fraca disciplina partidária, e, conseqüentemente, que o comportamento dos legisladores é imprevisível por moverem-se independentemente, de acordo com seus interesses (AMORIM; COX; MCCUBBINS, 2003; SAMUELS, 2003). O foco central desta corrente está na arena eleitoral, e as demandas nela apresentadas moldariam o tipo de comportamento dentro do Congresso, assim como a relação entre o executivo e o legislativo.

Por outro lado, há os que defendem a ideia segundo a qual não há indisciplina partidária entre os deputados, e que eles agem em conformidade com o executivo em razão do forte e centralizado poder constitucional de agenda que possui, e que no legislativo agem em conformidade com o poder centralizado dos líderes partidários. Segundo os autores que trabalham com esta perspectiva, o argumento do constructo teórico anterior perde força ao observar o comportamento dos legisladores como simplesmente distributivista, ou seja, que buscam apenas seus interesses individuais dentro do Congresso como forma de levar recursos aos seus redutos eleitorais (*pork-barrel politics*). O poder centralizado de agenda do executivo e dos líderes dos partidos contribue para inibir este tipo de comportamento fazendo com que os deputados ajam, em larga medida, de maneira ordeira. Desta forma, poder-se-ia considerar que suas decisões de carreira estariam ligadas ao tipo de organização legislativa e a proximidade ou distância com o executivo determinaria tipos específicos de padrões de carreira (AMORIM; COX; MCCUBBINS, 2003; AMORIM NETO; SANTOS, 2003; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995)

Pereira e Müeller (2003) sugerem que estas duas perspectivas apresentam explicações incompletas sobre o sistema político brasileiro. Diferentemente do que essas perspectivas propõem, os autores argumentam que o sistema político não pode ser considerado nem apenas puramente descentralizado, nem centralizado ao extremo, mas que é constituído por elementos observados nas duas abordagens. De um lado, os políticos e os partidos agem sob um sistema eleitoral cujas regras contribuem para a existência de uma arena descentralizada e mais fluida, contribuindo para um tipo de comportamento mais individualizado dos políticos e pouca dependência dos líderes partidários. De outro, o forte poder legislativo do presidente e dos líderes partidários, proporciona a existência de um padrão de comportamento mais disciplinado, que leva a uma maior dependência dos políticos em relação aos partidos e seus líderes, na atuação dentro do legislativo. Com essa abordagem é possível presumir que variáveis dos tipos de contexto, a ação dentro do legislativo e na arena eleitoral, são importantes para a análise das decisões dos políticos em relação às suas carreiras.

De acordo com Mainwaring (1991), o estudo dos sistema eleitorais é importante em pelo menos dois pontos. Em primeiro lugar, as suas consequências políticas sobre a natureza dos partidos e dos sistemas partidários, e sobre as estratégias eleitorais dos políticos. Em segundo lugar, o sistema eleitoral permite a observação das predileções dos políticos, ou seja, tem grande participação da formatação do comportamento destes atores. Desta forma, as preferências dos políticos por regras eleitorais específicas são resultadas da forma como buscam

a entrada e permanência na política. Assim, a influência do sistema eleitoral sobre as particularidades do comportamento dos políticos em relação a suas carreiras torna-se uma relação relevante para a análise do comportamento desses atores.

O sistema eleitoral no Brasil conta com dois sistemas de votação para os diferentes cargos disponíveis. Para cargos executivos, presidente, governador e prefeito, e para o cargo de senador é aplicado o sistema de votação majoritário, em que os votos são contados e ganha quem tiver mais votos. O tipo de eleição majoritária é de dois tipos de maioria simples, quando vence quem obter maior votação entre os concorrentes, e de maioria absoluta, quando vence aquele candidato que obtiver mais de 50% dos votos válidos para os cargos executivos.

As eleições para deputados federais, estaduais e vereadores, conta com o sistema de representação proporcional de lista aberta. Neste tipo de sistema os votos são distribuídos dentro do partido ou da coligação. Os partidos podem auferir uma quantidade determinada de cadeiras dependendo da quantidade de votos recebidos em relação ao quociente partidário. Os eleitores podem votar tanto no partido quanto no candidato individual. Os votos recebidos por todos os candidatos em uma lista são somados com os votos recebidos pelo(s) partido(s) componente(s) na coligação. Os candidatos mais votados no partido ou na coligação ocupam as cadeiras conquistadas.

O quociente eleitoral é razão do total de votos válidos sobre a quantidade de cadeiras disponíveis no distrito. A quantidade de assentos que o partido consegue é calculada como a razão do número de votos recebidos pelo partido ou pela coligação sobre o quociente eleitoral. Desta forma, as vagas conquistadas pelo partido ou coligação depende da votação geral recebida, porém os candidatos que ocupam esses lugares são aqueles com as maiores votações dentro do partido ou da coligação.

A apresentação de candidatos pelos partidos à competição pelos cargos na Câmara dos Deputados é feita de acordo com a existência, ou não, de coligação. Um partido isolado pode apresentar uma quantidade de candidatos de até uma vez e meia a quantidade de cadeiras disponíveis para o distrito. Se os partidos estiverem coligados, a coligação pode apresentar até o dobro do número de vagas disponíveis. Caso o distrito disponha de até vinte cadeiras, o partido pode apresentar até o dobro das vagas disponíveis (NICOLAU, 2006). Este dado mostra como o número de concorrentes que um candidato enfrenta pode ser um indicador do nível de competitividade no distrito, ou seja, é possível afirmar que o nível de competitividade é componente que tem grande relevância nas avaliações dos atores no momento de decidir a qual cargo seguir.

Os líderes partidários, em geral, têm grande influência na escolha dos candidatos da lista. Contudo, a composição da lista depende muito do perfil e do capital político⁵ individual de cada candidato. Em 2002 a Lei 9.504/97, lei da “candidatura nata”, teve seus efeitos legais suspensos pelo TSE por ser considerada inconstitucional. Essa lei era um instrumento legal que assegurava aos incumbentes a reapresentação automática para a disputa ao cargo sem a necessidade do crivo do partido; funcionava como um instrumento que reduzia o poder dos líderes partidários ao não permitir muita participação na composição da lista⁶. Entretanto, mesmo com o fim do poder desta lei percebe-se que os níveis de reapresentação permanecem similares desde 2002 e não se pode afirmar com toda certeza seu impacto no poder dos partidos sobre a escolha dos candidatos.

Diferentemente do que acontece no sistema de lista fechada, no qual os candidatos são escolhidos para formar uma lista e o voto é recebido no partido, no sistema de lista aberta os candidatos não fazem parte de uma lista fixa, antes são escolhidos e disputam as vagas disponíveis com todos os outros candidatos em extensos distritos. Assim, os candidatos enfrentam concorrentes de outros partidos, assim como de sua própria lista (competição intrapartidária) o que os leva a um tipo de campanha centrada no candidato e não no partido, pois precisam de mais votos para se elegerem, enquanto que no sistema de lista fechada os primeiros nomes da lista têm mais chances de conseguirem os assentos no legislativo (CAREY; SHUGART, 1995). De acordo com Nicolau:

No Brasil, a competição entre os candidatos de uma mesma lista tende a ser agravada pelo alto grau de incerteza que caracteriza uma eleição para deputado federal, com um número de candidatos de cada lista, em geral, muito superior ao potencial eleitoral do partido, e pela reduzida informação que os candidatos têm sobre o potencial eleitoral do partido e de seus colegas de lista. (NICOLAU, 2006, p. 700)

Assim sendo, o sistema de lista aberta combinado com eleições em grandes distritos gera incentivos que fazem com que os candidatos cultivem suas reputações pessoais na tentativa de sobressair-se aos demais em busca de votos. O voto, desta maneira, é baseado nas qualidades dos políticos, assim como no seu capital político, e não na reputação do partido

⁵ Capital político é entendido aqui como o conjunto de atributos eleitorais, midiáticos e pessoais do candidato que “indica reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente” (MIGUEL, 2003, p. 115). Neste trabalho é enfatizada uma dimensão da construção de capital políticos pelos candidatos: a dimensão eleitoral.

⁶ A pesar da lei da “candidatura nata” permitir a obrigatoriedade da reapresentação automática dos deputados ao pleito seguinte, não se constatam diferenças significativas das taxas de reapresentação antes e depois da suspensão de seus efeitos legais (PEREIRA; RENNÓ, 2013).

ou na imagem que este oferece ao público (AMES; LOUIS, 1995; CAREY; SHUGART, 1995; SAMUELS, 1997).

Os distritos eleitorais no Brasil são caracterizados por serem muito extensos territorialmente e não são distribuídos em distritos menores, ou seja, os candidatos podem expandir suas campanhas eleitorais desmedidamente, podendo ultrapassar em larga escala a circunscrição do seu reduto eleitoral.

A literatura que trata da magnitude do distrito e suas consequências sobre o sucesso eleitoral dos políticos tem demonstrado que sua influência sobre o comportamento e sucesso desses atores pode variar de acordo com o tipo de sistema eleitoral presente no país. Carey e Shugart (1995), observaram que em sistemas onde há forte controle dos líderes partidários sobre a composição das listas de candidatos e não há a presença de competição intrapartidária, característica de sistema com lista fechada, há menos incentivo para se buscar o voto pessoal à medida que à magnitude aumenta. Dessa forma pode-se supor que o nível de competitividade também será menor.

Em outro extremo, em sistemas onde há competição intrapartidária e as lideranças partidárias não apresentam muito força na composição da lista de candidatos, a tendência esperada é que à medida que aumenta a magnitude do distrito maiores incentivos existirão para a busca de voto pessoal e mais alto será o nível de competitividade (CAREY; SHUGART, 1995).

O tipo de campanha organizada pelos candidatos a deputados federais é marcado por grande autonomia na condução das campanhas. É de responsabilidade do candidato coletar doações (financiamento) e realizar a prestação de contas junto ao TSE, organizar todo o percurso de campanha que fará durante os meses que antecedem à eleição. Segundo Nicolau (2006) o tipo de campanha realizada por um candidato é fruto de seu perfil político e a disponibilidade de recursos dos quais pode fazer uso para atingir sucesso (NICOLAU, 2006)

Em resumo, pode-se afirmar que, para a literatura, o nível de competitividade que o candidato enfrenta no seu distrito é muito alto em razão da extensão do distrito, da quantidade de candidatos que se lançam na disputa, da quantidade de vagas disponíveis e da dificuldade em enfrentar opositores tanto de outros partidos quanto de sua própria lista. Todos estes aspectos do sistema eleitoral brasileiro engendram uma específica característica de competitividade que levam os candidatos a adotarem diferentes estratégias eleitorais afim de alcançarem sucesso. Portanto, os fatores que levam ao sucesso eleitoral são muito importantes

na análise das decisões de carreiras, pois os políticos decidem a qual cargo concorrer a partir da avaliação de sua probabilidade de sucesso que concebem.

Considerando a grande quantidade de candidatos que se apresentam à disputa eleitoral e os diferentes tipos de estratégias eleitorais que cada um emprega, é possível conjecturar que as escolhas que os políticos fazem sobre quais cargos seguir depende, em grande medida, de suas qualificações pessoais, da sua reputação e da sua perspectiva sobre a segurança eleitoral.

Como já descrito, o Brasil conta com um sistema político caracterizado por uma estrutura federativa e presidencialista, e seus representantes são escolhidos por meio do sistema de representação proporcional de lista aberta para cargos nos 26 estados e no Distrito Federal. Os candidatos à Câmara dos Deputados e às Assembleias legislativas nos Estados são eleitos em grandes distritos nos quais o tipo de competição é plurinominal.

No sistema de lista aberta é essencial para os candidatos buscarem a maximização do voto pessoal, pois concorrem com uma grande quantidade de outros opositores, e quantidade de votos que precisam para contabilizar no momento da divisão das cadeiras legislativas não está explícito antes das eleições. Este fato torna muito alto o nível de incerteza das disputas eleitorais o que dificulta em grande medida o tipo de decisão que os políticos precisam fazer sobre suas carreiras, e o seu cálculo de escolha precisa de diversas variáveis que incorporem características do nível de competitividade do distrito e de seu capital político.

Além das opções de cargo eletivos, há aqueles que não são e fazem em geral parte da burocracia estatal que pode garantir futuramente capital político para aqueles que tentam, se reeleger ou buscar outros cargos. São cargos como de ministro(a) de estado, secretário(a) de estado, e outras posições em nível estadual ou municipal.

Santos e Pegurier (2011) constataram que as carreiras políticas no sistema institucional brasileiro são muito arriscadas. Uma maneira que os políticos encontram de assegurar a sua sobrevivência é “operar em diferentes níveis territoriais” como “meio de reduzir o risco de ser retirado do jogo político por completo. Assim os deputados podem concorrer a um cargo enquanto ainda ocupam outro, isso reduz os riscos em concorrer, como é o caso do cargo de prefeito. Um número considerável de deputados concorre a prefeitos enquanto ainda estão no cargo. Os deputados que fazem esse tipo de escolha e perdem, em geral obtêm sucesso ao tentarem se reeleger, pois mesmo com a derrota eleitoral adquirem capital político com a campanha realizada.

Explicações para os tipos de carreiras políticas no Brasil precisam começar considerando as influências das forças de nível local e regional sobre as escolhas dos políticos em relação aos pleitos eleitorais. À diferença de Figueiredo e Limongi (2001) que argumentam que o tipo centralizado de organização da Câmara dos deputados é o fator central que determina o comportamento dos deputados, nesta pesquisa parte-se do pressuposto de que os incentivos eleitorais que implicam no tipo de eleições personalizadas são fatores muito importantes para a compreensão das carreiras políticas no Brasil por engendram tipos específicos de competitividade nos diversos distritos do país (PEREIRA; RENNÓ, 2003, 2007; SNYDER, 2001).

Por conseguinte, considera-se, neste trabalho, como um dos principais pressupostos de análise que o nível de competitividade apresentado em um distrito particular tem forte impacto nas decisões dos atores em relação aos cargos que disputam. Não se pode iniciar uma análise sobre decisões de carreira recorrendo-se apenas aos anseios individuais dos políticos, nem apenas ao aspecto da organização legislativa sobre o comportamento dos deputados. Como identificado por diversos autores, no Brasil não há o mesmo grau de institucionalização da instituição legislativa que nos Estados Unidos, mas há um grande percentual de renovação do quadro de membros.

2.2 Carreiras Políticas no Brasil

Os estudos mais recentes não enfocam apenas os elementos da ambição política como central na compreensão da escolha da carreira pelos políticos. Têm surgido estudos dos mais diversos que apresentam novos fatores e formas de se analisar os padrões de escolha de carreira. Entre essas novas abordagens estão aquelas que enfatizam o aspecto territorial em relação com a forma de presidencialismo existente no país e analisa as consequências de fazer parte ou não da coalizão de governo (BORGES; SANCHES FILHO, 2016) as que defendem que as estratégias dos parlamentares como determinante, assim como participação em postos-chave de liderança e de grande visibilidade (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003); os que analisam os movimentos de “subida” e “descida” dos atores políticos como relacionado ao capital político construído (MIGUEL, 2003, 2015); e os que priorizam a atuação legislativa como fator essencial para a promoção da visibilidade dos parlamentares (ARAÚJO, SILVA, 2013). Estudos sobre os padrões de carreira de políticos no Brasil, ainda seguem em grande medida a orientação advinda da obra de Schlesinger (1966). A maioria dos trabalhos realizados

sobre este tema têm tomado como objeto de estudo os parlamentares em nível nacional, principalmente os deputados federais na “House of Representatives” nos Estados Unidos (SCHLESINGER, 1966; BLACK, 1972; RHODE, 1979; KIEWIET; ZENG, 1993; SQUIRE, 1988) e na Câmara dos deputados no Brasil (BORGES; SANCHES FILHO, 2016; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; MANCUSO et al., 2013; MARENCO; SERNA, 2007; PEGURIER, 2012; PEREIRA; RENNÓ, 2013; SAMUELS, 2003).

No Brasil, as principais pesquisas realizadas sobre o tema tentaram analisar os padrões de carreira dos legisladores brasileiros a partir das duas principais perspectivas anteriormente citadas, da identificação dos padrões de ambição política (PEGURIER, 2012; SAMUELS, 2000; SANTOS; PEGURIER, 2011) ou da observação das decisões dos políticos pelo cálculo de utilidade que podem fazer (BOTERO; RENNÓ, 2007; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2013)

A literatura sobre carreiras políticas no Brasil tem mostrado que a carreira desenvolvida no legislativo não é considerada o melhor tipo de escolha que os deputados podem fazer. Em um legislativo pouco institucionalizado, onde as carreiras não têm alto nível de profissionalização, e cujo poder é diminuído em presença do executivo a carreira não parece ser tão atrativa.

Borges e Sanches (2016), seguindo este tipo de explicação apresentada por Borchert (2009; 2011), e de movimento de carreiras de Stolz (2003), desenvolveram um estudo sobre o impacto das coalizões de governo sobre as escolhas de carreiras dos deputados federais. Neste estudo, o autor verifica como a disposição dos políticos nos eixos situação e oposição em nível nacional e estadual influenciam essas decisões. Por um lado, os deputados que estão com o governo em nível nacional e estadual apresentam maior probabilidade de concorrer à reeleição, pois detêm maior possibilidade de obter recursos políticos e, assim, maior segurança quanto a concorrer novamente. Por outro lado, os deputados de oposição têm maior probabilidade de concorrer a cargos no executivo, pois não encaram os mesmos riscos que os de situação e não têm níveis altos de disputa interna nos partidos.

Diferente de Samuels (SAMUELS, 2000, 2003), Borges e Sanches (2016) analisam as carreiras políticas como construídas a partir da posição em que o ator político se encontra. Esta posição política é explicada pelo modo como o sistema político brasileiro se apresenta. Para Borges, o sistema presidencialista brasileiro deve ser analisado como um fator importante para os estudos dos padrões de carreira nessa última década.

O trabalho de Borges e Sanches (2016), busca analisar a preponderância do poder executivo e seu impacto no sistema político brasileiro sobre a tentativa de sobrevivência política dos deputados federais. Estes autores defendem que o sistema presidencialista brasileiro (de coalizão) é definido pela separação entre oposição e situação. Desta forma a localização dos atores políticos em um uma dessas duas posições é determinante na escolha dos políticos por carreiras diferenciadas. De acordo com estudo de Borges e Sanches (2016) os parlamentares pertencentes à situação são mais propensos a concorrerem à reeleição, pois dispõem de mais recursos⁷ advindos da proximidade com as ações do executivo. O que não ocorre com os que participam da oposição, pois dispõem de menos recursos.

Borges e Sanches (2016) observaram que os deputados de oposição estão mais propensos a concorrerem a cargos majoritários, pois estão mais dispostos a correrem risco do que os de oposição, por terem um sistema mais centralizado internamente dentro da coligação. Segundo Borges:

[...] deputados de oposição nas esferas federal e estadual apresentam maior propensão a disputar cargos mais altos (governador e senador). Isso porque a competição pela composição das chapas nas disputas majoritárias tende a ser menos acirrada no interior dos partidos e coligações oposicionistas, uma vez que estes contam com um leque mais reduzido de candidatos potenciais [...] um segundo fator é que candidatos oposicionistas são menos avessos ao risco de perder o mandato na Câmara disputando uma eleição majoritária de resultado incerto, dados os menores benefícios esperados da obtenção de um novo mandato de deputado federal. (BORGES, 2016, p. 4)

Um passo importante no trabalho de Borges e Sanches é a introdução a um modelo de análise que se preocupa em verificar a diferença entre os níveis regional e a nacional. Entretanto, este modelo observa uma diferença geral entre situação ou oposição, e não as variações que podem existir de acordo com as particularidades dos distritos.

Outros estudos mais recentes trazem formas diferentes de analisar a construção de carreiras políticas dos deputados federais, como o de Araújo e Silva (2013) que priorizam a ação legislativa como um dos fatores determinantes nesse processo. Segundo os autores não é possível afirmar, como o fez Samuels (2003), que a decisão por concorrer a cargos específicos é resultado da natureza de sua ambição política. É necessário, como afirma Borges (2016), observar os vários aspectos da atividade legislativa para analisar os padrões de escolha, seja a participação em coalizões de governo, seja atuação em campos de atividade parlamentar específicos.

⁷ Esses recursos vão desde maior facilidade em conseguir financiamento devido a maior influência política à utilização de sua posição como elemento de capital político perante o eleitorado.

Araújo de Silva analisam a construção de carreira dos deputados a partir de sua atuação em campos específicos dentro da atuação legislativa. De acordo com os autores, o papel exercido pelos deputados, assim como sua experiência (*seniority*), ou especialização política (*political expertise*) são fundamentais para que os atores tenham suas carreiras definidas. Em seu estudo publicado em 2013, estes autores mostram que os deputados mais experientes e especializados não necessariamente buscam carreiras mais altas, como defendia Samuels. No legislativo brasileiro há uma preponderância do executivo na produção legal sobre o legislativo. Esse fato é importante quando se analisa a ação dos titulares da agenda (*agenda holders*). Estes titulares têm uma grande importância para o executivo ao assumirem as posições em comissões especializadas ou como relatores. Estas atribuições que assumem os deputados especialistas são de inteira importância por sua capacidade de mover recursos e buscar a aprovação das propostas. A capacidade destes políticos, segundo os autores, é determinante na escolha de carreira, pois podem ser úteis tanto ao parlamentar como ao poder executivo, e em geral, é possível observar que esses políticos buscam a reeleição por conquistarem, com essa capacidade, grande capital político (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Outra perspectiva importante presente na literatura, e que tem sido utilizada em grande parte dos trabalhos no Brasil, é derivada da análise do cálculo de utilidade realizado pelos incumbentes. Leoni *et al* (2003), através da análise das estratégias para sobrevivência política chega à constatação de que não são apenas as características individuais, como a ambição política, que determinam as escolhas de carreias, mas, principalmente, a avaliação dos riscos de se entrar em uma corrida eleitoral (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003). A decisão em concorrer ou não a um cargo público considera, acima de tudo, a avaliação dos riscos que o político está disposto a incorrer.

Essa avaliação leva em consideração os benefícios advindos do cargo pretendido em relação aos custos materiais e simbólicos a pôr em jogo. Nessa análise dos riscos os autores tomam como variáveis preponderantes os determinantes do sucesso eleitoral como nível de concentração eleitoral, quantidade de votos recebidos em eleição anterior, financiamento de campanha recebido, quantidade de emendas executadas (por valor das emendas), *seniority*; e variáveis da atuação legislativa como quantidade de Projetos de Lei aprovados ou relatados, participação na Mesa Diretora da Câmara e presidência de Comissões especiais.

Embora a literatura sobre carreiras no Brasil tenha se desenvolvido consideravelmente na última década ainda é preciso estudar como as particularidades regionais afetam as possibilidades de escolha que os políticos fazem. Não é possível partir apenas da

perspectiva do indivíduo como definidor de sua carreira, nem apenas de instrumentos exteriores à sua decisão. Os partidos políticos, a dinâmica regional oriunda das instituições, a disposição dos partidos nas coalizões de governo, a dinâmica das eleições, são fatores que influenciam as decisões dos políticos. Nesse estudo são priorizadas as variáveis de dinâmica regional, e das eleições para explicação das escolhas de carreira dos deputados estaduais.

Por conseguinte, é possível observar que no Brasil os estudos sobre carreiras políticas têm ampliado o campo de estudos e apresentado novas formas de se observar os fatores que levam aos padrões de escolha e determinam percursos não apenas através da ambição individual dos atores, mas pela influência de diversos outros fatores. Além de priorizarem os deputados federais em suas análises, o que boa parte destes trabalhos não observa são as diferenças regionais. Em sua maioria trabalham com dados agregados e observam padrões correspondentes a todos os deputados. Elaboram modelos de análise tomando todas as variáveis citadas em conjunto sem a tentativa de explicar a variação que pode existir dependendo da região e do perfil de carreira que as características regionais podem engendrar. Embora muitas e grandes pesquisas estejam sendo desenvolvidas nesta área de estudo, é necessário que se observe os contextos internos do país.

Um dos principais problemas identificados no caso brasileiro em relação ao cargo na Câmara dos Deputados é o alto grau de renovação a cada eleição. Em média 75% dos incumbentes decidem concorrer à reeleição, enquanto outros 25% decidem não concorrer ou disputar outros cargos fora do legislativo. Dos deputados que concorrem à reeleição em média dois terços conseguem sucesso eleitoral.

Este é um dos principais pontos de inflexão nos estudos de carreira no Brasil. Apesar de a carreira na Câmara mostrar não ser a mais desejada e que os políticos têm poucos incentivos para nela permanecerem, um percentual ainda alto de incumbentes tenta se reeleger. No Brasil não acontece no mesmo nível que nos Estados Unidos onde mais de 90% dos deputados disputam reeleição e mais de 90% dos que disputam conseguem se reeleger, mas, ainda assim, se comparado a outros países da América Latina, o percentual de reapresentação ainda é alto. Esse fato leva às seguintes indagações: por que os níveis de renovação parlamentar no país são tão altos? E por que a maioria dos deputados continua concorrendo a reeleição quando a lógica do sistema político brasileiro não oferece incentivos para nela permanecerem?

Uma das explicações clássicas para esse problema foi desenvolvida por Samuels (2000) em um estudo sobre renovação parlamentar e ambição política no Brasil. Neste trabalho o autor afirma que a explicação para os níveis de renovação na Câmara dos Deputados está na

natureza da ambição política no e na dinâmica da competição eleitoral no país. A natureza da ambição política é moldada pela estrutura de oportunidades e pelas características institucionais do legislativo, tal que poucos políticos se lançam em fazer carreiras no Congresso, mas apresentam o que Samuels denomina de ambição “extra-legislativa”. Os políticos ambicionam cargos pela sua utilidade em prover recursos e os que têm maior possibilidade de assim o fazer são os cargos executivos, procurados em sua maioria em nível estadual e municipal.

Samuels (2000, 2003) realizou estudo levando em consideração a teoria da ambição política de Schlesinger na tentativa de identificar os padrões de carreira dos deputados federais brasileiros a partir das características do tipo de federalismo existente no país. De acordo com o autor, é possível observar que no Brasil os políticos seguem um padrão de ambição progressiva, ou seja, sempre que possível tentarão concorrer a um cargo mais alto, principalmente cargos executivos. Mesmo que se encontre um alto percentual de renovação parlamentar e níveis consideráveis de tentativa de reeleição, a Câmara dos Deputados não passa de um “trampolim” (*stepping stone*) para cargos mais altos, e os deputados não pretendem fazer carreira no legislativo. Desta forma, o principal fenômeno ser observado no estudo de carreiras, segundo Samuels, seriam as altas taxas de renovação do legislativo e não apenas as tentativas de reeleição.

A ambição política é considerada, pelo autor, como o elemento mais importante na avaliação da construção de carreiras política e é determinada, no Brasil, por um padrão ascendente; o sistema eleitoral como um sistema proporcional de lista aberta permite um tipo de competição no qual os atores devem buscar construir suas carreiras individualmente, visto que concorrem tanto com candidatos de outras listas como de sua própria lista.

Para Samuels, à Câmara dos Deputados corresponde uma característica particular: ela funciona, para os deputados, apenas como um trampolim (*stepping-stone*) para cargos mais altos⁸. Os candidatos com carreiras mais consolidadas denominados pelo autor como “pesos-pesados” (*heavyweights*) são os que buscam cargos mais elevados por já terem mais acesso a recursos⁹ e por este motivo têm mais condições de concorrer e vencer em pleitos acima do seu cargo anterior, pois “suas energias estão focadas em posições políticas fora da Câmara, tipicamente no poder executivo no nível estadual ou municipal” (SAMUELS, 2000, p. 482.

⁸ “In Brazil... a seat in the chamber of deputies is but a middling rung on the political career ladder. (SAMUELS, 2000, p. 483)

⁹ Samuels define recursos como todos os aparatos dos quais o candidato pode dispor para ganhar uma eleição. Podem ser recursos financeiros, influência política, experiência (seniority, political expertise), entre outros. (SAMUELS, 2000, p. 489)

Tradução nossa). De maneira diferente os outros candidatos que ainda não conseguiram consideráveis recursos, os “pesos-leve” (*lightweight*), são considerados mais fracos e vulneráveis, o que lhes leva a maiores chances de perderem as disputas eleitorais, pois enfrentam maiores desafios, como concorrerem com famílias políticas proeminentes, ex-governadores, ex-senadores, homens de negócios famosos, pastores evangélicos populares, entre outros.

Desta forma, segundo a posição de Samuels, os *heavyweights*, concorrem à Câmara dos deputados apenas como um meio de construírem carreiras mais fortes para, enfim, buscarem posições mais elevadas na hierarquia que se aplica na perspectiva das carreiras políticas. Segundo Samuels “os deputados que decidem não concorrer à reeleição são geralmente mais experientes e mais proeminente”¹⁰.

Ao contrário de Samuels, Pegurier (2011) mostra que a carreira legislativa não pode ser analisada apenas como um trampolim, pois o percentual de candidatos que concorrem à reeleição no Brasil tem crescido ao ponto de chegar ao nível de 75% a 84%, e que a quantidade de políticos inexperientes que concorrem a Câmara dos deputados tem diminuído significativamente, o que significa um amplo processo de institucionalização da carreira legislativa no país. Os dados apresentados por Pergurier (2011) levam à indagação acerca da possibilidade de os comportamentos dos deputados estarem levando a uma maior profissionalização da Câmara dos Deputados. Um percentual crescente de reapresentação a este cargo exige novas investigações e abordagens diversas do fenômeno e busca de se analisar quais fatores estão levando a esse fenômeno.

Um enigma relacionado ao tipo de escolha de carreira dos deputados federais e a configuração da Câmara é que mesmo em um ambiente que não permite grandes avanços de carreira, onde os indivíduos têm pouca influência em relação ao executivo, um alto percentual de deputados tem se reapresentado à disputa por reeleição. O que pode explicar tal crescimento na reapresentação dos deputados? Pereira e Rennó (2008) propõem uma síntese da relação entre profissionalização e escolha de carreira em relação ao caso brasileiro, que pode ser vista no quadro 1, como forma de demonstrar os aspectos institucionais brasileiros concernentes à possibilidade de profissionalização da carreira legislativa na Câmara dos Deputados.

¹⁰ Tradução do autor: “the deputies who choose not to run for reelection are generally more experienced and more prominent. (SAMUELS, 2000, p. 487)

QUADRO 1: Relação entre institucionalização, profissionalização e escolha de carreira

Previsão de acordo com a literatura	
Característica Institucional	Resultado Eleitoral
Ambiente legislativo muito profissionalizado e institucionalizado	Forte incentivo para tentativa de reeleição
Ambiente legislativo pouco profissionalizado e institucionalizado	Fraco incentivo para tentativa de reeleição
Congresso Brasileiro	
Ambiente legislativo pouco profissionalizado e institucionalizado	Forte incentivo para tentativa de reeleição

Fonte: Pereira e Rennó (2013)

O quadro 1 expressa o tipo de padrão que a literatura apresenta entre ambientes muito profissionalizados e institucionalizados e os padrões de carreira. Ambientes que apresentassem, em alto nível, estas duas características ofereceriam grande atrativo para que os políticos permanecessem em seus cargos e procurassem neles construir carreiras longevas. Em um caso contrário os políticos não teriam incentivos para permanecer nem buscar fortalecer seu ambiente de trabalho.

Quando se pensa o caso do legislativo brasileiro observa-se um ambiente com baixo nível de institucionalização e profissionalização. Contudo, um alto percentual de incumbentes buscam à reeleição, fato que põe em xeque as previsões da teoria. Sobre esse aspecto, Pereira e Rennó (2008) analisam os fatores determinantes para este fenômeno. Segundo os autores, a explicação para o comportamento dos parlamentares que buscam reeleição é que esta é a aposta mais segura frente às demais opções de escolha disponíveis. A explicação para este fato não poderia ser encontrada, portanto, numa análise sobre o tipo de organização interna do legislativo e suas implicações nas escolhas dos deputados, pois corresponde a apenas uma pequena parte de todo o conjunto explicativo. Concorrer à reeleição, de maneira geral, constitui-se como a opção mais segura porque os parlamentares avaliam suas chances de sucesso eleitoral de acordo com o cargo pretendido (PEREIRA; RENNÓ, 2007).

O modo com a organização interna do legislativo pode influenciar as decisões dos atores se dá por meio da sua estrutura interna de divisão de poderes e autorização de ação dos seus membros. Como já descrito há um alto grau de centralização na Câmara dos Deputados em sua organização quanto em seu processo decisório. Este processo é mantido nas mãos dos líderes partidários e dos componentes da mesa diretora. Os deputados têm pouco espaço para margem de ação individual. Os ambientes onde podem apresentar maior atividade são as comissões permanentes e especiais, onde podem, de acordo com o partido, ter maior influência na condução de discussões e produção de leis. Entretanto, as comissões ainda apresentam baixa influência em relação ao plenário e ao executivo¹¹. O modelo de comissões permanentes na Câmara dos Deputados no Brasil difere da dos Estados Unidos por seus membros não poderem ter mandatos permanentes, podendo ser substituídos de acordo com a direção dos líderes partidários. Assim, não é uma arena que apresenta grande estabilidade de membros e, conseqüentemente, apresenta baixa profissionalização e especialização (PEREIRA; RENNÓ, 2007).

A literatura sobre carreiras sugere que ambição estática no Brasil não é, para os deputados federais, uma opção tão desejada como é para os deputados federais no Estados Unidos por dois motivos principais. Primeiro, o ambiente institucional do Congresso, que reúne um executivo com forte poder de agenda e grande concentração decisória sobre o orçamento e demais recursos em suas mãos, enfraquece a posição e as atividades do cargo dentro do Congresso. Segundo, por ser uma instituição que congrega as características acima citadas permite baixa profissionalização da atividade em seu interior, ou seja, não constitui um cargo desejável a todos aqueles que pretendem legislativas carreiras longevas. Essa é a também a explicação que Samuels (2000) encontrou para os altos níveis de renovação na Câmara, que os deputados brasileiros apresentam ambição progressiva e não a manifestam em todo o tempo por causa dos custos que teria que enfrentar na disputa por outros cargos.

Um enigma que ainda permanece para os estudiosos de carreira no Brasil é: porque os deputados continuam a concorrer à reeleição quando o sistema político e a estrutura de

¹¹ Havendo um pedido de urgência feito pelo executivo, a comissão encarregada dispõe de apenas suas sessões para examinar, votar e reencaminhar a proposta ao plenário. De acordo com Pereira e Mueller (2000), a aprovação de uma proposta é muito relacionada com a característica de urgência do pedido. Assim, as prerrogativas legislativas constitucionais atribuídas ao executivo e aos líderes partidários, deixa pouca margem de ação para os deputados individuais que começam a criar estratégias de ação para, com essa realidade institucional, auferir a maior quantidade de recursos possível, a partir de sua atividade no legislativo.

oportunidades presentes não reforçam a ambição estática? A resposta de Pereira e Rennó a esse *puzzle* é que os deputados continuam a concorrer em grande proporção à reeleição porque é a opção mais segura para sobreviver politicamente.

Como se pode observar na tabela 1, o percentual de deputados que se lançaram na disputa por reeleição em 2006 corresponde a 74,3%, e 79 deputados concorreram a cargos mais altos, ou seja, 11,5% dos incumbentes. Assim, a opção por ambição estática, ou seja, concorrer à reeleição, tem sido a preferência da maioria dos deputados que resolvem continuar na disputa política.

TABELA 1: Frequência de candidatos por cargo em 2010 e 2014

Cargo	2010		2014	
	n	%	n	%
Deputado Federal	446,0	74,0	440,0	66,6
Retirou-se	76,0	12,6	940,0	14,2
Senador	34,0	5,6	23,0	3,5
Deputado Estadual	17,0	2,9	31,0	4,7
Governador	10,0	1,7	10,0	1,5
Vice-Governador	12,0	2,0	21,0	3,2
Senador, 1º Suplente	6,0	1,0	5,0	0,8
Vice-Presidente	2,0	0,3	1,0	0,2
Total	603,0	100	625,0	100,0

Fonte: Repositório de dados eleitorais do TSE e base de dados Pereira e Rennó.

Os políticos são impulsionados pelo desejo de sobreviver politicamente e procuram sempre concorrer aos cargos aos quais têm mais chances de ganhar. Concorrem a esses cargos a partir da avaliação de sua vulnerabilidade eleitoral. Os deputados mais vulneráveis eleitoralmente tenderão a apresentar um padrão de ambição regressiva ou estática e os menos vulneráveis apresentarão tendência a apresentar um padrão de ambição progressiva e estática.

Em um trabalho anterior Leoni, Pereira e Rennó (2003) constatam que a escolha dos cargos feita pelos atores não é determinada pela natureza da ambição política, como fio defendido por Samuels (2003). O que se pode analisar como fator determinante é a avaliação de custos dos riscos e custos da decisão. Os deputados somente concorreriam a cargos mais altos quando considerassem ter força eleitoral suficiente, pois são disputas mais difíceis e que precisam de elementos básicos que tornem o candidato um desafiante forte.

A partir do exposto não se pode considerar que apenas os candidatos mais fracos, como defendeu Samuels (2003) concorreriam a reeleição, mas este, sendo considerado um ponto seguro nas escolhas de carreiras, permitiria que não apenas os candidatos mais fracos com também os mais fortes optassem cada vez mais por reeleição ao avaliarem suas chances de vencerem os concorrentes. Os políticos enquanto atores estratégicos observam se as chances são favoráveis a determinada aposta eleitoral e de acordo com o resultado dessa avaliação fazem suas escolhas.

A análise das taxas de renovação dos membros da Câmara dos Deputados foi utilizada por Samuels (2003) como indicativo de atratividade do cargo legislativo, e pode ser utilizada para observar a construção de carreira dos políticos. Segundo Pinto, na década de 1990 a média “a média de reapresentação foi de 70,3%, tendo aumentado para 75,6% nas eleições ocorridas nos anos 2000” (2012, p. 9). Assim é possível afirmar que o cargo na Câmara tem aumentado seu valor para os candidatos. Entretanto, esse valor precisa ser avaliado como valor para o cargo em si ou como um cargo que permita maiores chances de sobrevivência política.

TABELA 2: Frequência de deputados federais que concorreram (1998-2014)

Ano	Deputado Estadual	Deputado Federal	Governador	Retirou-se	Senador	Senador 1 Suplente	Vice-Governador	Vice-Presidente
1998	22	464	7	90	17	2	14	0
2002	26	455	16	82	35	1	11	2
2006	21	457	11	124	15	0	0	0
2010	17	446	12	76	34	6	12	2
2014	31	440	10	94	23	5	21	1
Total	84	1822	44	372	101	9	37	4

Fonte: Base de dados de Pereira e Rennó

Com base na tabela 2, é possível verificar que as escolhas com maiores frequências são a tentativa de reeleição e a retirada (ambiçãõ discreta definida por Schlesinger). Pinto (2012) defende que os altos números de reapresentação à Câmara dos deputados é um indicativo de que o cargo nessa arena política tem se tornado mais atrativo. Embora não seja uma opção isenta de dificuldade e riscos, esse cargo tem se tornado um cargo mais seguro para os que tentam a ele obter. Com essa asserçãõ não significa dizer que no Brasil a carreira

parlamentar tenha dado grandes saltos rumo à profissionalização legislativa, mas apenas que há maior perspectiva de segurança eleitoral, por parte dos candidatos, quando comparado a outros cargos na estrutura de oportunidades no país. De maneira geral, é possível afirmar que a disputa por cargos mais altos, majoritários, implica mais custos e mais riscos que levariam um candidato a ponderar suas chances de vitória e a possibilidade de concorrer.

Estudos anteriores lograram mostrar que tanto os aspectos do ambiente eleitoral quanto as regras internas da Câmara dos Deputados são fatores importantes na compreensão das escolhas de carreiras políticas dos incumbentes. Nesta pesquisa são focalizados os aspectos do contexto eleitoral com o objetivo de verificar os determinantes do cálculo de utilidade feito pelos políticos no momento da decisão sobre qual cargo disputar.

O pressuposto que guia esta pesquisa é o pressuposto de que as regras e constrangimentos institucionais e contextuais aos quais os políticos estão submetidos têm grande peso em suas decisões (SAMUELS, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2013). Dados os aspectos da competitividade que enfrentam tendem a escolher os cargos que tragam mais benefícios com menos custos, ou seja o cargo que seja mais fácil de atingir dadas suas condições materiais e políticas.

2.3 Carreiras políticas pelo modelo de sucesso eleitoral

No tópico anterior foram apresentadas as conclusões dos principais estudos sobre carreiras políticas no Brasil. De acordo com o que foi descrito as decisões dos deputados podem ser consideradas como fruto de suas avaliações em relação a suas probabilidades de vitória, não sendo influenciadas, em larga medida, pela organização interna da Câmara, nem apenas por suas atividades dentro desta instituição.

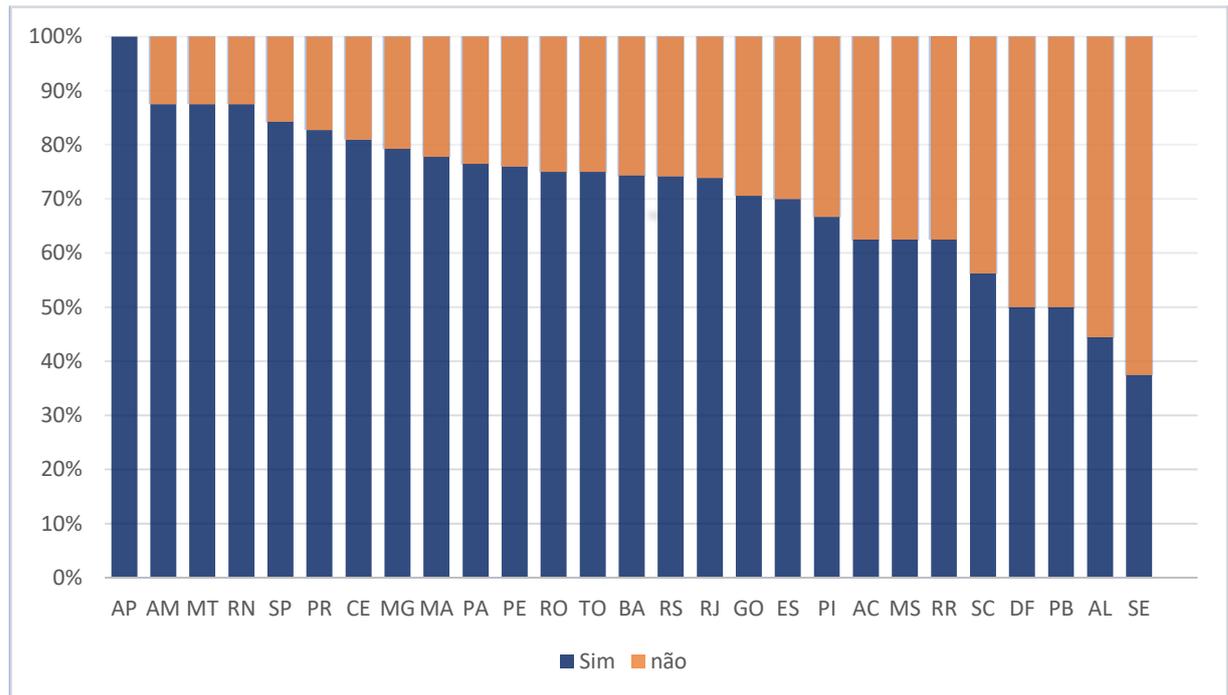
Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que os deputados, enquanto atores racionais agem estrategicamente ao escolherem concorrer aos cargos disponíveis pelos seus benefícios maiores ou, pelos menos representativos, em relação aos custos em concorrer (HIBBING, 1972; KIEWIET; ZENG, 1993; SAMUELS, 2003; PEREIRA; RENNO, 2013). Os benefícios podem ser analisados como os recursos disponíveis no exercício do cargo, o salário, o nível de influência política, entre outros. Como custos, por outro lado, podem ser considerados o gasto de campanha feito pelos candidatos, o esforço em concorrer, e, em caso de perda, danos à sua imagem política. Embora os políticos ajam estrategicamente em relação a suas escolhas

de carreira, o cálculo de utilidade que fazem não obedece aos mesmos critérios para todos os indivíduos. Características contextuais são importantes para as suas decisões.

A literatura sugere que os políticos fazem os cálculos de utilidade em relação às suas escolhas de carreira baseados em suas características pessoais, tais como capital eleitoral, margem de vitória, e as características institucionais e contextuais dos distritos eleitorais nos quais concorrem, como o nível de competitividade que enfrentam. Esta mesma perspectiva é tomada como central neste trabalho para investigar as relações dessas variáveis de acordo com as características dos distritos eleitorais.

Considerando o arcabouço teórico revisitado nos tópicos anteriores pode-se resumir que o modelo que observa a atuação dos parlamentares na arena eleitoral, iniciado nos Estados Unidos, em geral assume que os legisladores estão sempre em busca de reeleição como o principal objetivo de sua sobrevivência política. Como já observado anteriormente, o sistema político brasileiro não se encaixa nesse modelo sem a que haja ocorrência de problemas analíticos. Não é possível afirmar *a priori* que a busca por reeleição seja o principal objetivo dos deputados no Brasil. Apesar de ser observado um percentual consideravelmente alto de tentativa de reeleição, este parece ser um resultado do comportamento dos políticos em relação à sua sobrevivência política e não do desejo por fazer longas carreiras legislativas (LEONI, PEREIRA; RENNÓ, 2003).

As taxas de tentativa de reeleição no Brasil são relativamente altas, mas variam muito entre os estados (Ver gráfico 1). Em 2006 todos os deputados do Amapá decidiram concorrer à reeleição. A tendência geral apresentada na maioria dos distritos é a tentativa por reeleição, mas não é o padrão existente em todos eles, como pode ser visto no caso de Alagoas, Distrito Federal, Paraíba e Sergipe, em todos esses estados a taxa de reapresentação foi menor que 50%.

GRÁFICO 1: Percentual de tentativa de reeleição em 2010 por Estado

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral e Base de dados de Pereira e Rennó (2013).

A carreira no Congresso não é a escolha mais desejada pelos políticos brasileiros, mas uma que pode garantir mais segurança. É possível considerar que o tipo de configuração da estrutura de oportunidades no Brasil leva os políticos a almejarem cargos fora do Congresso Nacional, mas apenas pequeno percentual de deputados o faz por causa dos altos riscos em concorrer a estes cargos. A disputa à reeleição em si já apresenta um alto nível de riscos. Em média apenas dois terços dos que se reapresentam à disputa para a Câmara dos Deputados conseguem se reeleger (PEREIRA; RENNÓ, 2013)

Uma segunda consideração que pode ser aventada sobre o comportamento dos políticos em relação às suas escolhas de carreira está ligada às características do sistema eleitoral. Com a utilização do sistema proporcional de lista aberta em grandes distritos eleitorais, e com alto nível de competição entre indivíduos do mesmo partido ou coligação, espera-se que essas características tenham forte impacto no cálculo dos deputados sobre a escolha de cargos. O tipo de competitividade engendrada pelo sistema eleitoral brasileiro leva os deputados a desenvolverem tipos de relação com seu eleitorado que diferem do tipo de relação estabelecidas em sistemas de listas fechadas. Nestes regimes é importante a imagem do partido, e nos de lista aberta é mais importante a imagem do indivíduo. Dessa forma, considera-

se que a reputação pessoal (capital eleitoral e imagem perante os eleitores) terão maior impacto sobre os tipos de escolha de carreira desses atores.

Esse tipo de comportamento esperado dos deputados em sistema de lista aberta se dá porque não há uma circunscrição territorial clara onde possa atuar eleitoralmente. Pelo contrário, seu reduto é compartilhado com outros candidatos e o mesmo pode tentar expandir sua campanha para outras localidades dentro do estado. Assim sendo, é o tipo de comportamento voltado para o distrito que determinará o tipo de escolha de carreira que os deputados podem fazer. Por enfrentar uma difícil escalada em busca de votos contra muitos candidatos de muitos partidos, os deputados observarão a probabilidade de ter sucesso em um pleito próximo verificando se sua reputação pessoal e a margem de vitória o habilitam a tal feito.

A pergunta de partida que guia este trabalho é a seguinte: quais são os fatores determinantes das escolhas de carreiras dos deputados federais no Brasil? Com o objetivo de responder a este problema, parte-se do pressuposto de que a arena que mais influencia o tipo de escolha de carreira dos deputados é a arena eleitoral ao avaliarem sua probabilidade de vitória e que tanto as características individuais quanto distritais entram no cálculo de utilidade feito pelos políticos no momento de decidir a qual cargo concorrer. Ou seja, é preciso elaborar um modelo de análise que comporte essas duas dimensões de variáveis para se tentar compreender de maneira mais clara como são tomadas as decisões pelos políticos.

Considera-se que os políticos fazem suas decisões sobre qual cargo concorrer tendo em vista que a eleição para este determinado cargo é a melhor opção para promover suas carreiras e garantir sua sobrevivência. Contudo, não se pode excluir de vista que os políticos são ambiciosos em relação às suas carreiras e que caso tenham a oportunidade de concorrer a um cargo mais atrativo assim o farão. O que determina se ficam ou se buscam outras posições é sua probabilidade de vitória.

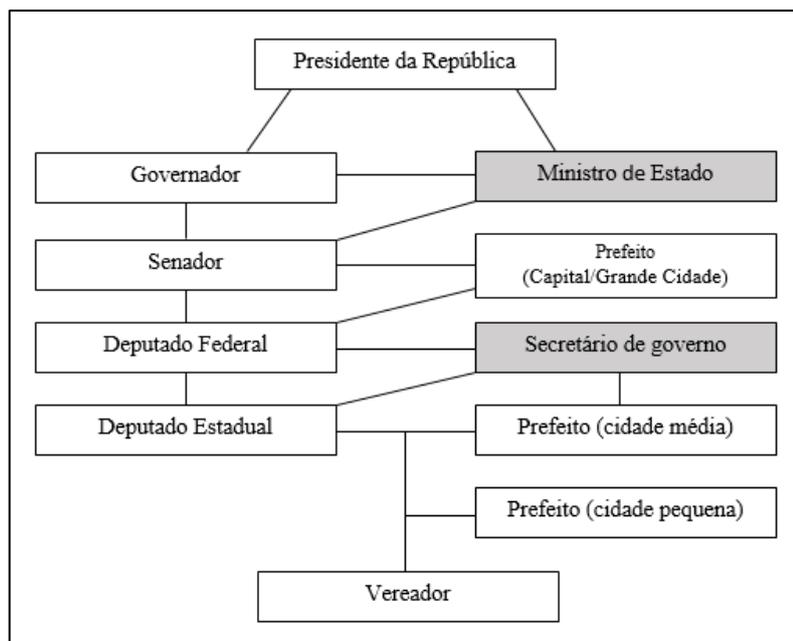
Não são excluídas do escopo mais geral em que este trabalho está inserido as variáveis advindas da ação parlamentar e da relação entre executivo e legislativo. Observa-se apenas que as características do sistema eleitoral brasileiro engendram um padrão de competitividade tal que proporciona maior impacto nas decisões dos políticos em relação as suas carreiras do que essas outras dimensões. As ações dentro do legislativo são mais difíceis de serem observadas pelo eleitorado e os políticos buscam no sistema eleitoral brasileiro sempre a avaliação de seu capital político na tentativa de observar qual seu potencial de vitória. Dessa forma, procede-se a uma investigação dessas características a partir da consideração da variação

entre os distritos brasileiros em um modelo que agrega variáveis ao nível do indivíduo e ao nível do distrito eleitoral.

Portanto, nesta pesquisa faz-se uso da teoria da ambição da perspectiva segundo a qual os políticos buscarão sempre a melhor opção para suas carreiras, e a escolherão se os benefícios esperados forem maiores que os custos em se obter o cargo almejado. Assume-se também que, apesar de não ser possível observar um padrão geral de carreira demonstrado por todos os políticos em todos os cargos no Brasil, os cargos políticos brasileiros fazem parte de uma estrutura hierárquica observada de acordo com os valores que podem ser atribuídos a eles, como pode ser visto a partir do quadro de hierarquia de cargos no Brasil desenvolvido por Miguel (2003).

A figura 2 apresenta uma linearização dos cargos em relação aos valores que lhes são atribuídos pelos políticos. Com a utilização desse quadro desenvolvido por Miguel (2003) não se pretende aqui expor que os políticos sempre seguem um padrão ascendente e unilinear de carreira, mas que eles observam os cargos de maneira valorativa e que cada cargo pode oferecer uma utilidade específica de acordo com a necessidade de sobrevivência política de cada deputado estudado. Por esse motivo analisa-se os diversos movimentos de carreira em função da possibilidade de vitória, pois é essa possibilidade que indica o melhor caminho para a sobrevivência política dos candidatos.

FIGURA 2: Estrutura de carreira política no Brasil¹²



Fonte: Miguel (2003)

¹² As áreas em cinza são cargos não eletivos.

De acordo com Miguel (2003), cargos em pequenas localidades, como prefeitura de pequenas cidades, seriam menos atrativos aos políticos por não oferecerem ampla visibilidade nem grandes expectativas de obtenção de recursos públicos que garantissem uma relação mais estreita com o eleitorado (conexão eleitoral). Por outro lado, prefeituras de grandes cidades oferecem este tipo de retorno, o que as torna postos mais atrativos, assim como cargos em nível nacional. Apesar de se supor esta hierarquia de cargos baseados no valor que os políticos podem atribuir a cada um, não se considera que os políticos procurem os cargos seguindo apenas esta estrutura, pois há grande movimentação desses atores entre os cargos, que pode ser explicada pela tentativa de permanência na política, ou seja um político escolhe o cargo para o qual têm maior probabilidade de vitória.

Um chefe do executivo, em nível municipal, estadual ou nacional, só pode ocupar estes cargos por apenas dois mandatos. Muitas vezes esses políticos candidatam-se ao cargo legislativo, deputado federal ou senador, como forma de se manterem na arena política, mas em pouco tempo pode voltar a concorrer a cargos executivos. Dessa forma, esse quadro apresentado por Miguel (2003) não pode ser visto como uma sequência linear de cargos.

Nos seus cálculos estratégicos os políticos precisam avaliar o efeito de suas decisões sobre o apoio do eleitorado que espera obter e sobre os diversos obstáculos que podem enfrentar na arena eleitoral. Ao estudar as decisões de carreira políticos é preciso considerar o comportamento dos políticos em relação ao seu eleitorado enquanto atores racionais que se preocupam com os rumos de suas decisões e tentam minimizar o enfrentamento dos diversos obstáculos interpostos ao seu sucesso.

Todas as decisões feitas pelos políticos são feitas sob um grau muito alto de incerteza. O risco em concorrer varia entre os tipos de cargos disponíveis, a localidade em que concorrem e de acordo as instituições presentes nessas localidades. Entretanto, o risco em concorrer não é o mesmo para todos os candidatos, por exemplo, um político mais experiente pode enfrentar menos obstáculos para ser eleito do que um político novato, pois conta com um estabelecimento de relações mais sólidas com seu eleitorado e dispõe de mais acesso a recursos públicos por, supostamente, ter mais relações políticas com líderes partidários ou chefes executivos. Dessa forma, aquele que deseja se candidatar à reeleição ou a um cargo mais atrativo precisa observar suas chances de vitórias de acordo com seu nível de segurança eleitoral (BOTERO, 2008).

O risco em concorrer a um determinado cargo sob o sistema de lista aberta é muito alto. Em média apenas dois terços dos deputados federais que concorrem à reeleição no Brasil

conseguem êxito eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2013). Uma hipótese que se pode fazer sobre esse fato é que o percentual de deputados que concorrem à reeleição no Brasil se mantém em um percentual relativamente baixo pelo baixo grau de profissionalização da atividade parlamentar, e pelo alto risco de derrota eleitoral. Essa constatação é ainda mais forte em relação aos cargos executivos cujo número de vagas é mais limitado e os requisitos para se eleger são mais difíceis se serem preenchidos.

Os riscos em concorrer também variam entre os candidatos. Candidatos novos ou que detém apenas um mandato não dispõem da mesma força política e eleitoral que seus concorrentes mais experientes. A *seniority* na Câmara, a experiência em outros cargos, a margem de vitória em eleições anteriores, são fatores que contribuem para que um político se sinta mais seguro quanto as suas escolhas de carreira. Deputados com um *background* eleitoral mais consolidado, podem ter melhor relação com seu eleitorado, ser mais conhecidos, e terem conseguido mais recursos para suas bases. Dessa forma, pode-se esperar que o nível de segurança que um deputado tem influência, em larga medida, suas escolhas de carreira.

Assim, os políticos fazem suas escolhas sobre a qual cargo disputar baseados nos aspectos de sua segurança eleitoral. Se um político se sente confiante sobre seu capital eleitoral e imagem perante o público então apresentará a tendência a buscar um cargo mais alto ou reeleição. Caso um candidato não se sinta inteiramente confiante então decidirá concorrer a um cargo que lhe ofereça mais chances de vitórias. Assim sendo, este candidato cujo capital eleitoral não é muito bom tenderá a escolher um cargo menos atrativo ou reeleição, ou até mesmo retirar-se da competição eleitoral.

2.3.1 Variáveis individuais

A performance eleitoral dos políticos é fator determinante para seu comportamento e suas perspectivas de carreira. Ao decidirem disputar a um determinado cargo, os políticos consideram sua força eleitoral perante os oponentes. Dado que nenhum político tenha interesse em perder uma disputa, todos tenderão a fazer as escolhas de cargo mais apropriadas à sua probabilidade de sucesso. Deputados com alta margem de vitória em eleição anterior apresentam mais consolidada relação com o eleitorado do que novos oponentes e assim podem esperar maior apoio se sua base, considerado todas as outras variáveis constantes (BOTERO, 2008). Uma margem de vitória menor pode implicar menor probabilidade de um político se lançar em pleitos mais arriscados, por esse motivo acredita-se que escolherão cargos

mais baixos ou arriscarão a tentativa de reeleição. A partir desse pressuposto considera-se a seguinte hipótese para esta pesquisa:

Hipótese 1: Quanto maior a votação na eleição anterior maior será a probabilidade de um deputado escolher um cargo mais atrativo, ou se sentir seguro para concorrer à reeleição.

Hipótese 1a: Por outro lado, quanto menor a votação em eleição anterior maior será a probabilidade de um deputado buscar um cargo menos atrativo.

O segundo tipo de relação aqui analisada é entre a quantidade de vezes que um deputado ocupou o mesmo cargo (*seniority*) e o tipo de escolha de carreira. Deputados mais experientes têm maior probabilidade de conseguirem acesso a recursos públicos devido a *expertise* que desenvolvem ao exercerem o cargo. Dessa forma, a *seniority* é considerada, na literatura, como relacionada a maior grau de eficiência legislativa (HIBBING, 1972; BOTERO, 2008). De acordo com Hibbing (1972), legisladores mais experientes apresentariam maiores contribuições ao processo legislativo, pois seriam mais especializados nas atividades internas da Câmara, permitindo assim uma mais eficiente tomada de decisões. À medida que um legislador se reelege para o mesmo cargo ele se torna mais ativo em suas atividades, em sua relação com a mesa diretora e consegue formas mais efetivas de conseguir recursos públicos para suas bases eleitorais. Esses deputados têm mais facilidade em ocuparem cargos de liderança na mesa diretora ou na liderança das bancadas partidárias dentro do legislativo. Essa variável pode ser considerada como fator importante na escolha de cargos dos deputados porque à medida em que um político consegue ocupar um cargo público por mais tempo melhor será a sua relação com seu eleitorado no decorrer do tempo (BOTERO, 2008), pois são mais conhecidos que os novos candidatos. Portanto tem-se a seguinte hipótese:

Hipótese 2: quanto maior a *seniority* de um deputado maior será a probabilidade de buscar reeleição ou um cargo mais alto.

Em outras palavras pode-se afirmar o nível de vulnerabilidade eleitoral de um deputado diminuirá à medida que cresce a sua experiência no mesmo cargo, o que lhe permite segurança para escolher concorrer ao mesmo cargo ou mesmo a cargos mais altos. Ao se observar a diferença entre a tentativa de reeleição e a disputa por cargos mais altos, não se espera aqui, no entanto, que os candidatos com as maiores taxas de experiência apresentem tendência a concorrer para o mesmo cargo e não a cargos mais altos. A partir de estudos recentes

sobre a relação entre *seniority* e escolhas de cargos (ARAÚJO; SILVA, 2013), espera-se encontrar que o grau de experiência esteja relacionado mais fortemente com a ambição estática do que com a progressiva, e seja inversamente proporcional à busca por cargos mais baixos.

Outro fator importante na análise da probabilidade de vitória de um deputado é o grau de concentração eleitoral que recebeu na eleição anterior. Candidatos apresentam um comportamento específico em relação às suas escolhas de cargos de acordo com a possibilidade de conseguir apoio eleitoral em determinada região. Concorrer a cargos mais altos requer um alto percentual de votação que pode ser conseguido em grandes cidades ou expandindo a região de votação de um político para outros redutos eleitorais. Considera-se, assim, que um político que apresenta histórico com votação muito concentrada não terá muitos incentivos para ampliar sua escala de votação e, então, não terá tendência a concorrer a cargos mais altos. Por outro lado, deputados com votação mais concentrada tendem a ser aqueles que não pretendem aumentar os custos de campanha nem incorrer em grandes riscos, ou seja, tendem a apresentar padrão de estático de carreira ou mesmo padrão regressivo de carreira. Desse pressuposto segue-se a seguinte hipótese:

Hipótese 3: quanto menor a concentração eleitoral de um deputado maior será a probabilidade de buscar cargos mais altos ou reeleição.

Hipótese 3a: quanto maior concentração eleitoral de um incumbente maior será sua probabilidade de buscar o mesmo cargo ou cargo menores.

Esta variável torna-se importante porque permite avaliar se o tipo de estratégia adotada pelo político em relação a sua distribuição espacial de votos impacta as suas chances de se reeleger ou alcançar um cargo mais atrativo. De acordo com Pereira e Rennó, “é previsto uma correlação negativa entre concentração de votos e sucesso eleitoral. Parlamentares com alta concentração de votos tendem a ser mais vulneráveis eleitoralmente” (2007, p. 676). Já os deputados com votações mais dispersas pelo distrito tendem a ser menos vulneráveis, pois compartilham diversos redutos eleitorais. Assim sendo, mesmo que enfrentem candidatos mais fortes em alguns redutos, em outros podem ser bem-sucedidos.

Uma variável muito importante na literatura sobre comportamento dos políticos é a despesa de campanha de um candidato. Esta variável é considerada como fator central para a explicação do sucesso eleitoral (SAMUELS, 1997; MANCUSO, 2013). Considera-se que candidatos com histórico de grandes arrecadações de campanha sentem-se mais seguros aos decidirem sobre qual cargo disputar, pois podem contar com apoio financeiro de doadores nos

próximos pleitos. Assim é possível supor que deputados que tiverem uma maior margem de gastos de campanha na eleição anterior tendem a concorrer por cargos maiores ou, caso decidam não incorrer em muitos riscos, permanecer no cargo em que estão sabendo se sua alta probabilidade de vitória, e assim garantir sua sobrevivência política. Segue-se, então, que:

Hipótese 4: Candidatos com maiores gastos de campanha na eleição anterior apresentarão tendência a disputar cargos mais altos ou reeleição. E o oposto seria apresentado pelos deputados com menores taxas de despesa.

Os deputados que detêm maiores possibilidades de obterem recursos para suas campanhas são aqueles que já estão na arena política e podem ser vistos como potenciais competidores em pleitos futuros. Por este motivo, faz-se importante observar que os deputados incumbentes tendem a ter mais sucesso eleitoral do que os novos oponentes. Os políticos incumbentes apresentam maiores vantagens eleitorais sobre aqueles que se lançam pela primeira na disputa (COX; MORGENSTERN, 1993; ERIKSON, 1971; KING, 1991). Espera-se que esta variável seja de grande importância para as escolhas de carreiras dos deputados dado o tipo de configuração institucional que rodeia o sistema eleitoral no país, que permite o desenvolvimento da imagem pessoal do candidato em detrimento da imagem do partido. Assim, os deputados titulares terão maior tendência a disputarem o mesmo cargo do que os suplentes. Estes últimos, que em geral não tiveram resultado eleitorais muito favoráveis na eleição anterior, apresentarão maior probabilidade a buscarem cargos mais baixos.

Hipótese 5: Os deputados titulares tendem a concorrer ao mesmo cargo ou a cargos mais altos, enquanto os suplentes tendem a concorrer a cargos diferentes.

Estas são as variáveis individuais coletadas para esta pesquisa com relação a probabilidade de sucesso eleitoral. Elas foram coletadas por serem observadas pela literatura como fatores importantes para se explicar o sucesso eleitoral dos candidatos, e um dos objetivos desta pesquisa é observar se os candidatos escolhem cargos específicos como forma de garantir sua sobrevivência política. Essas variáveis indicam o capital eleitoral de cada deputado e esse capital é previsto como elemento basilar das decisões de carreira política.

2.3.2 Variáveis do distrito

Como já descrito, as eleições engendram um ambiente de elevada incerteza para aqueles que decidem incorrer na disputa por cargos públicos, e os políticos precisam fazer suas escolhas nesse ambiente levando em consideração o máximo de informações que poderão obter sobre a possibilidade de alcançar o cargo desejado, mesmo que não seja possível saber *a priori* quão competitivo será o pleito. As informações mais acessíveis para o candidato são das eleições anteriores e as características institucionais e contextuais dos seus distritos.

O nível de competitividade que um candidato enfrenta no distrito é um elemento central para sua decisão de carreira. A quantidade de competidores por um número fixo de cadeiras pode fazer variar o nível de competitividade em cada estado. Pode-se, assim, considerar que quanto mais competidores houverem disputando cargos maior será o nível de competitividade do distrito. Entretanto, os candidatos não enfrentam o mesmo nível de competitividade que todos os seus oponentes. A força eleitoral de um candidato, assim como a experiência política podem fazer com que ele não sinta o mesmo desafio que oponentes mais vulneráveis.

É importante observar as decisões dos políticos considerando as características dos distritos nos quais concorrem, pois, candidatos de estados diferentes, embora possam concorrer para o mesmo cargo (como o de deputado federal), enfrentam níveis de competitividade diferentes.

O nível de competição presente no pleito eleitoral pode ser definido em relação à quantidade de pessoas disputando um mesmo cargo. Contudo, como já afirmado acima, os diversos concorrentes apresentam diferentes forças eleitorais e diferentes capacidades para concorrerem. Sendo assim, alguns candidatos podem ser mais fortes do que outros, o que lhe permitiria maior segurança eleitoral e assim a possibilidade de concorrer a cargos mais altos ou tentar reeleição, enquanto os mais vulneráveis tenderiam a procurar cargo menores para conseguirem permanecer na política.

Segundo Silva (2013), a competição eleitoral varia entre os estados e regiões e vem aumentando a cada eleição. O autor afirma que mesmo os números sobre a taxa de reapresentação ao cargo se mostrem altos, os políticos brasileiros não buscam ambição estática, esta seria uma resposta à competição a ser enfrentada, ou seja, como forma de minimizar os problemas por ela engendrados. De acordo com Silva “o deputado tem condições de evitar a

competição desde que, pelo menos, permaneça na disputa por este cargo e, desta forma, tenha condições práticas de continuar como líder político daquela área” (2013, p. 409).

Em geral, é possível perceber na literatura, que a mensuração do grau de competitividade é medida como a grau em que um competidor pode ser mais forte que os demais a partir da disputa interna pela lista do partido ou pela sua distribuição espacial de votos. Neste trabalho pretende-se analisar as escolhas de cargo dos deputados por estado com um índice de competitividade que possa ser compartilhado por todos e assim serem agrupados. Segue-se assim que:

Hipótese 6: à medida que cresce o nível de competitividade eleitoral no distrito maior será a probabilidade de os deputados buscarem reeleição.

Hipótese 6a: Por outro lado, quanto a competitividade maior a probabilidade dos deputados buscarem cargos mais atrativos.

A justificativa para esta hipótese está em que quando o grau de competição é menor os políticos podem se sentir mais confiantes em concorrer a cargos mais atrativos, principalmente cargos executivos em nível subnacional. Em outro oposto tem-se que quanto mais competitivos os distritos, mais difícil será o acesso a cargos extra legislativos e menores serão os incentivos para busca-los, fato que tornaria os políticos mais propensos a buscarem reeleição.

Um outro elemento que tem importante papel nas decisões de carreira que os deputados fazem é a magnitude do distrito. É uma variável considerada como definidora do nível de competitividade presente no distrito, pois a acessibilidade e disponibilidade de um cargo podem fazer com que diversos concorrentes adotem estratégias diferenciadas para a obtenção de sucesso.

De acordo com Carey e Shugart (1995) e Crisp *et al* (2007), em sistemas de lista aberta o comportamento dos políticos na arena eleitoral é diretamente relacionado ao nível de competitividade do distrito. Nesse sistema o tipo de campanha desenvolvida pelos candidatos tem como foco a promoção da sua imagem individual, pois concorrem com oponentes de outras listas, assim como se seu próprio partido (MANIWARING, 1991). Essa característica do sistema de lista aberta conjugada com distritos de múltiplos concorrentes faz com que o nível de competitividade seja relativamente alto. Dessa forma é preciso observar esta variável como determinante nas escolhas de carreiras dos deputados, pois a partir dela se pode analisar a

probabilidade que um determinado candidato tem em disputar determinada posição. A partir do que foi descrito, tem-se a seguinte hipótese:

Hipótese 7: quanto maior a magnitude do distrito maior será a probabilidade de um deputado buscar reeleição. Por outro lado, quanto menor a magnitude maior a probabilidade do deputado buscar cargos diferentes.

O modelo aqui definido considera que as decisões dos deputados sobre quais cargos disputarem é feita sobre em um ambiente de alto nível de incerteza. Não é possível prever acirradamente quais serão os resultados do pleito eleitoral, por este motivo considera-se que os deputados escolhem concorrer a cargos específicos observando quais são os mais propícios a lhes garantirem sobrevivência política. Por este motivo se faz importante considerar na análise o nível de competitividade que um candidato pode enfrentar em seu distrito assim como a sua reputação pessoal para a sua escolha de carreira.

CAPÍTULO III

SOBREVIVÊNCIA POLÍTICA E ESCOLHA DE CARREIRA

A sobrevivência política pode ser compreendida como um dos principais objetivos dos políticos em geral. Para cumprir esse objetivo várias estratégias são utilizadas. Estratégias que vão desde diferenciação dos tipos de atividades desenvolvidas dentro da casa e a tentativa de torna-las públicas até a formas diversas de campanha para aumentar a quantidade de votos recebidos e garantir participação nas atividades políticas.

Ao decidirem concorrer a um determinado cargo, os políticos não estão inteiramente cientes da probabilidade de vitória que podem ter, pois existem vários fatores que podem levá-los ao sucesso ou ao fracasso nas eleições. Por enfrentarem uma situação de grande incerteza, como é a disputa eleitoral, é possível afirmar que os candidatos escolherão os cargos para os quais têm maior perspectiva de vitória. Essa perspectiva pode ser afetada por diversos aspectos relativos aos políticos e ao ambiente no qual atuam, como já mencionado anteriormente.

Com o objetivo de analisar os efeitos dos diversos aspectos concernentes aos políticos individuais e ao ambiente em que atuam, esse capítulo procura apresentar os tipos de relações esperadas entre os tipos de variáveis e apresentar os resultados da análise multinível realizada em comparação com outros modelos já executados em trabalhos anteriores presentes na literatura sobre o tema.

Os estudos sobre as decisões de carreiras políticas até então realizados observam os efeitos das características dos distritos muitas vezes como previsores individuais do comportamento desses atores. Entretanto, é sabido que os sujeitos estão submetidos a diferentes tipos de organizações da competição política circunscrita pelo seu ambiente geográfico. A partir disso, é proposta nesse trabalho um modelo que prioriza a análise dos efeitos de cada variável dentro dos grupos dos indivíduos. Um modelo apropriado para esse tipo de análise é o modelo multinível.

Utilizar o modelo de análise multinível contribuiu em alto grau para a compreensão do comportamento dos políticos, pois não parte do pressuposto que todas as observações são independentes e que será observada a mesma tendência de efeito para todos sujeitos da pesquisa independente de seu agrupamento. Ao contrário, considera que pode haver variação entre grupos e entre indivíduos dentro dos diferentes grupos. Desta forma, esse

modelo, que será detalhado mais adiante, apresenta previsores mais detalhados do que um que analise todos os indivíduos como observações independentes compartilhando a mesma tendência estatística de escolha de cargo.

Este capítulo destina-se a discussão metodológica com a especificação do modelo e das variáveis a serem utilizadas. No segundo tópico é feita a descrição técnica das variáveis as formas de sua operacionalização na coleta de dados, da estimação de índices e do procedimento estatístico com o qual será abordada. É também realizada explicação detalhada do modelo multinível utilizado na pesquisa.

3.1 Metodologia e modelo de análise

Modelos anteriores de pesquisa presentes na literatura têm apresentado processos diferenciados de investigação. Entretanto, é comum entre essas análises a consideração das diversas variáveis disponíveis nas bases de dados em modelos com apenas um nível de observação. Ao se apresentar diversas variáveis características de níveis diferentes em apenas um supõe-se que todas apresentam observações independentes e que o resultado depende, em geral, da ação do indivíduo tanto antes das eleições como quando precisa tomar a decisão sobre qual cargo concorrer.

Estudos recentes têm demonstrado que variáveis chave para se compreender o sucesso eleitoral como margem de votos, concentração eleitoral, nível de competitividade, gastos de campanha, entre outras, são significantes no estudo sobre escolhas de carreira. Apesar de ser importante a observação da atuação dos deputados nas suas diversas arenas de atuação, trabalhos como o de Pereira e Rennó (2003, 2013), Botero e Rennó (2007), Botero (2008), mostram que a arena eleitoral é ainda um espaço fundamental de ação dos políticos para sua sobrevivência política, principalmente em sistemas como o brasileiro cujas características institucionais levam os candidatos a um tipo de ação que o leva a priorizar sempre maior interação com o eleitorado.

O modelo de análise desenvolvido neste trabalho é feito sob a perspectiva da maximização da utilidade esperada dos indivíduos que se lançam nas competições políticas. Procuramos, com isso, identificar as variáveis-chave que entram no cálculo de escolha dos deputados federais ao decidirem concorrer novamente.

3.1.1 Variáveis e aplicações

O objetivo desta seção é apresentar os modelos de análise utilizados para o tratamento dos dados coletados. Os dados utilizados nesta pesquisa são oriundos do Repositório de Dados Eleitorais disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral e coletados das biografias individuais no site da Câmara dos Deputados. São dados referentes às decisões feitas pelos deputados eleitos para a 53^a (2007-2010) e 54^a (2011-2014) legislaturas ao final de seus mandatos.

Foram utilizadas também duas bases de dados importantes. A primeira é uma base de dados sobre padrões de escolha de carreira elaborada pelos professores Lúcio Rennó (UNB) e Carlos Pereira (FGV-SP). Essa base contém variáveis sobre o desempenho eleitoral, o desempenho na câmara e características partidárias de cada deputado e suplente com significativo trabalho desenvolvido no legislativo. Essas variáveis foram utilizadas pelos pesquisadores para prevê os tipos de escolhas feitas pelos deputados ao final do mandato utilizando um modelo de análise cuja técnica foi a regressão multinomial logística. A variável de saída utilizada é a mesma desta dissertação e categorias são os quatro tipos de ambição: discreta, regressiva, estática e progressiva. O conjunto de dados reunidos nesse arquivo preenche informações dos deputados, e suas escolhas pós-mandato, das eleições de 1998 até as eleições de 2010. Os dados reunidos para estudo na presente dissertação compreendem as eleições de 2010 e 2014, tomando como base o desempenho eleitoral dos candidatos em 2006 e em 2010.

A segunda base de dados utilizada foi cedida pelo professor Dr. George Avelino (CEPESP-FGV-SP). Esta base é composta de informações sobre o resultado eleitoral para o cálculo do índice G, índice que mede o grau de concentração eleitoral de cada deputado. Os dados presentes nessa base foram utilizados como forma de se prevê o tipo de relação entre a concentração espacial de votos de cada deputado em relação ao município e a escolha de cargo realizada ao se aproximar o pleito eleitoral.

Os dados coletados nas biografias individuais pelo site da Câmara dos Deputados correspondem à quantidade de vezes que um mesmo político exerceu o cargo de deputado federal, a quantidade de vezes que trocou de partido¹³, se o deputado é titular ou suplente, se

¹³ A variável de frequência de mudança de partido não foi utilizada na avaliação do modelo final por problemas de ordem teórica.

estava ou não afastado do cargo, se saiu para exercer cargo em outro nível de governo e, por fim, se resolveu concorrer ao mesmo cargo ou não¹⁴. Esses dados não se referem diretamente à arena eleitoral, mas são concebidas como variáveis que mantêm relação com o comportamento eleitoral de cada deputado, como a variável que indica se um deputado é titular ou suplente.

Como já explorado nos capítulos anteriores, o interesse desta pesquisa é buscar os efeitos de variáveis específicas sobre a escolha de cargos feitas pelos deputados ao se aproximar o final do mandato e as novas eleições. Para esse propósito analisa-se aqui uma variável de saída nominal composta por quatro categorias que dizem respeito ao tipo de ambição demonstrada pelo deputado na escolha. A primeira categoria é a ambição discreta que se refere à escolha de saída da política ou da disputa eleitoral próxima. Esta categoria foi incluída dado o grande percentual de deputados que a escolhem e para aumentar a possibilidade de comparação com outros trabalhos já desenvolvidos que a utilizam como fator importante para a compreensão do comportamento dos políticos.

A segunda categoria é a ambição regressiva. Esse termo não está presente nas definições mais clássicas dos estudos sobre carreiras políticas, foi antes cunhado por Pereira e Rennó (2003) como forma de ampliar o entendimento dos diversos caminhos que podem ser seguidos pelos políticos, principalmente em sistemas como o brasileiro que permitem movimentos de maneira centrípeta e centrífuga, rumo ao nível nacional ou ao nível subnacional. A terceira categoria desta variável é a ambição estática e refere-se à escolha por reeleição. E a quarta categoria é a ambição progressiva correspondente à escolha por cargos mais altos.

Essas quatro categorias da variável resposta são observadas nessa pesquisa como partes de uma escala valorativa. Elas são observadas desta maneira por partir-se do pressuposto que de que os candidatos buscam maximizar a utilidade esperada em conseguir alcançar determinado cargo e com isso faz uma avaliação de quais desses são mais valiosos. Assim sendo, os cargos mais baixos apresentam menos utilidade que os cargos maiores, mas servem como forma de assegurar a sobrevivência política caso o deputado não disponha de um bom passado eleitoral e tenha baixas expectativas em relação à reeleição ou a obtenção de cargos mais altos.

A primeira variável explicativa de interesse refere-se ao fato de um deputado ser titular ou não e corresponde a uma *dummy* com valor 1 para o candidato que é titular e 0 para o que é suplente na legislatura estudada, 2007-2010 ou 2011-2014. Deputados titulares, em geral,

¹⁴ Esta última variável não foi coletada inteiramente no site da Câmara, mas pelo Repositório de Dados Eleitorais do TSE.

são os que receberam mais votos na eleição anterior, ou seja, ser titular tem a possibilidade grande capital político. Não se espera colinearidade entre votação e titularidade, mas espera-se um efeito positivo entre ser titular e a escolha por reeleição, e em menor medida com a escolha de cargos mais altos. Espera-se ainda um efeito negativo com a ambição regressiva e discreta, visto que os deputados titulares além de terem, em sua maioria, conseguido, maior apoio eleitoral, ainda contam com maior participação nos recursos da câmara.

A análise do efeito de ser titular, no modelo aqui desenvolvido, é também vinculada com o que é comumente denominado pela literatura de a “vantagem do incumbente” (ERIKSON, 1971; COX; MORGENSTERN, 1995; KLASNJA; TITIUNIK, 2017). Em geral apenas um pequeno percentual de deputados de licenciam de suas atividades na Câmara, ou seja, grande parte continua a assegurar o cargo como incumbentes. Os políticos que permanecem no cargo podem ser favorecidos pela exposição de suas atividades dentro da Câmara e isso pode levá-los a conseguir maior quantidade de recursos por suas ações dentro desta Casa, seja através de votações nominais que seguem a recomendação dos líderes partidários, seja através de aproximação individual com as lideranças do poder executivo, ou outras formas de interação que permitam o uso de recursos públicos para suas bases eleitorais. Desta forma, pose-se asseverar que há uma relação entre ser titular e ser incumbente, visto que grande parte dos suplentes exercem os cargos apenas por um período limitado.

A execução de atividades parlamentares por curtos períodos pode desfavorecer os suplentes na tentativa de conseguirem recursos ou maior proximidade com as lideranças e maior visibilidade o eleitorado. Por este motivo espera-se encontrar que a decisão mais observada para a sobrevivência política dos deputados nesta situação seja a escolha por cargos para os quais a probabilidade de vitória seja maior, para os que tiveram alta votação um padrão ascendente de decisão e para a maioria com votação mediana ou abaixo da média a decisão por cargos menores ou mesmo a ambição discreta. Suplentes que tiveram votação expressiva e não foram eleitos por causa do quociente eleitoral podem ainda ter maiores incentivos para concorrerem à reeleição ou a cargos mais altos, mas, em geral, os suplentes apresentam baixa margem e votação o que leva a expectativa de que escolherão cargos mais baixos como de deputado estadual, prefeituras de pequenas cidades ou mesmo o cargo de vereador(a).

TABELA 3: Percentual de suplentes e titulares por legislatura de 1995 a 2014

Legislatura		Suplente	Titular	Total
1995 - 1998	N	103	513	616
	%	17	83	100
1998 - 2002	N	122	506	628
	%	19	81	100
2003 - 2006	N	115	513	628
	%	18	82	100
2007 - 2010	N	90	513	603
	%	15	85	100
2011 - 2014	N	143	513	656
	%	22	78	100
Total	N	573	2558	3131
	%	18	82	100

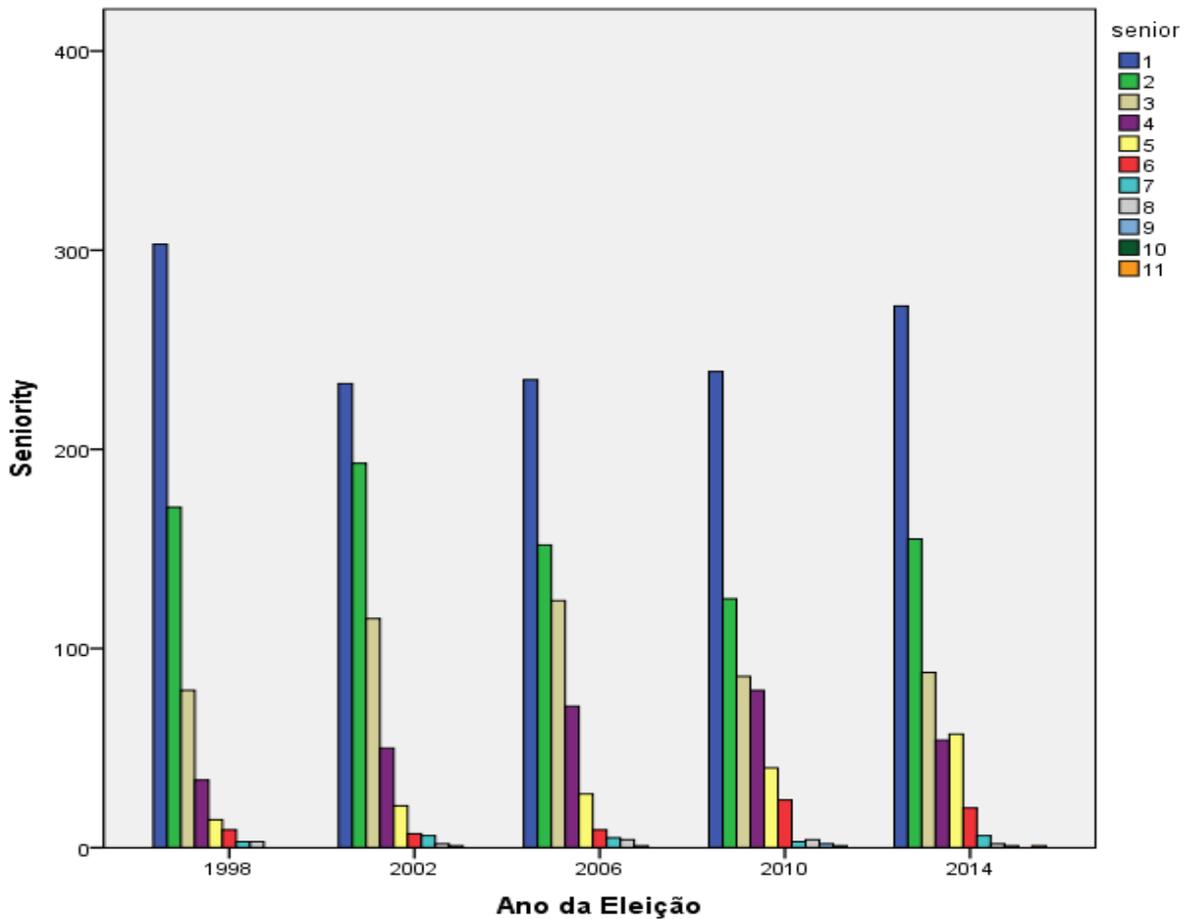
Fonte: Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013).

Os deputados suplentes ora analisados e dispostos por legislatura na tabela 3 são os suplentes que assumiram os cargos de deputado federal por um período superior a um mês e que tiveram atividades registradas no site da Câmara. Os deputados que não tiveram atividades registradas foram excluídos da amostra, pois parte-se do pressuposto que a atividade dentro da casa lhes proporciona capital político, e que assumir por apenas alguns dias e ter baixa ou nenhuma atividade registrada não favorece a construção desse capital nem a solidificação de relações que garantam retornos em termos de recursos públicos. Assim sendo, a variável analisada no modelo é composta de deputados federais titulares e suplentes que tiveram considerável atividades na câmara dos deputados. A partir da tabela 3 é possível perceber que em média 115 deputados, ou 18% dos que assumem e têm grande participação em uma legislatura, assumem como suplentes. Esse é um alto número em relação ao total de 513 deputados titulares.

A segunda variável de interesse aqui apresentada é *seniority*. Esta variável diz respeito a quantidade de vezes que um candidato já exerceu o mesmo cargo e está relacionada em alto grau com a experiência e a idade do candidato, ou seja, quanto maior a idade maior a

probabilidade de que um deputado se aposente. Diferentemente de outras pesquisas já realizadas, para esta dissertação optou-se por não utilizar a idade dos candidatos por esta relacionada com a *seniority*, esta escolha é justificada para evitar o problema de multicolinearidade entre as duas variáveis. De acordo com a hipótese apresentada no capítulo anterior espera-se que quanto maior a experiência de um deputado no mesmo cargo maior será a probabilidade de retirar-se da disputa eleitoral em comparação com a probabilidade de perseguir cargos mais altos. Espera-se ainda, mesmo que em menor medida, que candidatos com maior *seniority* apresentem probabilidade de buscar reeleição, mas não no mesmo nível que buscar a retirada da política.

GRÁFICO 2: Frequência de cargos exercidos por ano de eleição



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013).

A partir do gráfico 2 é possível perceber que a quantidade de deputados que exerceram apenas um mandato é muito superior a todas as outras opções, e mostra que ao se aumentar a *seniority* diminui-se a continuidade na disputa eleitoral. Esses números podem ser resultado da complexidade do sistema eleitoral brasileiro que segundo Samuels (2003) tem efeito negativo sobre o resultado das eleições para diversos deputados. Segundo Samuels (2003), cerca de 25% dos deputados que perdem eleição têm esse resultado devido à grande complexidade e ao alto nível de competitividade presente no país. A partir do exposto, espera-se que candidatos que detêm menos mandatos optem por reeleição e deputados com mais cargos retirem-se da arena de disputas, enquanto que deputados com um percentual intermediário de cargos executados optem por reeleição ou cargo mais altos.

A terceira variável explicativa proposta para a análise é a votação que um deputado, titular ou suplente, obteve na eleição anterior. Essa é uma variável é comumente utilizada na literatura e é vista como resultado de várias estratégias de campanha. É utilizada aqui a quantidade total de votos que um candidato recebeu na eleição imediatamente anterior a sua reapresentação ou apresentação a cargo diferente. Parte-se do pressuposto que a quantidade de votos recebida por um candidato é expressão de uma bem-sucedida campanha eleitoral, e conseqüentemente, resultado das estratégias utilizadas. Como observado, a votação recebida faz parte do capital político construído por cada deputado e que pode ser por ele utilizada como marcador de sua probabilidade de vitória para o cargo que escolher. O resultado esperado da relação entre votação e carreira é que um aumento na quantidade de votos recebidos é indicativo de maior probabilidade de que um deputado escolha um cargo mais alto ou mesmo a reeleição, mas ao contrário uma relação negativa com a escolha de cargos mais baixos.

A quarta variável utilizada na tentativa de explicação da escolha de carreira dos deputados é a concentração eleitoral. A dispersão espacial dos votos recebidos por um deputado é outro fator muito relevante para o estudo do comportamento dos políticos e das estratégias por eles utilizadas como forma de ampliar o sucesso nos pleitos (AMES, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2007). Para medir a concentração de votação recebida por um deputado na eleição anterior foi utilizado o índice “G” (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2011). Dos demais índices presentes na literatura o índice G apresenta maior precisão quanto a distribuição espacial dos votos. Abaixo é apresentada a função através da qual é estabelecida o índice:

$$G_d \equiv \sum_m \left(\frac{V_{dm}}{V_d} - \frac{V_m}{V} \right)^2$$

Onde V_{dm} é total de votos recebidos por um deputado d no município m . O fator V_d é o somatório de votos que um deputado d recebeu em todos os municípios nos obteve votação. V_m é o somatório de votos de todos os candidatos no município m , e V é o somatório dos votos de todos os deputados no estado (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2011, pb. 321). Índices de concentração anteriores como o de Samuels (2002) e o de Pereira e Rennó (2001) tomam como parâmetro o município onde o candidato obteve mais votos.

A quinta variável explicativa ao nível individual é a despesa de campanha. A coleta das informações dessa variável foi realizada junto ao site do TSE. É fato comum presente na literatura que despesa de campanha tem uma forte relação com o sucesso eleitoral. Quanto maior o gasto na campanha maior será a probabilidade de se alcançar o cargo desejado. Nessa pesquisa é utilizado o total de gastos em reais declarado no site do TSE por cada candidato. Espera-se que deputados com maiores gastos na eleição anterior optem por cargos mais altos ou por reeleição, mas que o aumento tenha relação negativa com a probabilidade de se escolher um cargo mais baixo.

As variáveis apresentadas acima são consideradas como observações independentes para cada indivíduo. Neste trabalho também foram inseridas três outras variáveis que dizem respeito as características dos distritos nos quais os deputados concorrem. São elas magnitude, nível de competitividade e fragmentação partidária eleitoral. A magnitude do é a quantidade de cadeiras disponível para cada distrito. Como forma de melhorar análise e a interpretação dos resultados essa variável foi dividida em três categorias. Para essa divisão foi utilizada a definição de Taagepera e Shugart (1989) e Bolognesi (2013) em relação a um distrito de baixa média ou alta magnitude. Um estado tem baixa magnitude quando tem de 12 ou menos cadeiras a serem preenchidas. Apresenta média magnitude quando tem de 13 a 35 cadeiras. E alta magnitude quando tem de 36 a 70 vagas para preencher.

A segunda é uma variável contextual¹⁵ que indica o nível de competitividade enfrentado pelo deputado na última eleição e que pode lhe servir de parâmetro para o tipo de competição que terá novamente. Ela é a razão da quantidade de cadeiras disponíveis por estado pelo número total de candidatos naquela circunscrição territorial. Esta é uma medida intuitiva que indica o tipo de competição que será compartilhada por todos os candidatos dentro do distrito. Por fim, a terceira variável contextual é a fragmentação partidária sobre os votos no estado. Essa variável é medida através da utilização do NEP para avaliar a distribuição de votos

¹⁵ Nesse trabalho utiliza-se o termo “contextual” para se referir a todas as variáveis características dos distritos. Esse uso é justificado por ser o termo mais comumente utilizado nas análises com modelo multinível.

entres os partidos e analisar quantos partidos há na disputa eleitoral que acumulam em grade medida a maior quantidade de votos em suas legendas. Espera-se com essas variáveis não apenas um efeito sobre a decisão de carreira, mas sobre os efeitos das variáveis explicativas.

3.2 Resultados

Nas ciências sociais grande parte dos dados submetidos à análise estatística são dispostos em uma estrutura complexa e regressões mais simples não conseguem prover uma explicação mais detalhada da interação entre as variáveis. A regressão múltipla, por exemplo, considera todos os indivíduos de maneira independente e os efeitos de cada variável explicativa são analisados em apenas um nível de observação, o nível dos indivíduos. Considerar apenas um nível pode levar a subestimação do efeito da variável, principalmente de variáveis contextuais, que são compartilhadas pelos sujeitos e não são parte de observações independentes para cada um deles. Por este motivo é importante permitir a possibilidade e de um fator variar dentro dos grupos e através dos grupos aos quais os indivíduos fazem parte, nesta pesquisa os distritos. A análise multinível está interessada na variação dentro dos grupos e entre os grupos. A utilização do modelo nesta pesquisa justifica-se pela complexidade dos dados coletados, são dados que apresentam uma estrutura hierárquica em níveis diferentes de observação, como pôde ser visto na apresentação das variáveis feitas acima. A utilização do modelo multinível nesse estudo é feita a partir do *software* MLwiN, desenvolvido exclusivamente para esse tipo de análise.

Nesta dissertação são executados dois processos de análise com o modelo multinível. O primeiro processo de análise proposto observa a variável de saída com nível de mensuração ordinal, ou seja, há valor entre os tipos de cargos definidos a partir da utilidade esperada pelos políticos que se lançam na disputa eleitoral, por exemplo os cargos mais baixos são menos desejados que os mais altos. O que se pretende é entender qual a relação entre as variáveis de sucesso eleitoral acima citadas e as escolhas de cargo que são realizadas pelos deputados ao final do mandato. Parte-se do pressuposto que a probabilidade de sucesso é fator definidor das escolhas de carreiras dos deputados como achado já presente na literatura.

3.2.1 Modelo das probabilidades acumuladas de ambição política

Diferentemente de outros estudos sobre carreira já realizados (PEREIRA; RENNÓ, 2013; BOTERO, 2008; PEGURIER, 2011), nessa dissertação a variável resposta não é analisada somente como uma variável nominal cujo tratamento se dá em função da comparação de todas as categorias com a categoria de referência e com a execução de vários testes binários. Antes optou-se pelo seu tratamento como variável ordinal, dadas as questões teóricas já apresentadas e, também, as formas pelas quais a análise multinível observa a resposta.

Considerando a variável resposta como ordinal tem-se a seguinte função geral apresentada abaixo:

$$\log \left(\frac{\Pr(y_1 \leq k)}{\Pr(y_1 > k)} \right) = \text{logit}(y_{ki}) = \alpha_k + \beta x_i, \quad k = 1, \dots, C - 1 \quad (1)$$

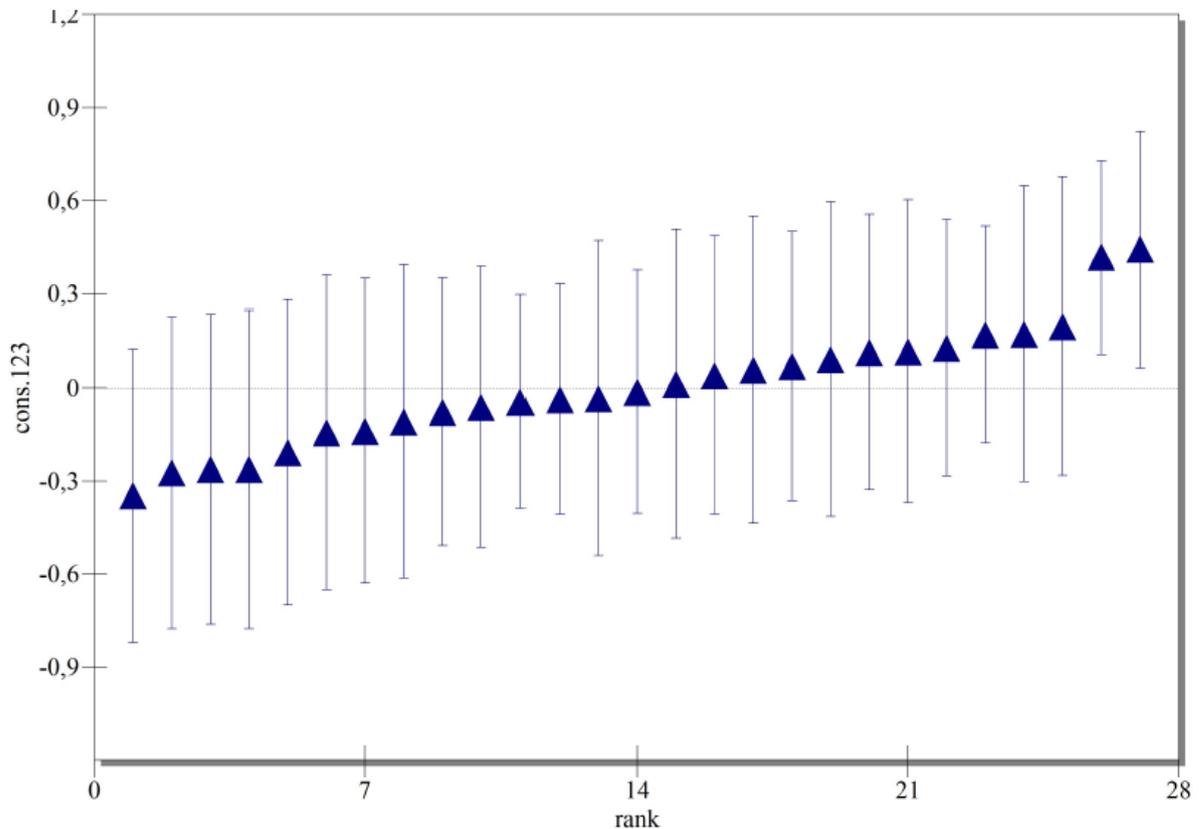
A função acima é a representação do modelo logístico cumulativo, o mesmo da regressão logística para variáveis ordinais. Esse modelo analisa as probabilidades acumuladas de cada categoria da variável resposta e a probabilidade de cada indivíduo estar em uma categoria ou abaixo dela, ou seja, de que a resposta y_{ki} para de um determinado indivíduo i seja igual ou esteja abaixo da categoria k . Nessa equação α_k é o intercepto geral responsável por permitir que as probabilidades da variável resposta $\Pr(y_{ij}=k)$ variem entre as categorias de ambição, ele é o valor que indica quando um sujeito cujo valor para a variável $x=0$ estiver em uma categoria k ou abaixo. O parâmetro βx representa o efeito da mudança em uma unidade na variável x sobre a probabilidade de que a resposta y seja menor ou igual à categoria k . A soma das probabilidades acumuladas de todas as categorias é sempre igual a 1, por esse motivo a escolha da categoria de referência a exclui da análise permitindo a comparação com as restantes. A particularidade da equação 1 é que apresenta resultados da probabilidade para cada categoria em apenas 1 nível de análise.

Na análise de variáveis categóricas é necessária a escolha de uma categoria de referência com a qual todas as outras são comparadas, seja ela nominal ou ordinal. Nesta seção do trabalho a categoria de referência para os testes é a ambição progressiva, pois com essa escolha será possível observar as probabilidades de cada escolha a partir do efeito de cada uma das variáveis explicativas numa escala ascendente, ao mesmo tempo ela não está na disposição da equação final por fazer com que a probabilidade acumulada com todas as categorias seja igual a 1, esse fato dificultaria a interpretação dos resultados.

O primeiro modelo do processo 1 analisado neste trabalho é o modelo com todas as variáveis explicativas e seu efeito sobre a escolha de cargos em apenas um nível, o nível individual. É utilizado o modelo mostrado acima a partir da equação 1, e seus resultados são apresentados na tabela 4, onde são comparados com os resultados do modelo 2, que é apresentado abaixo.

O gráfico 3 apresenta variação por estado em relação ao modelo multinível geral. É possível perceber através desse gráfico que há significativa variação de escolhas de carreira por estado e que a média da maioria deles não se sobrepõe a média zero que indica nenhuma variação.

GRÁFICO 3: Variação residual para variação das escolhas de carreira por estado.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013).

O próximo modelo é o *random intercept cumulative logit model*. Ele é executado para ser comparado com o primeiro, pois contém a possibilidade de o efeito das variáveis explicativas variar dentro do estado, mas ainda não entre os estados e considera para os dados

desta pesquisa a existência de dois níveis com variação em cada um. O modelo é dado pela seguinte equação:

$$\log\left(\frac{\Pr(y_{ij} \leq k)}{\Pr(y_{ij} > k)}\right) = \text{logit}(y_{kij}) = \alpha_k + \beta x_{ij} + u_j, \quad k = 1, \dots, C - 1 \quad (2)$$

A equação 2 é uma extensão da equação 1 e considera uma estrutura de dados em dois níveis na qual um total de 1258 deputados estão agrupados em 27 grupos com um total de n_j indivíduos no grupo j . Nesse segundo modelo tem-se que y_{kij} é a resposta k para o indivíduo i no grupo j e x_{ij} é a variável explicativa no nível individual. Note-se que foi acrescentado o efeito por grupo j para cada indivíduo, e a parâmetro u_j que é resíduo por grupo, que indica o efeito das variáveis dentro dos grupos. O segundo parâmetro β continua a ser o efeito da mudança em uma unidade da variável explicativa x sobre a probabilidade de estar em alguma categoria da variação resposta, mas é o efeito para o indivíduo no mesmo grupo, ao ajustar para o efeito e u_j .

Os dois modelos acima não apresentam a possibilidade de cada variável ter seu efeito variando por estado, apenas permite a possibilidade a existência de efeito e variação do intercepto de cada variável para variação dentro dos grupos, mas não entre grupos. O objetivo da comparação entre esses dois modelos é observar se há mudanças significativas ao se alterar o tipo de observação das variáveis em apenas um nível para a possibilidade de variação em dois níveis. O segundo modelo é o primeiro passo para a análise multinível e das interação entre níveis (*cross-level variation*) e entre estados (*cross-sectional variation*).

Como é possível observar na tabela 4, há mudanças importantes entre um modelo e outro, mas que *a priori* não indicam que a utilização do modelo multinível modifique os níveis de significância de algumas variáveis como despesa e *seniority*. Houve uma diminuição significativa nos valores-p de votação e concentração indicando que ao se permitir a variação da análise em dois níveis a subestimação da significância de variáveis importantes também diminui. Esse primeiro passo é importante porque revela que o caminho da hipótese principal deste trabalho é assegurado, há variação das escolhas de carreira por estado que não podem ser explicadas em um modelo geral de apenas um nível.

TABELA 4: Coeficientes do modelo logístico de interceptos aleatórios cumulativos para um e dois níveis.

	Modelo 1				Modelo 2			
	Intercept	S.E.	Z-score	P-value	Intercept	S.E.	Z-score	P-value
Resposta	resp				resp			
Fixed Part								
cons.(=<discreta)	-1,322	0,190	-6,956	0,000	-1,347	0,200	-6,725	0,000
cons.(=<regressiva)	-0,973	0,187	-5,206	0,000	-0,994	0,197	-5,041	0,000
cons.(=<estática)	2,615	0,204	12,819	0,000	2,661	0,214	12,431	0,000
Titular	-0,798	0,162	-4,929	0,000	-0,767	0,163	-4,691	0,000
Votação	-0,000	0,000	-0,673	0,501	-0,000	0,000	-1,499	0,134
Concentração	0,001	0,442	0,002	0,998	-0,355	0,469	-0,757	0,449
Despesa	0,000	0,000	0,448	0,654	-0,000	0,000	-0,005	0,996
Seniority	0,033	0,038	0,870	0,384	0,036	0,039	0,943	0,345

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013), FGV-CEPESP (2016).

Nos modelos com um nível e com dois níveis, ser titular apresenta significância estatística, a um valor menor que 0,001, com efeito significativo para a análise sobre o que leva um candidato a escolher um cargo específico. O valor negativo do intercepto dessa variável em um modelo cuja variável de saída é ordinal precisa ser interpretado levando em consideração a categoria que foi tomada como referência. Da mesma maneira que nas regressões logísticas com variáveis ordinais em softwares como SPSS, a categoria de referência mais apropriada é a maior categoria da escala de valor, nesse caso a ambição progressiva, ou seja, escolher cargo mais alto. Toma-se essa categoria como referência porque o modelo logístico ordinal parte da análise das probabilidades acumuladas da menor para a maior categoria, isso leva à observação de em qual categoria determinado deputado está de acordo com o valor da variável explicativa que detêm em uma específica observação dentro da base de dados.

O valor negativo da variável que define se um deputado é titular ou suplente indica que é menor a probabilidade de um deputado titular estar em uma categoria mais abaixo do da ambição estática. Esse resultado leva à interpretação de que um deputado titular, sem considerar as diferenças entre os distritos, tem maior probabilidade de concorrer à reeleição ou a um cargo

mais alto do que concorrer a um cargo mais baixo ou retirar-se da disputa eleitoral, o que confirma *a priori* a hipótese levantada no capítulo 2 de que deputados titulares tendem a se apresentar à reeleição ou a cargos mais altos. O z-score para essa variável é 4,691, e a estatística de Wald é igual a 20, o que demonstra um valor muito alto de explicação para a escolha de cargos. Até aqui é possível encontrar mudança na variação dentro dos grupos, mas não entre os grupos.

O nível de estimação do modelo para os modelos multiníveis com variáveis categóricas não é realizado da mesma maneira que em modelos com variáveis numéricas, com a estimação do R^2 ou R^2 ajustado, mas com a $-2\log$ -likelihood ou com a estatística de Wald com uso do qui-quadrado. Neste estudo é escolhido o mesmo teste do software utilizado que é a estatística de Wald com referência ao z-score pelo intercepto das variáveis dentro dos grupos σ_e^2 ou da variância do segundo nível σ_u^2 .

Além de titularidade nenhuma das outras variáveis foram significativas quando analisadas apenas no nível individual. Esse resultado nos leva a observar se há diferenças quando se insere no modelo de análise a possibilidade de variação por estado dos efeitos de cada variável. O modelo 2, chamado de *Random Intercept Model*, permite a inserção da possibilidade de variação dentro do estado.

Os resultados do modelo 2 apresentam diferenças significativas com o modelo 1. Enquanto o primeiro apresenta os valores para todas as variáveis e para todos os indivíduos em conjunto, o segundo modelo mostra a variação dos indivíduos dentro dos seus grupos, ou seja, apresenta que não se pode analisar todos os indivíduos do mesmo país sob a mesma perspectiva porque suas escolhas variam dependendo do distrito em que estão.

Nos dois modelos comparados foram analisadas as partes fixas, ou seja, as partes que não estão permitidas a variação entre os estados. Portanto, ainda é preciso analisar a variação entre os estados e a variação dos efeitos das variáveis explicativas ao se permitir a interação com as variáveis contextuais.

O terceiro modelo apresenta a possibilidade de variação por estado e dentro dos estados, também denominado *Random Slope Cumulative Logit Model*. Esse modelo é utilizado nesta pesquisa para testar a hipótese principal de que existe variação entre os padrões de escolha de carreira por estado e que esses padrões precisam ser explicados levando em consideração as diferenças presentes em cada um deles.

O segundo modelo permitiu que o valor residual u_j variasse através dos estados, mas presume os efeitos das variáveis explicativas como fixos para todos eles. No terceiro

modelo, *Random Slope Model*, é permitido que o efeito de uma ou mais variáveis possa ser alterado através dos grupos dependendo dos valores de x . Esse procedimento apresenta um resultado mais acurado do efeito de cada variável sobre as decisões dos deputados e permite avaliar a hipótese principal a partir das hipóteses para cada variável particular. Abaixo tem-se a equação geral do modelo:

$$\log\left(\frac{\Pr(y_{1j} \leq k)}{\Pr(y_{1j} > k)}\right) = \text{logit}(y_{kij}) = \alpha_k + \beta x_{ij} + u_{0j} u_{1j} + x_{ij}, \quad k = 1, \dots, C - 1 \quad (3)$$

Para o ajuste desse modelo é adicionado um parâmetro u_{0j} que representa o resíduo por estado para o intercepto. O gradiente da linha que representa a relação linear entre a variável x e a probabilidade de que a resposta y seja menor ou igual à categoria k é a soma do intercepto da variável β com o resíduo u_{1j} para o grupo j . O valor de u_{0j} é observado como em uma distribuição normal com média em zero. A partir dessa média os casos, estados, são analisados como casos acima ou abaixo da média para o resultado na variável resposta.

O quarto modelo permite a interação entre os efeitos fixos das variáveis individuais (que não tiveram seus efeitos variados ao se permitir a variação por estado – *random intercept model*), e as que variaram por estado com as variáveis contextuais. É nesse ponto da análise que se permite a interação entre as variáveis individuais e as variáveis características dos estados. Esse quarto arranjo insere as variáveis com a categoria única na equação sem variação interna no grupo, mas fazendo com o se observe interação entre o efeito do contexto com as características individuais e a variável resposta. Abaixo é apresentada a equação desse quarto modelo:

$$\log\left(\frac{\Pr(y_{1j} \leq k)}{\Pr(y_{1j} > k)}\right) = \text{logit}(y_{kij}) = \alpha_k + \beta_1 x_{1ij} + \beta_2 x_{2ij} + u_j, \quad k = 1, \dots, C - 1 \quad (4)$$

Essa equação e a representação a interação entre uma variável contextual e uma variável individual, nesse caso x_2 representa a média do nível 2 para a variável x_1 , e assim, o intercepto β_1 refere-se ao efeito da variável x_1 dentro do grupo, e β_2 é o efeito contextual do valor da variável em x_1 . É preciso observar que o efeito da variável contextual é o efeito da média de grupo de x_1 sobre a probabilidade de uma resposta estar em alguma categoria de

ambição. O modelo final com os ajustes para variação entre estados e com o efeito das variáveis contextuais, é definido pelo MLwiN da maneira que segue na equação completa abaixo.

$$\begin{aligned}
 \text{resp}_{ijk} &\sim \text{Ordered Multinomial}(\text{cons}_{jk}, \pi_{ijk}) \\
 \gamma_{1jk} &= \pi_{1jk}; \quad \gamma_{2jk} = \pi_{1jk} + \pi_{2jk}; \quad \gamma_{3jk} = \pi_{1jk} + \pi_{2jk} + \pi_{3jk}; \quad \gamma_{4jk} = 1 \\
 \text{logit}(\gamma_{1jk}) &= \beta_0 \text{cons.}(\leq \text{discreta})_{ijk} + h_{jk} \\
 \text{logit}(\gamma_{2jk}) &= \beta_1 \text{cons.}(\leq \text{regressiva})_{ijk} + h_{jk} \\
 \text{logit}(\gamma_{3jk}) &= \beta_2 \text{cons.}(\leq \text{estatica})_{ijk} + h_{jk} \\
 h_{jk} &= \beta_{4k} \text{votacao.123}_{jk} + \beta_5 \text{concentracao.123}_{jk} + \beta_6 \text{titular.123}_{jk} + \beta_7 \text{seniority.123}_{jk} + \\
 &\quad \beta_8 \text{despesa_2.123}_{jk} + \beta_9 \text{state_mag.123}_{jk} + \beta_{10} \text{state_comp.123}_{jk} + \\
 &\quad \beta_{11} \text{state_frag.123}_{jk} + v_{3k} \text{cons.123} \\
 \beta_{4k} &= \beta_4 + v_{4k}
 \end{aligned}$$

$$\begin{bmatrix} v_{3k} \\ v_{4k} \end{bmatrix} \sim N(0, \Omega_v) : \Omega_v = \begin{bmatrix} \sigma_{v3}^2 & \\ \sigma_{v34} & \sigma_{v4}^2 \end{bmatrix}$$

$$\text{cov}(y_{sjk}, y_{tjk}) = \gamma_{sjk}(1 - \gamma_{tjk}) / \text{cons}_{jk} \quad s \leq t$$

(3774 of 3774 cases in use)

Na equação descrita acima “resp” é a variável resposta de ambição ajustada com a inclusão de três *dummies* por categoria que resulta no número de 3774 casos observados no final da equação – a quantidade original de dados na base é 1258. O software realiza esse procedimento ao inserir uma *dummy* que indica a categoria na qual se encontra o indivíduo e duas *dummies* com valor zero para as categorias em que ele não está. O termo γ refere-se à probabilidade prevista de que um determinado sujeito está em uma das categorias. Ao se deslocar da categoria 1 (ambição discreta) para a categoria 3 (estática) a probabilidade prevista para a ser cumulativa, pois importa analisar se um sujeito está tem essa escolha ou uma abaixo. Abaixo da disposição das variáveis há o termo β_{4k} que se refere a parte variante (*random part*) da relação entre os diferentes grupos, com a variável “votação”. Nenhuma das outras variáveis foram inseridas nesta parte, pois ao se permitir a sua inserção o nível de significância da variação residual entre grupos σ_{v3}^2 diminuiu. Se esse valor diminuiu então a hipótese de variação entre estados pode ser rejeitada, o que levaria a um erro estatístico do tipo I.

A única variável que se comportou da maneira esperada foi a votação afetando o valor da variação entre estados σ_{v3}^2 e permitindo um valor do intercepto para esta variação em 0,572 e um erro padrão de 0,284. Esse resultado leva a um valor *z-score* de 2,01 apresentando um valor maior que o valor crítico para 0,05, ou seja 1,96. Desta forma, é possível afirmar que a hipótese da variação por estado é mais uma vez comprovada no modelo final ao nível de significância de 0,05 e com a estatística de Wald no valor de 4,05. Aplicando um teste de *Variante Partition Coefficient* (VCP) obtém-se um valor de 0,148. Esse valor da VCP indica que a variação por estado é responsável por explicar cerca de 15% de toda a variação nas escolhas de carreira dos deputados.

Com o modelo final descobriu-se que a hipótese principal é verdadeira. Entretanto, é preciso analisar os efeitos individuais de cada variável sobre as escolhas de carreias dos deputados federais e observar se são significantes. Nos quatro modelos apresentados, cuja variável de saída é ordinal, apenas votação e titularidade apresentaram efeitos significativos sobre a escolha de carreira, sendo, as duas variáveis, positivamente relacionadas com a probabilidade de os deputados buscarem reeleição ou cargos mais altos, e negativamente relacionada a probabilidade de buscarem cargos mais baixo, optarem por ambição regressiva ou discreta.

Aplicando o modelo final com a interação entre efeitos contextuais e individuais é possível observar um crescimento no nível de significância das variáveis como votação, ao nível de 0,05, e titularidade, ao nível de 0,001, ver tabela 5. Essas duas variáveis apresentaram grandes mudanças entre os modelos e mostraram ter seus efeitos dependentes das características dos distritos, e estiveram na parte do modelo permitida para variação por estado (*random part*) – o valor para titularidade permaneceu mesmo a fazê-la retornar para a parte fixa. As demais variáveis não demonstraram mudanças significativas ao se permitir o modelo com variação do gradiente por estado nem com a inserção das variáveis contextuais. Apenas concentração mostrou resposta aos efeitos contextuais, mas não o suficiente para ser significativa estatisticamente no modelo ordinal geral.

Ao se observar o tipo de interação é possível perceber que aumenta a resposta dos efeitos de cada resultado à inserção de uma unidade nas variáveis acima citadas. Seus valores negativos indicam que quanto maiores seus valores maiores serão as probabilidades de não estarem em categorias baixas e buscarem cargo mais altos. Quando comparados com a categoria estática observa-se que esta tem maior peso que a categoria de ambição progressiva. Esse

resultado pode ser devido ao tamanho da amostra para esta categoria que pode gerar tendência do resultado para uma direção que não a progressiva.

TABELA 5: Random slope model e random slope model com variáveis contextuais.

	Modelo 3				Modelo 4			
	Intercept	S.E.	z-score	p-value	Intercept	S.E.	z-score	p-value
Resposta	resp				resp			
Fixed Part								
cons.(=<=discreta)	-1,167	0,255	-4,585	0,000	-0,225	0,750	-0,300	0,764
cons.(=<=regressiva)	-0,809	0,252	-3,213	0,001	0,134	0,749	0,178	0,859
cons.(=<=estatica)	2,995	0,274	10,937	0,000	3,897	0,762	5,114	0,000
Votação	-0,000	0,000	-2,377	0,017	-0,000	0,000	-2,500	0,012
Concentração	-0,350	0,479	-0,731	0,465	-0,675	0,489	-1,381	0,167
Titular	-0,651	0,172	-3,785	0,000	-0,649	0,171	-3,798	0,000
Despesa	0,000	0,000	0,318	0,750	-0,000	0,000	-0,061	0,952
Seniority	0,044	0,040	1,106	0,269	0,036	0,039	0,935	0,350
State_mag					0,363	0,123	2,949	0,003
State_comp					-6,374	3,041	-2,096	0,036
State_frag					-0,107	0,068	-1,574	0,116

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013), FGV-CEPESP (2016).

As variáveis contextuais inseridas no modelo 4 apresentaram valores relevantes para a interpretação das escolhas dos deputados. De acordo com o resultado obtido a variável magnitude apresenta um resultado positivo. Esse resultado indica que quanto maior a magnitude maior será a probabilidade de um deputado buscar permanecer no mesmo cargo ou buscar cargos menores. A explicação para esse resultado pode ser observada através do nível de competitividade. Na literatura encontra-se que quanto maior a magnitude do distrito maior será a probabilidade de que os indivíduos enfrentem maior competição o que os leva a seguirem cargos mais seguros, com maiores probabilidades de vitória, essas opções podem ser a reeleição

ou buscar cargos menores, visto que buscar cargos maiores exige indivíduos mais competitivos e que disponha de capital político adequado ao cargo.

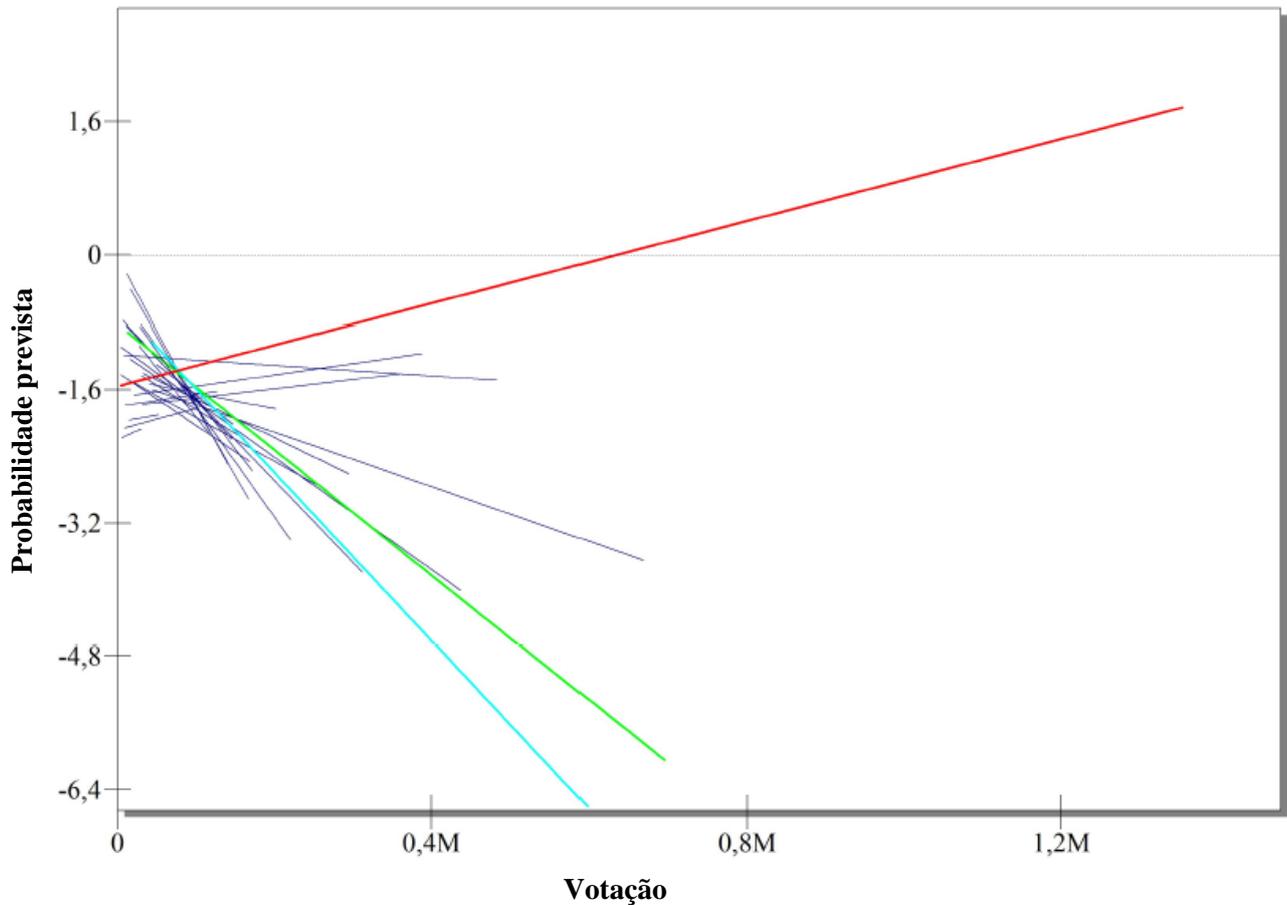
Diferentemente da magnitude as variáveis contextuais de competitividade e fragmentação partidária nas eleições apresentam valores negativos. Esses valores indicam que é menor a probabilidade de um deputado buscar cargos menores em relação a reeleição e a cargos maiores. Esse resultado exige novas análises e modelos diferenciados para se avaliar com mais detalhes os motivos desse valor, pois são contrários ao valor de magnitude e esperava-se que todos apresentassem resultados similares.

Um resultado importante da interação entre o efeito das variáveis apresentado na comparação entre o modelo 3 e o modelo 4 é a mudança no valor da variável concentração eleitoral. No modelo 3 com a variação por estado da votação a variável concentração detinha um valor do intercepto de -0,350 e um erro padrão de 0,479, que dava um *z-score* de 0,73, valor bem abaixo do nível crítico para o nível de 0,05, e um valor-p de 0,465. Ao se permitir a interação com as variáveis contextuais que denotam o nível de competitividade enfrentado por estado o valor do intercepto da votação subiu para 0,675 e o erro padrão para 0,489, com o aumento pouco significativo. Esse valor apresentou um *z-score* de 1,38, ainda abaixo do valor crítico de significância, e um valor-p de 0,167, que diminuiu muito em comparação ao modelo anterior. Esse resultado leva a consideração de que o modelo geral ordinal não conseguiu prever os efeitos particulares de todas as variáveis. Desta forma um modelo que observe essas particularidades faz-se necessário, nesse caso um que observe a variável resposta como nominal.

Ao se observar a variável votação que é significativa ao nível de variação por estado e dentro do estado observa-se que a existência de “puxadores de voto” pode complicar a análise. No gráfico 4 observa-se que São Paulo, a linha maior e vermelha, tem seu efeito mudado pela votação expressiva de um único candidato, o deputado Tiririca. Entretanto, os demais estados apresentam médias de votação mais estáveis e mesmo assim apresentam resultados que variam muito entre si. Alguns estados estão acima da média esperada (os que estão com inclinação para baixo). E outros abaixo do esperado os que estão com inclinação para cima.¹⁶

¹⁶ Os estados que estão acima da média têm seus gradientes negativos por se ter escolhido a categoria ambição progressiva como categoria de referência. Esta opção leva à interpretação de que valores negativos diminuem a probabilidade de um deputado escolher cargos mais baixos e aumenta a sua probabilidade de buscar cargos mais altos.

GRÁFICO 4: Efeito da votação na probabilidade acumulada por categoria de escolha de cargo.

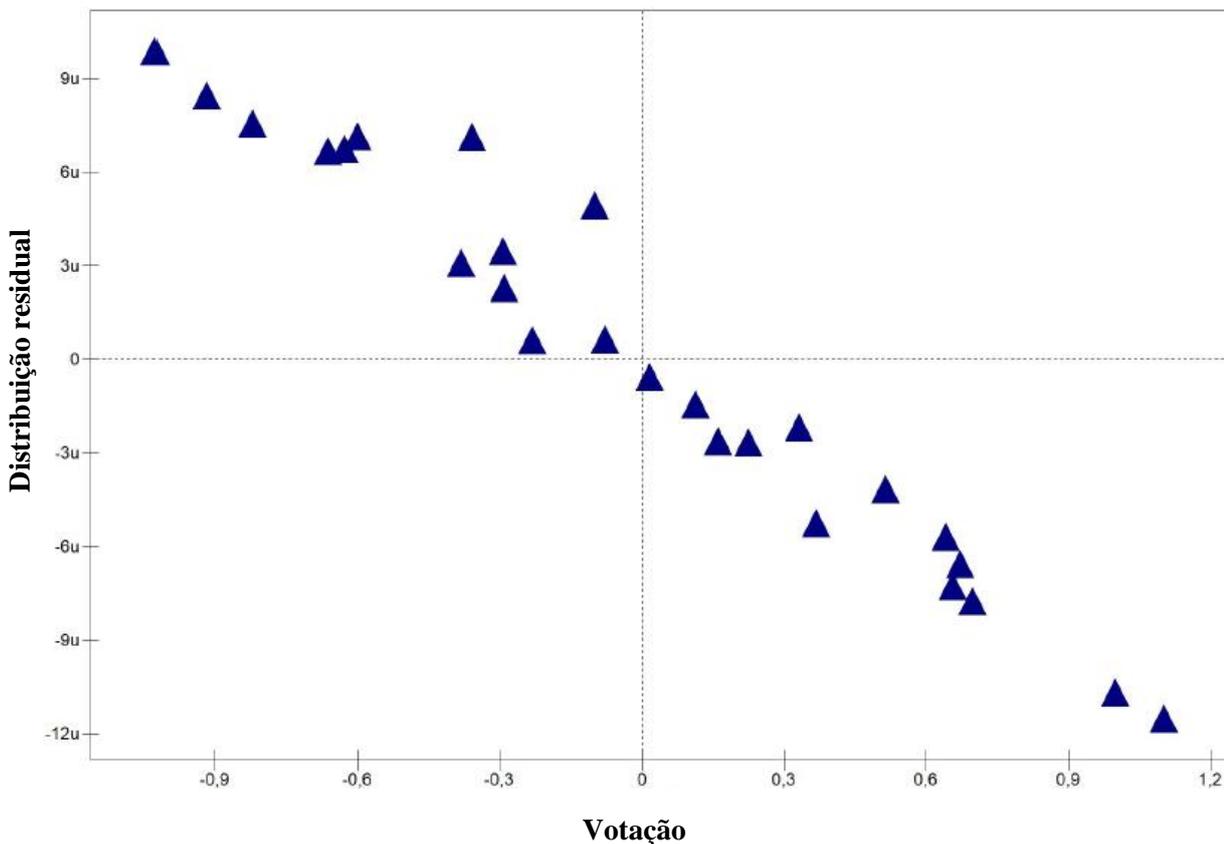


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013).

A partir do gráfico 4 é possível observar que existe grande variação entre as probabilidades de escolha de cargo por estado quando a variável explicativa é votação. O resultado nesse gráfico mostra variações com gradientes muito diferentes a alguns opostos. Para a explicação desse tipo de variação muito alto é preciso observar os estados em suas particularidades. O estado cuja linha é verde é o estado do Rio de Janeiro que apresenta uma tendência alta e oposta a apresentada por São Paulo. O estado em azul claro é o estado de Santa Catarina. Este gráfico é resultado da previsão para a escola de cargo de acordo com o crescimento na votação recebida por um deputado. Sem o caso *outlier* do deputado Tiririca no estado de São Paulo, os demais estados apresentam tendência mais próxima na previsão de escolha de cargo quando considerada a votação dos sujeitos, a maioria diminuindo a probabilidade de se estar em uma categoria mais baixa da variável ambição.

O gráfico 5 apresenta a distribuição residual do efeito da votação por estado. A partir desse gráfico é possível observar que nenhum dos estados sobrepôs a linha da média em zero. Isso indica que a variação entre cada uma é alta quando se utiliza a votação como controle para a variação entre estados no modelo *random slope*. É possível observar um relacionamento linear entre a variação na votação e o valor residual dos estados para a média do efeito da votação. O que é importante observar é que a probabilidade de se buscar cargos mais altos ou a reeleição aumenta à medida que aumenta a votação, ou seja essa probabilidade está diretamente relacionada com a quantidade de votos que um político recebeu na última eleição, e por conseguinte, com o capital político de cada deputado.

GRÁFICO 5: Distribuição residual do efeito de votação por Estado.



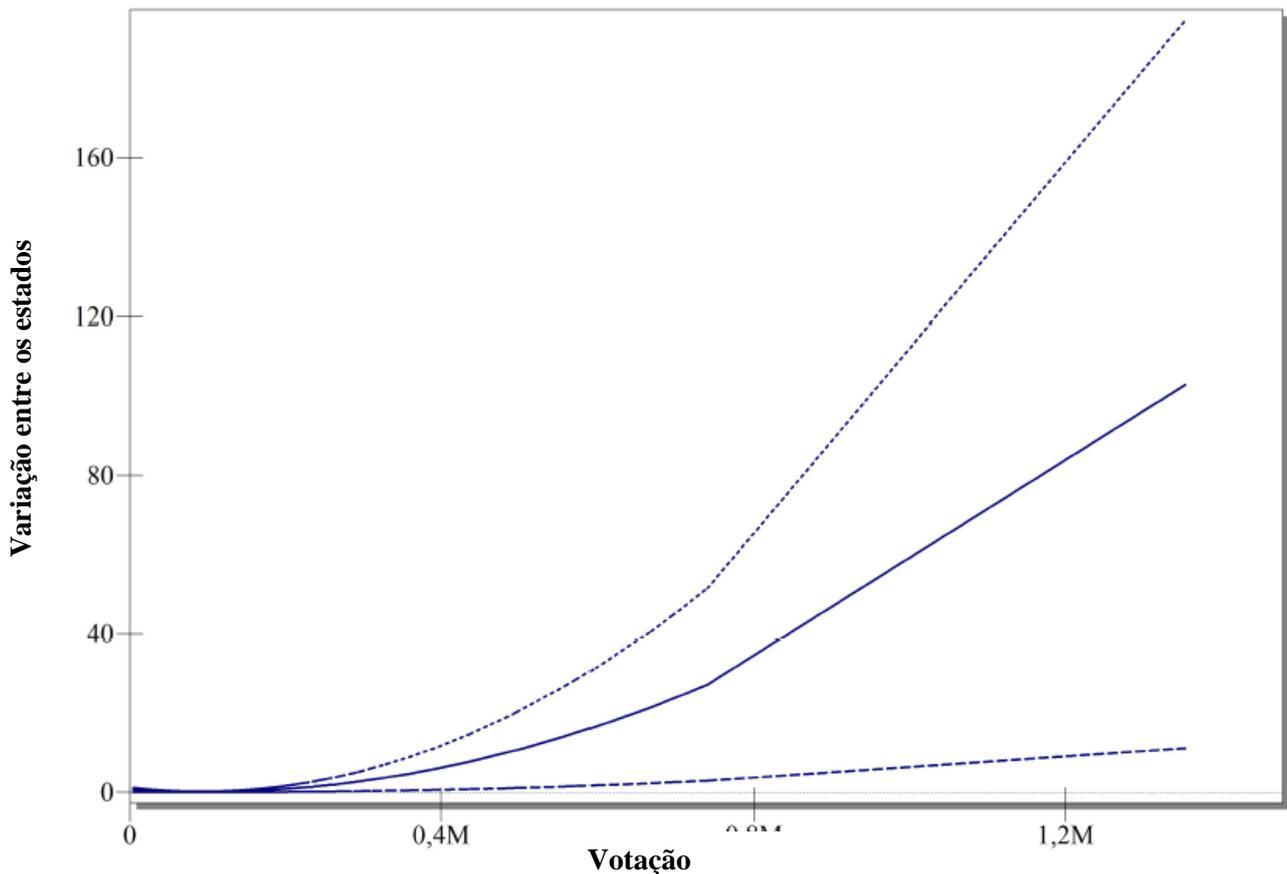
Fonte: Elaboração Própria com base dos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013).

O gráfico 5 apresenta a variação residual por estado do efeito da variável votação. É possível perceber por esse resultado que a tipos diferentes de efeitos dessa variável em cada distrito. Quando se permite a variação por estado e a interação com as variáveis

contextuais há uma mudança significativa no efeito da votação. O nível de significância aumenta para acima de um nível crítico de 1,96, ou seja, para 0,05, e vemos que os deputados com margem maior margem de vitória têm suas perspectivas de sucesso diferenciadas de acordo com o nível de competitividade em cada distrito.

Para verificar o efeito da votação sobre a variabilidade por estado foi elaborado o gráfico 6. Este gráfico mostra que a variação entre as decisões por estado pode, em verdade, ser considerada como função da variação na votação recebida pelos indivíduos. E que o intercepto dessa variável em cada estado é muito importante para a interpretação dos padrões de carreira observado no interior de cada circunscrição territorial e eleitoral.

GRÁFICO 6: Efeito da variação da votação sobre a variação das escolhas de carreira entre os estados.



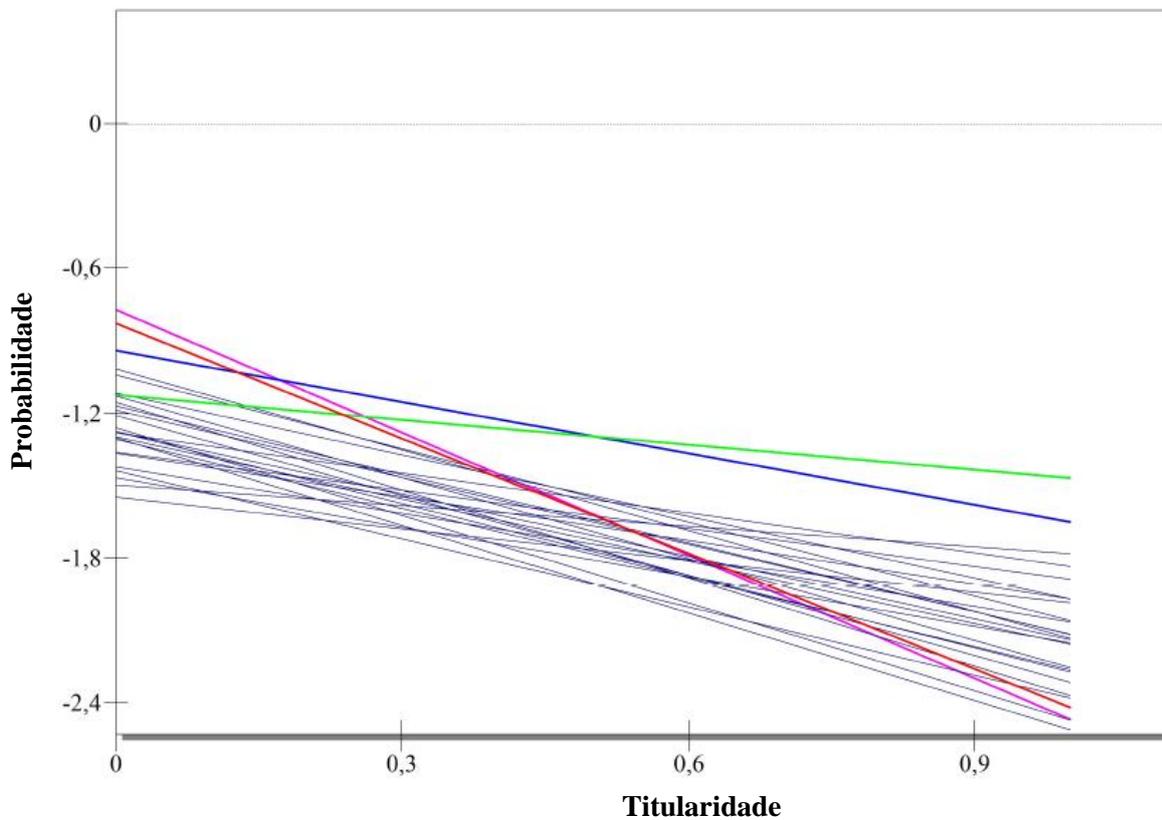
Fonte: Elaboração Própria com base dos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013).

As curvas mostradas no gráfico 6 mostram que o aumento da votação leva a um aumento muito alto na variabilidade entre a média geral da probabilidade de escolha de cargos

e o seu intervalo de confiança. Mais adiante será observado o padrão de variabilidade desta variável para cada categoria da variável resposta em um modelo que consiga observar os valores específicos para cada uma das categorias.

A variável que representa a titularidade apresenta variabilidade entre *random intercept model* e *random slope model*. Entretanto, ao se permitir sua variação por estado ela promove uma diminuição da variação residual por estado. Isso significa que titularidade tem um efeito mais fixo para todo o Brasil e não apresenta efeitos significativos para a escolha de cargos variando por estado. Ao mudarmos para *random slope model* as variáveis titularidade, concentração eleitoral, seniority e despesa mantem seu tipo de efeito e nível de significância, que indica que não é possível sua observação em um modelo multinível ordinal. Desta forma, é possível afirmar que não há variação significativa por estado entre os efeitos das variáveis de sucesso eleitoral e que elas não apresentam particularidades quando se permite a variação por distrito nem por *random intercept model*.

GRÁFICO 7: Efeito de ser titular sobre a variação das escolhas de carreira entre os estados.



Fonte: Elaboração Própria com base dos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013).

No gráfico 7 cada linha corresponde a um estado e seu gradiente é apresentado em função da variável binária em ser deputado titular ou suplente. A categoria base desta variável é ser titular com código 1 e 0 para suplente. De acordo com o gráfico pode-se observar que ser suplente diminui a probabilidade de um deputado buscar cargos mais baixos e aumenta a sua probabilidade em buscar cargos mais altos. De maneira diferente do que se observou com a variável votação ser titular mantém uma tendência geral para todos os estados. Há uma variância grande em relação ao peso da variável por estado, mas a tendência é próxima. Os estados que demonstram maior probabilidade média em se buscar cargos menores é o estado de São Paulo (em verde) e o Estado do Rio Grande do Sul (em azul) - dois distritos com grande magnitude. Os dois estados que apresentam um declínio mais acentuado em relação a probabilidade de se buscar cargos mais baixos são Tocantins (em vermelho) e o Amazonas (representado pela linha rosa) - dois estados com baixa magnitude.

O nível de competitividade e a magnitude do distrito tiveram seus efeitos comprovados a um nível de significância de 0,05 e mostraram que o contexto de cada eleição é influenciado pelo nível de competitividade presente em cada Estado e que a votação e concentração eleitoral é muito influenciada por esta variável, assim com a decisão sobre qual cargo concorrer ao final do mandato.

Portanto, a análise multinível dos efeitos das variáveis de sucesso eleitoral utilizado nesta pesquisa foi muito importante para o teste de hipóteses da literatura, mas não é suficiente para se buscar relações causais das decisões de carreira dos deputados federais ao final de seus mandatos. É preciso ainda novas pesquisas que incorporem novas variáveis e que apresentem novas formas de medidas de cada uma para uma previsão mais exata de cada efeito e de cada saída.

3.2.2 Modelo com variável resposta nominal

Na seção anterior foi possível obter as principais tendências do modelo multinível para as variáveis individuais e contextuais com o tratamento da variável resposta com nível de mensuração ordinal. Ao se analisar a resposta como ordinal perde-se um pouco o efeito específico da variável explicativa sobre a resposta, pois faz-se uma aproximação de uma variável nominal ao mesmo tipo de interpretação de uma contínua. O modelo anterior foi muito importante para se compreender as escolhas dos deputados e tendências gerais dos efeitos das variáveis.

Nesta seção são analisadas as decisões de carreira dos deputados federais a partir de um modelo mais presente na literatura sobre carreira. O modelo atual observa a variável resposta como nominal. Estudos anteriores utilizaram o mesmo modelo a partir de regressão multinomial em um nível com todas as observações para todos os sujeitos analisadas como independentes. Nesta parte também se analisa os dados com a técnica multinomial. A diferença em relação aos estudos anteriores é que se faz um estudo com modelo multinível até o modelo de *random slope*.

Para este modelo a categoria de referência escolhida é a ambição estática. Esta categoria foi escolhida por dois motivos: 1) por ser o atual posto ocupado pelos políticos. 2) por ser a categoria com maior N em toda a amostra. Em geral os softwares estatísticos escolhem automaticamente a variável com maior N como variável de referência.

No tópico anterior foram apresentados 4 modelos sobre os efeitos das variáveis independente sobre a probabilidade de escolha de algum dos cargos listados na escala da resposta. Nesse tópico é apresentada apenas um modelo com *random intercept multinomial logit model*. Diferentemente da variável ordinal, o tratamento da variável nominal não é de fácil execução na tentativa de se buscar comparação entre modelos. Abaixo é apresentada a tabela com o coeficiente e o erro padrão de cada variável em relação ao tipo de ambição política tendo como referência a ambição estática.

$$\log\left(\frac{\pi_{kij}}{\pi_{1ij}}\right) = \beta_{0k} + \beta_{1k}x_{ij} + u_{kj}, \quad k = 2, \dots, C \quad (5)$$

Onde u_{kj} é o efeito aleatório no nível 2 contrastando a categoria k com a categoria 1. Esse modelo informa a probabilidade de um deputado escolher um cargo em comparação com a categoria de referência dentro do grupo j formado pelos indivíduos n_j . A transformação logarítmica no início da equação indica a probabilidade de um indivíduo i estar na categoria k dentro do grupo j . A complexidade deste modelo está na disposição das equações, pois não observa os efeitos de uma variável sobre uma variável em uma única equação como no modelo ordinal. Antes cria três grandes equações com todas as variáveis para cada categoria e para cada uma executa um teste em comparação com a categoria de referência, estão nela ou na categoria k . Abaixo é apresentada a equação geral com todas as variáveis explicativas individuais.

$$\text{resp}_{ijk} \sim \text{Multinomial}(\text{cons}_{jk}, \pi_{ijk})$$

$$\log(\pi_{1jk} / \pi_{0jk}) = \beta_{0k} \text{cons.discreta}_{ijk} + \beta_3 \text{votacao.discreta}_{ijk} + \beta_6 \text{concentracao.discreta}_{ijk} + \\ \beta_9 \text{seniority.discreta}_{ijk} + \beta_{12} \text{titular.discreta}_{ijk} + \beta_{15} \text{despesa_2.discreta}_{ijk} + \\ \beta_{20} \text{state_mag.discreta}_{ijk} + \beta_{23} \text{state_comp.discreta}_{ijk} + \beta_{26} \text{state_frag.discreta}_{ijk}$$

$$\beta_{0k} = \beta_0 + v_{0k}$$

$$\log(\pi_{2jk} / \pi_{0jk}) = \beta_{1k} \text{cons.progressiva}_{ijk} + \beta_4 \text{votacao.progressiva}_{ijk} + \beta_7 \text{concentracao.progressiva}_{ijk} + \\ \beta_{10} \text{seniority.progressiva}_{ijk} + \beta_{13} \text{titular.progressiva}_{ijk} + \beta_{16} \text{despesa_2.progressiva}_{ijk} + \\ \beta_{21} \text{state_mag.progressiva}_{ijk} + \beta_{24} \text{state_comp.progressiva}_{ijk} + \\ \beta_{27} \text{state_frag.progressiva}_{ijk}$$

$$\beta_{1k} = \beta_1 + v_{1k}$$

$$\log(\pi_{3jk} / \pi_{0jk}) = \beta_{2k} \text{cons.regressiva}_{ijk} + \beta_5 \text{votacao.regressiva}_{ijk} + \beta_8 \text{concentracao.regressiva}_{ijk} + \\ \beta_{11} \text{seniority.regressiva}_{ijk} + \beta_{14} \text{titular.regressiva}_{ijk} + \beta_{17} \text{despesa_2.regressiva}_{ijk} + \\ \beta_{22} \text{state_mag.regressiva}_{ijk} + \beta_{25} \text{state_comp.regressiva}_{ijk} + \beta_{28} \text{state_frag.regressiva}_{ijk}$$

$$\beta_{2k} = \beta_2 + v_{2k}$$

$$\begin{bmatrix} v_{0k} \\ v_{1k} \\ v_{2k} \end{bmatrix} \sim N(0, \Omega_v) : \Omega_v = \begin{bmatrix} \sigma_{v0}^2 & & \\ \sigma_{v01} & \sigma_{v1}^2 & \\ \sigma_{v02} & \sigma_{v12} & \sigma_{v2}^2 \end{bmatrix}$$

A tabela 6 apresenta os resultados dos efeitos das variáveis explicativas sobre a variável resposta considerando *random intercept multinomial model*, ou seja, a variação por estado da parte aleatória do modelo, mas mantendo fixos os estimadores das variáveis individuais. Esse modelo foi escolhido por não ser possível uma comparação entre os dois modelos, como foi feito na seção anterior.

A partir da tabela 6 pode-se perceber que quanto maior a votação maior será a probabilidade de um deputado buscar cargos mais altos em relação a reeleição. O mesmo efeito acontece com a variável de despesa de campanha. Quanto maior o valor dispendido em uma campanha maior será a probabilidade de um deputado buscar cargos mais altos do que permanecer buscar o mesmo cargo.

TABELA 6: Modelo multinível multinomial com variável resposta nominal e categoria de referência: estática, para 53^a e 54^a legislaturas.

Variáveis	Ambição discreta		Ambição regressiva		Ambição progressiva	
	Estimação	E.P.	Estimação	E.P.	Estimação	E.P.
Intercepto	-1,608	0,251	-2,429	0,315	-1,175	0,354
Votação	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000**	0,000
Concentração	-0,004	0,006	-0,012	0,010	0,004	0,006
Seniority	-0,107	0,050	-0,143	0,103	0,044	0,048
Titular	-0,779**	0,210	-1,540**	0,308	0,268	0,252
Despesa	0,000*	0,000	-0,000	0,000	0,000**	0,000

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

Fonte: Elaboração Própria com base dos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013), FGV-CEPESP (2016)..

A tabela 6 apresenta os resultados dos efeitos das variáveis explicativas sobre a variável resposta considerando *random intercept multinomial model*, ou seja, a variação por estado da parte aleatória do modelo, mas mantendo fixos os estimadores das variáveis individuais. Esse modelo foi escolhido por não ser possível uma comparação entre os dois modelos, como foi feito na seção anterior.

A partir da tabela 6 pode-se perceber que quanto maior a votação maior será a probabilidade de um deputado buscar cargos mais altos em relação a reeleição. O mesmo efeito acontece com a variável de despesa de campanha. Quanto maior o valor dispendido em uma campanha maior será a probabilidade de um deputado buscar cargos mais altos do que permanecer buscar o mesmo cargo.

Ser titular diminui a probabilidade de um deputado optar por ambição discreta e regressiva e aumenta a probabilidade de buscar reeleição, mas ao mesmo tempo não apresenta significância estatística para a comparação entre reeleição e ambição progressiva. Considerando a categoria de ambição estática no modelo observa-se que as variáveis *seniority* e concentração não apresentam significância estatística para a comparação realizada entre os resultados para as categorias estática e as demais.

A tabela 7 apresenta o modelo multinomial com categoria de referência a ambição discreta. A escolha dessa categoria é justificada por fornecer comparação para se entender a utilidade em permanecer ou sair da arena política. A categoria discreta se refere à saída do deputado da disputa nos pleitos estudados.

TABELA 7: Modelo multinível multinomial com variável resposta nominal e categoria de referência: discreta, para 53^a e 54^a legislaturas.

Variáveis	Ambição regressiva		Ambição estática		Ambição progressiva	
	Estimação	E.P.	Estimação	E.P.	Estimação	E.P.
Intercepto	-1,608	0,251	-2,429	0,315	-1,175	0,354
Votação	0,000**	0,000	0,000**	0,000	-0,000**	0,000
Concentração	1,370**	0,274	0,309	0,189	-0,607*	0,281
Seniority	-0,057*	0,025	-0,014	0,015	0,111**	0,022
Titular	-0,073	0,108	0,641**	0,075	0,066	0,181
Despesa	-0,000**	0,000	-0,000**	0,000	0,000	0,000

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

Fonte: Elaboração Própria com base dos dados do Repositório de dados eleitorais do TSE, Site da Câmara dos Deputados e Base de dados e Pereira e Rennó (2013), FGV-CEPESP (2016).

Pode-se observar a partir da tabela 7 que a votação continua a influenciar as escolhas de cargo realizadas pelos deputados. Outra variável importante nesta etapa da pesquisa é a concentração eleitoral. De acordo com os dados dispostos na tabela 7, pode-se afirmar que quanto maior for a concentração eleitoral de um candidato maior será sua probabilidade de buscar cargos menores em relação a saída da política, e menos será a probabilidade de um deputado com votação concentrada buscar cargos mais altos. Note-se que os valores apresentados nesta tabela são resultados da comparação entre o efeito de uma variável explicativa para a ambição discreta ou outra categoria k.

Um valor importante neste modelo é a o resultado para a ambição estática em relação à titularidade. Deputados titulares apresentam em grande medida maior probabilidade

de concorrerem à reeleição do que sair da política. Aqui se confirma uma vez mais esse fato de que deputados titulares preferem a reeleição de qualquer outra opção, ainda que seja significativa a escolha por cargos maiores por titulares. Despesa de campanha diminui em alto grau, nesse modelo, a busca por cargos mais baixos e mostra que os deputados com maiores gastos de campanha se sentirão mais seguros em pleitos futuros quanto a decisão de concorrerem a cargos mais competitivos.

Por conseguinte, é possível observar através dos resultados obtidos com os modelos desenvolvidos nessa pesquisa que há uma real variabilidade nos padrões de escolha de carreira dos deputados federais brasileiros e que são necessárias análises que adequem os efeitos e os resultados das variáveis em sua dimensão individual e contextual. Algumas variáveis que *a priori* se pensava ter efeitos significativos não demonstraram o efeito esperado e ao se permitir a variação por distrito pôde-se observar várias diferenças entre alguns resultados encontrado na literatura e nos dados. Importante observar que, além da comprovação de variação nos padrões de escolha por distrito, também foi comprovada a hipótese de que as variáveis características de sucesso eleitoral são importantes para o entendimento das carreiras políticas desenvolvidas pelos parlamentares brasileiros. Pesquisa futuras poderão analisar com mais detalhes os tipos de interação entre cada efeito de cada variável explicativa e os padrões de carreira política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é resultado do esforço de pesquisa cujo objetivo principal foi verificar se é possível encontrar padrões diferentes de escolha de carreira entre os estados e quais fatores podem explicar essas diferenças. A partir da confirmação deste pressuposto inicial foram feitas análises com a utilização de modelos multiníveis na tentativa de se encontrar quais variáveis são importantes para explicar as diferentes formas de escolhas de cargos realizadas pelos deputados federais brasileiros ao final das 53^a e 54^o legislaturas.

Nesta pesquisa foi utilizado um modelo de análise diferente dos modelos já trabalhos na literatura. Enquanto a maioria dos trabalhos observaram a escolha de carreira como uma variável somente nominal, neste trabalho optou-se por observá-la como uma variável ordinal e nominal em dois processos diferente, pois partiu-se do pressuposto de que cada cargo recebe um valor por parte daqueles que os perseguem. Desta forma, foram distribuídos os diversos cargos eletivos disponíveis na estrutura de oportunidades no Brasil em quatro categorias principais: ambição discreta, regressiva, estática e progressiva. Essa classificação foi utilizada a partir dos estudos de Schlesinger (1966) e de Pereira e Rennó (2003). O primeiro autor cunhou os termos ambição discreta, estática e progressiva, o Pereira e Rennó ((2003) o termo ambição regressiva, pois não contava nas análises tradicionais a possibilidade de um parlamentar buscar um cargo mais baixo, caso que é possível como vimos nos nossos dados.

As variáveis utilizadas nesta pesquisa são comumente utilizadas nos estudos que tentam explicar os fatores que levam ao sucesso eleitoral dos candidatos a deputado federal. A justificativa para utilização dessas variáveis encontra-se na literatura mais recente em ciência política sobre carreiras políticas no Brasil que apresenta a ideia de que a arena eleitoral tem maior peso nas escolhas de cargo dos deputados do que outras arenas como a da ação interna no Congresso, pois os dados observados a partir das eleições são mais calculáveis e mais disponíveis para observação do eleitorado (PEREIRA, RENNÓ, 2003, 2013; BOTERO, 2008; CUNOW, et al, 2012).

A primeira conclusão com a utilização do modelo multinível é que há importantes variações nos padrões de carreira por estado que são devidas às suas diferenças contextuais, principalmente o nível de competitividade presente em cada um. Essas características contextuais foram muito importantes na pesquisa, pois com a sua inserção no modelo de análise apresentou resultados relevantes nas interações com as variáveis individuais.

As variáveis individuais utilizadas foram a votação geral que cada deputado recebeu na eleição anterior, o nível de concentração dos votos que recebeu nesta mesma eleição, os gastos totais de campanha para este pleito, a quantidade vezes que já ocupou o cargo de deputado federal (*seniority*), e uma *dummy* indicado se o indivíduo presente nos dados foi titular ou suplente. As variáveis contextuais foram: a magnitude do distrito - cada distrito foi distribuído em uma classificação na qual poderiam ter baixa, média ou alta magnitude-, o nível de competitividade que tem como base a quantidade de concorrentes enfrentados, e a fragmentação partidária com base na distribuição de votos por partido, o NEP eleitoral.

Para se realizar a análise com modelo multinível primeiro foram desenvolvidos dois processos: um com a variável resposta sendo ordinal e o segundo como nominal. O objetivo deste tipo de divisão foi analisar as principais tendências nos dados com a variável ordinal, e observar as especificidades dos efeitos de cada variável com a opção da resposta como variável nominal.

No primeiro processo foram realizadas duas comparações entre quatro modelo desenvolvidos. Os dois primeiros modelos foram: um com todas as variáveis individuais em apenas um nível, e outro com as mesmas variáveis em dois níveis. O primeiro modelo é o mesmo tipo utilizado nas regressões logísticas ordinais. O resultado para esse primeiro modelo foi, como esperado, de baixo poder explicativo para as decisões de carreira e apenas a variável titularidade teve significância estatística, e o valor-p para essa variável foi muito abaixo do esperado.

Ao aplicar a inclusão de dois níveis na análise, no segundo modelo, permitiu-se a o agrupamento dos indivíduos em seus estados, mas com o valor fixo dos estimadores para cada variável. Diferenças importantes surgiram com inclusão dos níveis de análise. O nível de significância das variáveis aumentou e maiores detalhes dos relacionamentos das variáveis puderam ser observados, como a grande variação dos efeitos de votação e titularidade por estado.

Apesar de se observar mudanças importantes na comparação entre os dois primeiros modelos do primeiro processo, os efeitos dos estimadores ainda permaneciam fixos o que dificultava a análise de cada variável por estado, por este motivo foi essencial executar a comparação de mais dois modelos. O primeiro adicionando a possibilidade dos estimadores de cada predictor variar por estado e o segundo com a inclusão das variáveis contextuais. Essa Sequência foi importante para se observar os as diferenças dos efeitos de cada variável ao se aplicar um tipo diferente de variação no modelo.

Ao se permitir a variação dos estimadores por estado observou-se que apenas as variáveis votação, despesa e titularidade tinham seus valores modificados. Entretanto, somente votação teve efeito significativo sobre a variável de saída em termos de aumento da significância geral do modelo. Ao se incluir a titularidade desse terceiro modelo do primeiro processo observou-se uma grande diminuição do poder explicativo do modelo geral, o que significa que o efeito dessa variável é mais importante na parte fixa do que na parte variante do modelo. A despesa de companhia também apresentou mudanças, mas não ao ponto ser significativa, sua significância aumenta na parte fixa do modelo. Desta forma, apenas a votação permaneceu como variável entre estados (*cross-sectional*). A explicação para esse resultado pode ser o tipo de mensuração de cada uma das variáveis ou outro aspecto teórico não considerado.

No segundo processo de análise a variável resposta foi considerada como nominal e o tipo de teste utilizado foi logístico multinomial com interceptos aleatórios. Esse tipo de modelo permite verificar a probabilidade de um deputado escolher um tipo de ambição em relação a outra de referência. Para esse processo foram desenvolvidos dois modelos estatísticos: o primeiro com a categoria de referência a ambição estática e o segundo com a categoria de referência a ambição discreta. Para o primeiro o objetivo era analisar se um deputado escolhe entre a reeleição ou outro cargo dependendo dos efeitos de cada variável explicativa, e o segundo se um deputado escolhe entre retirar-se da política ou buscar outro cargo. A importância desse segundo modelo é que fornece informações sobre se um deputado prefere sair ou buscar sobrevivência política em qualquer outro cargo.

Os resultados obtidos com esse segundo processo comprovaram para a variável votação o mesmo efeito observado quando a variável resposta foi tratada como ordinal, ou seja, quanto maior a votação maior a probabilidade de um deputado buscar cargos mais altos ou a reeleição, mas diminui muito a probabilidade de os deputados buscarem cargos mais baixos. Ser titular também se mostrou importante. Deputados titulares têm maiores chances de se candidatarem a qualquer outro cargo, e apresentam ainda tendência a se candidatar a cargos mais altos em relação a outras opções.

Outro efeito muito importante observado na parte fixa dos estimadores, é que quanto mais cargos um deputado exerce maior a sua probabilidade de sair da arena política. Outro efeito muito relevante dessa variável é que ela aumenta a probabilidade de um deputado retirar-se em comparação com buscar cargos mais baixos e reeleição, mas aumenta também em relação a buscar cargos mais altos em comparação com a saída, ou seja, é possível interpretar

esse resultado observado que os partidos escolhem os políticos mais experientes e conhecidos para a disputa de cargos majoritários.

O modelo de análise multinível utilizado nesta pesquisa apresentou resultados relevantes para a compreensão das escolhas de carreira política feitas pelos deputados federais brasileiros, mais ainda não foi possível observar com mais detalhes os tipos específicos de efeitos de cada variável explicativa sobre a variação em cada um dos estados. Esse é um procedimento que pode ser muito importante para pesquisa futuras, pois já se sabe que o sistema político brasileiro influencia a existência de padrões diversos de carreiras e que as características de cada distrito são importantes para a definição desses padrões.

Por conseguinte, o principal pressuposto que guiou esta pesquisa é que as regras e constrangimentos institucionais e as características contextuais dos distritos afetam os tipos de padrões de escolhas de carreiras seguidos em cada uma e que essas características influenciam a modificação do efeito de cada variável explicativa, ou seja o tipo de competitividade enfrentada em cada distrito afeta o tipo de efeito de cada variável individual e, conseqüentemente, as escolhas de carreira feitas pelos deputados federais.

Em relação ao diagnóstico teórico é possível observar que a consideração dos sistemas políticos feita por Borchert (2011) é muito importante para futuras pesquisa que tentem analisar não os padrões de carreira de maneira unilinear, mas aplicando a possibilidade de diversas direções de escolhas de cargos e que essas escolhas são definidas pela perspectiva de sobrevivência política como definido por Pereira e Rennó (2003, 2013). Os políticos decidem qual cargo concorrer de acordo com a probabilidade de vitória, mesmo que esse cargo seja menor a sua utilidade pode ser grande comparada a opção de retirada da política.

REFERÊNCIAS

AMES, B.; LOUIS, S. Pressures , Electoral Rules , Constituency Bases of Voting and Pork Barrel : in **the Brazilian Congress**. v. 57, n. 2, p. 324–343, 1995.

AMORIM, O.; COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. Agenda Power in Brazil's Câmara Dos Deputados, 1989-98. **World Politics**, v. 55, n. 4, p. 550–578, 2003.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Dados**, v. 46, n. 4, p. 449–479, 2003.

ARAÚJO, S. M. V. G. DE; SILVA, R. S. E. Titulares da agenda e carreiras políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 285–311, 2013.

BARRETO, A. A. DE B. Como a Ciência Política analisa os que vivem da política no Brasil contemporâneo: tendências, linhas interpretativas e aportes analíticos. **Buenos Aires**, v. 21, 2015.

BLACK, G. S. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. **American Political Science Review**, v. 66, n. 1, p. 144–159, 1972.

BORCHERT, J. Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States. **APSA 2009 Toronto Meeting Paper**, p. 21, 2009.

BORCHERT, J. Individual Ambition and Institutional Opportunity: A Conceptual Approach to Political Careers in Multi-level Systems. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 117–140, maio 2011.

BORGES, A.; SANCHES FILHO, A. O. Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 1–27, 2016.

BOTERO, F. **Ambitious Career-Seekers: An Analysis of Career Decisions and Duration**

in Latin America. [s.l.] The University of Arizona, 2008.

BOTERO, F.; RENNÓ, L. Career Choice and Legislative Reelection: Evidence from Brazil and Colombia. **Brazil Political Science Review**, v. 1, p. 102–125, 2007.

CAREY, J. M.; SHUGART, M. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p. 417–439, 1995.

COX, G. W.; MORGENSTERN, S. The Increasing Advantage of Incumbency in the U. S. States. **Legislative Studies Quarterly**, v. 18, n. 4, p. 495–514, 1993.

CRISP, B. F.; JENSEN, K. M.; SHOMER, Y. Magnitude and vote seeking. **Electoral Studies**, v. 26, n. 4, p. 727–734, 2007.

CUNOW, S. et al. Reelection and Legislative Power: Surprising Results from Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 4, n. November, p. 533–558, 2012.

ERIKSON, R. S. The advantage of incumbency in Congressional elections. v. 14, n. 4, p. 339–342, 1971.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. [s.l.: s.n.].

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Mudança constitucional, desempenho legislativo e consolidação institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 175–200, 1995.

HERRICK, R.; MOORE, M. K. Political Ambition's Effect on Legislative Behavior: Schlesinger's Typology Reconsidered and Revisited. **The Journal of Politics**, v. 55, n. 3, p. 765–776, 1993.

HIBBING, J. R. J. Legislative careers: why and how we should study them. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 149–171, 1999.

KIEWIET, D. R.; ZENG, L. An Analysis of Congressional Career Decisions, 1947-1986. **American Political Science Review**, v. 87, n. 4, p. 928–941, 1993.

KING, G. Constituency Service and Incumbency Advantage. **British Journal of Political Science Polity American Political Science Review American Political Science Review American Politics Quarterly**, v. 21, n. 8, p. 119–128, 1991.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, n. 1, p. 44–67, maio 2003.

MAINWARING, S. Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. v. 24, n. 1, p. 21–43, 1991.

MANCUSO, W. P. et al. Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49^a (1991-1995) e 53^a (2007-2011). **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 430–448, nov. 2013.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93–113, 2007.

MAYHEW, D. R. **Congress: The Electoral Connection**. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 2004.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 721–747, 2015.

NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**, v. 49, p. 34 p., 2006.

PEGURIER, F. Political careers and the chamber of deputies in Brazil. **RIEL - Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, v. 2, n. i, p. 39–57, 2012.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa : A Conexão Eleitoral no Brasil *. v. 45, p. 265–301, 2003.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Successful re-election strategies in Brazil: The electoral impact of distinct institutional incentives. **Electoral Studies**, v. 22, n. 3, p. 425–448, 2003.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem ? O retorno : o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. v. 27, n. 108, p. 664–683, 2007.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. “Should I Stay or Should I Go ?”: Explaining Political Ambition by Electoral Success in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 5, n. 3, p. 73–95, 2013.

PINTO, S. C. A. **Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil** Anais do 36 Encontro Anual da ANPOCS. São Pulo: [s.n.].

POLSBY, N. W. A institucionalização da câmara dos deputados dos Estados Unidos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 221–251, 2008.

ROHDE, D. W. Risk-Bearing and Progressive Ambition : The Case of Members of the United States House of Representatives *. v. 23, n. 1, p. 1–26, 1979.

ROSENTHAL, A. State Legislative Development: Observations from Three Perspectives. **Legislative Studies Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 169–198, 1996.

SAMUELS, D. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. **Dados**, v. 40, n. 3, p. 1–20, 1997.

SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 481, ago. 2000.

SAMUELS, D. Ambición política, reclutamiento de candidatos y política legislativa en Brasil. **Postdata**, v. 16, n. 2, p. 281–307, 2011.

SAMUELS, D. J. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: [s.n.].

SANTOS, F. G. M.; PEGURIER, F. J. H. Political careers in Brazil: Long-term trends and cross-sectional variation. **Regional and Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 165–183, 2011.

SCHLESINGER, J. **Ambition and politics: political careers in the United States**. Chicago: Rand MacNally and Company, 1966.

SNYDER, R. Scaling Down: The Subnational Comparative Method *. **Studies in Comparative International Development**, v. 36, n. 1, p. 93–110, 2001.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, v. XIV, n. 2, p. 109–126, 2013.

SQUIRE, P. Career Opportunities and Membership Stability in Legislatures. **Legislative Studies Quarterly**, v. 13, n. 1, p. 65–82, 1988a.

SQUIRE, P. Member Career Opportunities and the Internal Organization of Legislatures. **The Journal of Politics**, v. 50, n. 3, p. 726–744, 1988b.

STOLZ, K. Moving Up, Moving Down: Political Careers Across Territorial Levels. **European Journal of Political Research**, v. 42, n. 2, p. 223–248, 2003.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WOODS, N. D.; BARANOWSKI, M. Legislative Professionalism and Influence on State Agencies: The Effects of Resources and Careerism. **Legislative Studies Quarterly**, v. 33, n. 4, p. 585–594, 2006.

BASES DE DADOS:

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - Centro de Política e Economia do Setor Público, FGV-CEPESP. "Banco de Dados sobre a Concentração Eleitoral dos Candidatos a Deputado Federal, 1994-2014)". 2016.

PEREIRA Carlos, RENNÓ, Lúcio. Banco de Dados sobre carreiras políticas dos Deputados Federais de 1998 a 2010. 2013.

